POLÍTICA. Raniere Barbosa ministra palestra e celebra protagonismo do Legislativo Municipal em Marcha dos Vereadores em Brasília _PÁG. 6

www.agorarn.com.br

AGORA RN

JORNALISMO PROFISSIONAL E APARTIDÁRIO

NATAL, SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2025 | EDIÇÃO Nº 2.063 | ANO 9 | 7.500 EXEMPLARES

DIRETOR DE REDAÇÃO: ALEX VIANA-alexviana@agorarn.com.br

Política _PÁG. 3

Projeto da anistia emperra na Câmara, e oposição fala em entrar em greve de fome

Proposta quer perdoar pena de condenados por tentativa de golpe

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta quinta-feira 24 que decidiu adiar a análise do requerimento que prevê uma tramitação mais rápida para o projeto de lei que anistia os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro.

O líder do Partido Liberal (PL) na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante, protocolou em 14 de abril o requerimento de urgência para levar o projeto diretamente ao plenário.

Depois do anúncio de Motta, parlamentares começaram a falar em fazer greve de fome.

REPRODUÇÃO



Polícia investiga morte de bebê em Natal após tomar açaí

Yohana Maitê, de 8 meses, consumiu o açaí e, cerca de 40 minutos depois, passou mal e morreu em UPA. Uma prima dela, que também consumiu açaí dado de presente, está em estado grave. _PÁG. 5

Política _PÁG. 3

Rogério defende que próximo pleito seja o último com reeleição

Senador sugere que, a partir de 2031, não seja mais permitida reeleição para o Executivo.



WALDEMIR BARRETO / SENADO

Finanças _PÁG. 4

Câmara de Natal aprova reajuste para servidores públicos

Aumento de 12,88% compensa inflação. Proposta agora vai à sanção do prefeito Paulinho Freire.

Evento _PÁG. 9

Femptur começa hoje e reúne 49 municípios, com foco no turismo

Feira terá apresentações culturais, estandes, artesanato e acesso a crédito.

Entrevista _PÁG. 10

Obras públicas avançam em Assú nas áreas de saúde, educação e lazer

Secretária de Obras, Jhéssica Marques, detalha reformas e construções em andamento.

Esporte _PÁG. 24

Maratona Internacional espera 5 mil corredores em percurso pela orla de Natal

Opinião _PÁG. 2

Governo Lula corta compra de energia eólica, e medida pode gerar demissões no RN

Bruno Araújo _PÁG. 2

Defensores da barbárie virtual chancelam atuação das big techs

Pedro Neto _PÁG. 15

As escolhas de Moacir Júnior para a equipe do América

Oportunidade _PÁG.9

Idema abre edital para 1º concurso de sua história

São 180 vagas para profissionais de nível superior. Inscrições estarão abertas dia 28 de abril.

Economia _PÁG. 15

CDL Natal projeta vendas aquecidas no Dia das Mães após alta na Páscoa

Presidente da instituição, José Lucena destaca mudança no perfil do consumidor: mais exigente, consciente e conectado.

REPRODUÇÃO



Justiça _PÁG. 11

1º Suplente do senador Styvenson é preso por violar medida protetiva

Alisson Taveira continuava mantendo comunicação com vítima por meio de redes sociais.

Educação _PÁG. 8

Vereador denuncia turmas sem aula há quatro meses em São Gonçalo

Clóvis Júnior cobra reunião urgente com Secretaria de Educação para resolver falta de professores na rede municipal.

Chegou o novo Complexo de Saúde Unimed.

csunimed.com.br

Unimed Natal

ANS - nº 33559-2

Governo Lula corta compra de energia eólica, e medida pode gerar demissões no RN, denuncia Jean Paul Prates

O ex-presidente da Petrobras e ex-senador Jean Paul Prates denunciou que o Governo Lula, através do Ministério de Minas e Energia, tem cortado a compra de energia de usinas eólicas. O Rio Grande do Norte, que é o maior produtor de energia eólica do País, é um dos mais afetados com a medida. O Estado tem mais de 10 GW de capacidade instalada.

Em entrevista à 98 FM, Jean afirmou que, por causa da medida, usinas potiguares sofreram cortes de até 70% em sua receita estimada. Ele fez a denúncia em tom de crítica ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

"Eu quero que as pessoas conheçam e saibam que há falhas nesse setor de Minas e Energia. Não é por implicância com o ministro, mas (as falhas) estão afetando o nosso estado, a nossa região. Nós hoje, por exemplo, entre outras coisas, estamos vivendo um período onde as nossas energias, as nossas usinas eólicas estão cortadas em até 70% da sua receita estimada", disse.

O cenário, conforme afirmou Prates, ameaça a empregabilidade do setor, através de demissões.

"Quem está pagando essa conta toda que deu no sistema é a eólica, é a solar, portanto são os empregos em João Câmara, no Seridó, na Serra de Santana, em Areia Branca, em Serra do Mel. Essa turma está parada 70% do tempo e não pode vender energia para outro, porque o contrato é com o governo. Então ele manda você parar, não te indeniza e você não pode vender para mais ninguém", disse.

De acordo com o ex-senador, a medida da empresa estatal está relacionada com a natureza das gerações de energia, eólica e solar, por serem intermitentes, ou seja, sofrerem interrupções. Com isso, a linha de transmissão da energia produzida estaria prejudicada, o que teria causado a diminuição de investimentos no setor.

Contudo, Prates considera que a solução foi radical além do que o necessário, sendo utilizada para criar uma necessidade da produção de energia a gás. Isso configura, para ele, um jogo de interesses.

CASSAÇÃO DE BRAZÃO

A Câmara dos Deputados cassou ontem o mandato de Chiquinho Brazão, parlamentar acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes. A decisão foi baseada na quantidade de faltas de Brazão – que estava preso desde março de 2024 e foi para prisão domiciliar em 11 de abril. Um processo de cassação tramitava na Câmara e já tinha sido aprovado no Conselho de Ética, mas aguardava estagnado.

CASO RAMAGEM

O ministro Cristiano Zanin, do STF, enviou um ofício ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), no qual afirma que a Casa só tem competência para rever parte da ação contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) no caso da trama golpista. O documento diz que os crimes apontados na ação penal à qual o parlamentar responde que teriam acontecido após a diplomação são dano qualificado ao patrimônio e deterioração do patrimônio tombado. A ação penal cita ainda outros três crimes: de associação criminosa armada, golpe de Estado e abolição do Estado democrático de direito, e que teriam sido cometidos antes da diplomação. A Constituição prevê que a Câmara pode suspender processo penal contra parlamentar, mas só por crimes cometidos após a diplomação.

LINGUAGEM NEUTRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, no plenário virtual, para derrubar leis municipais do Rio Grande do Sul e Minas Gerais a respeito do uso e ensino da linguagem neutra em institutos de ensino. A Corte decidiu que é uma atribuição exclusiva da União legislar decidir sobre o uso da linguagem a ser aplicada nas escolas. Ou seja, estados e municípios não podem criar alterar leis sobre o tema.

AGENDA DE JANJA

O Palácio do Planalto vai passar a divulgar a agenda da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, no site do governo a partir desta sexta-feira 25. A medida, diz o Planalto, visa atender a uma orientação normativa elaborada neste mês pela Advocacia-Geral da União (AGU), que afirma a necessidade da publicidade nas atividades de interesse público da cônjuge do presidente da República.

COLLOR PRESO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes mandou prender o ex-presidente da República Fernando Collor após negar recurso da defesa que tentava protelar o início do cumprimento de pena. Collor fora condenado a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção a partir de investigação na Operação Lava Jato. Em nota, a defesa do ex-presidente afirmou que ele vai se entregar à Justiça para o cumprimento da decisão de Moraes. Os representantes de Collor também afirmaram que recebeu a ordem de prisão com "surpresa e preocupação". O ex-presidente foi declarado culpado pelo recebimento de R$ 20 milhões em propinas da UTC Engenharia em troca do direcionamento de contratos de BR Distribuidora.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM / ABR



BRUNO ARAÚJO

bw.araujo@gmail.com



Deixa ela entrar

Oskar é um solitário garoto de 12 anos. Alvo constante de bullying na escola, represa dentro de si uma raiva crescente. Certo dia, no pátio tomado por neve no prédio em que vive, conhece a pequena e pálida Eli. A conexão entre os desconhecidos se estabelece e Oskar permite que a amiga frequente a intimidade do seu lar. Paralelo a isso, uma série de mortes toma conta da cidade em que vivem. A narrativa aqui é um resumo da sinopse do filme sueco "Deixa ela entrar", de 2008,que facilmente serviria de metáfora para a permissão dada diariamente por crianças, jovens e responsáveis para que ela entre em nossas vidas.

Ao contrário do roteiro escrito por John Ajvide Lindqvist, ela não tem o olhar melancólico, movimentos desconfiados e um pedido silencioso por companhia. A internet e suas redes sociais trazem uma infinidade de razões para que deixemos que entrem e permaneçam entre nós. Mas elas tem facetas diversas. Muitas delas, perigosas, mortais. Relatos sobre jovens radicalizados, transformados em misóginos, preconceituosos, violentos são múltiplos. Notícias de desafios que inundam a internet e, literalmente, matam crianças pipocam dia sim, dia não. Jovens aliciados, vítimas de violência sexual, também incontáveis.

E não. Não precisa puxar o cabo do seu roteador, jogar o celular no chão ou desligar o computador e atirá-lo pela janela. A internet em si não é o problema, ou mesmo, as redes sociais. Assim como na ficção, na fantasia, o roteiro é escrito e reescrito para alcançar seu objetivo simbólico por meio da narrativa, na vida real, fazemos o mesmo, por meio da regulação social a partir de leis, marcos, pactos e outras medidas que necessitam de guarida da sociedade.

A União Europeia aprovou, no final de 2022, o Digital Services Act (DSA) — Lei de Serviços Digitais, em inglês — para "prevenir atividades ilegais e prejudiciais online e a propagação de desinformação", segundo informações da Comissão Europeia. As medidas impostas pela lei vão desde o combate aos conteúdos ilegais, transparência na moderação, controle sobre as opções de personalização, publicidade direcionada, proteção às crianças, segurança das eleições até o comércio eletrônico.

No Brasil, o tema tem sido politizado e polarizado. Um debate emburrecido por quem deseja obstacular a criação de limites para atuação no mundo virtual – que já existem no mundo real e analógico. Sob a égide da defesa da liberdade indiscriminada, os defensores da barbárie virtual chancelam a atuação das big techs que alimentam seus algoritmos pelo engajamento do ódio, das fakenews e da produção de conteúdos que colocam crianças e jovens em risco físico, psicológico e social. Discutir a regulação das plataformas digitais e das redes sociais digitais não é um debate sobre liberdade, mas sobre o poder delas quando entram em nossas vidas.

Bruno Araújo é jornalista, escritor e especialista em Comunicação Pública. bw.araujo@gmail.com

AGORARN

Alex Viana Diretor-Presidente - **Edilson Viana** Dir.Administrativo - **Lissandra Viana** Dir. Financeira - **Matheus Viana** - Diretor-Executivo
Tiago Rebolo Editor Geral - **Nathallya Macedo** Editora-Geral Adjunta - **Alessandra Bernardo** Editora Assistente
Endereço: Av. Rodrigues Alves, nº955, Tirol , Natal/RN - CEP: 59020-200 - Tel - 84 3027-1690
Publicações: publica@agorarn.com.br | 84 98117-1718 - **Redação:** 84 98117-5384 - **Portal:** www.agorarn.com.br

Todas as informações contidas nos artigos publicados nesta edição são de inteira responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, a opinião deste jornal. Sua publicação visa tão-somente a promover o debate e a reflexão sobre problemas dos mais variados segmentos da sociedade.

Instituto Verificador de Comunicação IVC   ANJ Associação Nacional de Jornais

Anistia: Hugo Motta convence partidos, contraria PL e não vai pautar urgência

Reunião de líderes foi a mais longa até agora da gestão de Motta e durou três horas; PL e Novo ficaram isolados

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu em reunião nesta quinta-feira 24 não pautar ainda o requerimento de urgência do projeto que anistia os envolvidos nos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 e que poderia beneficiar Jair Bolsonaro (PL).

A maioria dos partidos se manifestou contra acelerar a tramitação, com exceção do PL e do Novo. O posicionamento ocorre após Motta costurar com os partidos de esquerda e de centro um entendimento único sobre o requerimento, em reunião na noite de quarta-feira 23 para a qual o PL não foi chamado.

"Líderes que representam mais de 400 parlamentares da Casa decidiram que o tema não deveria entrar na pauta da próxima semana. Isso não está dizendo que não seguiremos dialogando para a busca de uma solução para o tema", disse o presidente da Câmara após a reunião desta quinta-feira.

O acordo para isolar o PL foi necessário após o partido conseguir apoio suficiente para apresentar o requerimento de urgência, com a assinatura de 264 deputados —mais da metade deles, integrantes de partidos da base aliada ao governo Lula (PT).

Esse requerimento, se aprovado, permite que uma proposta seja votada direto no plenário, sem precisar passar pelas comissões temáticas da Câmara. Em outubro do ano passado, foi anunciada a intenção de se instalar uma comissão especial para analisar o projeto, o que não aconteceu.

Motta coordenou a reunião de líderes para decidir o que será votado nas próximas semanas. O encontro foi o mais longo até agora de sua gestão e durou três horas. O PL, que tem 92 deputados, e o Novo, que tem cinco, ficaram isolados na defesa de que o requerimento vá para a pauta imediatamente.

MARINA RAMOS / CÂMARA



Presidente da Câmara, Hugo Motta, durante reunião de líderes nesta quinta

Deputados falam em greve de fome até anistia ser pautada

Em protesto à decisão de Hugo Motta de não pautar o projeto da anistia, que arrecadou 264 assinaturas no requerimento de urgência, a oposição prepara uma nova leva de obstrução total na Câmara dos Deputados e alguns deputados falam até em greve de fome.

A obstrução, iniciada nesta quinta-feira 24, será total, ou seja, no plenário e nas comissões da Casa. Os parlamentares do PL falam em "traição" de Hugo Motta e o acusam de não seguir um acordo feito durante a campanha para a presidência da Câmara.

Segundo o colunista Guilherme Amado, do PlatôBR, alguns parlamentares do PL falam em fazer greve de fome nas dependências da Câmara para pressionar Motta. A ação tem como referência o protesto feito pelo deputado Glauber Braga (PSol-RJ).

Glauber ficou em greve de fome por oito dias após o Conselho de Ética ter aprovado, por 13 votos a cinco, sua cassação. Após o protesto, o deputado conseguiu um acordo com Motta, que disse que não votaria sua cassação em plenário neste primeiro semestre e que ele teria tempo para montar sua defesa. ●

Política

Rogério defende que pleito de 2026 seja o último com reeleição para o Executivo

O senador Rogério Marinho (PL-RN), pré-candidato a governador do Rio Grande do Norte, defendeu o fim da reeleição para cargos no Executivo já a partir do próximo ciclo eleitoral. Pela proposta dele, políticos eleitos em 2026 já não poderiam disputar um novo mandato na eleição seguinte, marcada inicialmente para 2030.

Como compensação, a proposta de Rogério é que governadores dos estados e o presidente da República eleitos ou reeleitos em 2026 ficariam no cargo até 2031 – portanto, com um mandato de cinco anos. A partir de então, a reeleição no Executivo ficaria proibida, e os mandatos passariam a ter sempre cinco anos de duração, inclusive para o Legislativo (exceto o de senador, que teria 10 anos).

A proposta de Rogério Marinho foi apresentada nesta quarta-feira 23, durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A comissão está debruçada sobre possíveis mudanças na legislação eleitoral. Para ser válida em 2026, qualquer alteração precisa ser aprovada até outubro deste ano (um ano antes da eleição).

O senador potiguar registrou que o Congresso tem consenso sobre a necessidade do fim da reeleição e que, portanto, não há necessidade de esperar até 2034 para acabar com o instituto, como diz a proposta original.

Além da reeleição, a proposta original em discussão prevê que os mandatos passem a ter cinco anos e que haja unificação de eleições no País. Como regra de transição, prefeitos eleitos em 2028 ficariam no cargo por seis anos, até 2034. A partir daí, prefeitos, governadores e presidentes seriam eleitos no mesmo ano, para mandatos de cinco anos.

Vereadores e deputados passariam a ter um mandato de cinco anos também. Os senadores passariam a ter um mandato de 10 anos.

VINICIUS LOURES / CÂMARA



Senador Rogério Marinho (PL-RN)

Rogério avalia que o instituto da reeleição, criado em 1997, tem sido prejudicial ao País. "Aqueles que ingressam no Executivo já começam as suas administrações de olho na possibilidade da reeleição. E muitas vezes nós temos concessões que são feitas e que se voltam contra o próprio País, estado ou o Município. O preço é cobrado de uma forma muito cruel à população brasileira", declarou. ●

Em Natal

Vereadores pedem a Styvenson verba para pavimentação de ruas

Vereadores de Natal liderados pelo presidente da Câmara Municipal, Eriko Jácome (PP), participaram nesta quinta-feira 24 de uma reunião com o senador Styvenson Valentim (PSDB) para discutir a destinação de emendas voltadas à pavimentação de ruas em diversos bairros da cidade. Além de Eriko, participaram do encontro os vereadores Kleber Fernandes e Léo Souza, ambos do Republicanos.

Como resultado, ficou acertado que o senador e os vereadores farão visitas a alguns bairros de Natal para definir as áreas prioritárias a serem contempladas.

Os três primeiros bairros e conjuntos a serem visitados serão Parque Floresta, Jardim Progresso e Santa Cecília, na Zona Norte de Natal. A expectativa é de que, por meio das emendas, dezenas de ruas sejam pavimentadas.

REPRODUÇÃO



Reunião foi ontem em Brasília

Essa articulação é essencial para garantir melhorias reais no dia a dia da população. Com planejamento, diálogo e parceria, vamos avançar ainda mais na pavimentação de Natal", afirmou. ●

Câmara de Natal aprova reajuste de 12,88% para servidores municipais

Reajuste de 12,88% compensa inflação desde 2022

Na sessão ordinária do último dia 16, os vereadores de Natal aprovaram o Projeto de Lei Complementar nº 3/2025, enviada pelo Chefe do Poder Executivo, que aplica um reajuste salarial de 12,88%, com base nos índices inflacionários acumulados entre maio de 2022 e fevereiro de 2025.

Durante a discussão da matéria, o vereador Aldo Clemente (PSDB), líder da bancada governista, destacou o compromisso da gestão municipal com os servidores. "Esse aumento beneficia quem faz o serviço público acontecer. É um compromisso do prefeito Paulinho Freire com a cidade e com os trabalhadores", afirmou.

O representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Natal (Sinsenat), Jota Neto, também celebrou o avanço, mas lembrou que ainda há perdas históricas a serem reparadas. "O plano de cargos foi criado em 1992, mas só implantado em 2010, com muitos problemas. Desde 2022, conseguimos iniciar a correção dessas distorções. Este reajuste linear ajuda a equilibrar as perdas inflacionárias recentes, mas seguimos lutando por mais avanços", declarou.●

FRANCISCO DE ASSIS / CMNAT



Vereadores de Natal aprovam reajuste de 12,88% para servidores municipais após debate na sessão do último dia 16

Material produzido pela Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Natal
Acesse nosso site e redes sociais e fique por dentro das notícias do Poder Legislativo de Natal



Instagram @camaranatal
Facebook.com/camaranatal
Twitter @camaranatal
cmnat.rn.gov.br

Comissões discutem unificação das normas das Zonas de Proteção Ambiental de Natal

As comissões de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização e de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação da Câmara Municipal de Natal se reuniram, extraordinariamente, na quarta-feira 23, e debateram sobre o Projeto de Lei Complementar 18/2024, que trata da unificação das prescrições urbanísticas e ambientais das Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) da capital potiguar.

"A unificação vai facilitar o processo e dará mais segurança jurídica aos próximos investidores de Natal, assim como ocorreu com o Plano Diretor. Esse projeto de lei é totalmente favorável à população natalense", declarou o presidente da Comissão de Planejamento Urbano, vereador Irapoã Nóbrega (Republicanos).

O município conta atualmente com oito leis específicas que regulam as ZPAs, quatro delas publicadas em dezembro de 2022. As outras quatro são da década de 1990 e o início dos anos 2000. A diferença de períodos gera divergências entre as normas, o que, segundo o projeto, torna necessária a compatibilização entre os dispositivos e sua adequação ao Plano Diretor em vigor.

Solenidade homenageia contabilistas pelo seu dia

Numa sessão solene realizada pela Câmara Municipal de Natal, na terça-feira 16, foi realizada a entrega da Comenda Professor Ulisses Celestino de Góis a 25 profissionais da contabilidade com em alusão ao Dia do Contabilista, comemorado em 25 de abril. A solenidade foi proposta pela Mesa Diretora da Casa e presidida pelo vereador Eriko Jácome, presidente da CMN.

"A Câmara Municipal de Natal hoje abre as portas para homenagear profissionais da área de contabilidade e reconhece os serviços prestados por eles à cidade do Natal. Enalteço todos os contadores da cidade do Natal, do Rio Grande do Norte e do nosso país", destacou Eriko.

Entre os homenageados, estão o secretário estadual de administração, Pedro Lopes e o secretário executivo do gabinete do prefeito, ex-vereador Raniere Barbosa, que em 2017 instituiu a Comenda no âmbito da Legislativo. "Idealizei a comenda para valorizar a atividade do contabilista e fortalecer esse grande profissional. Ser homenageado hoje é um motivo de grande gratidão e orgulho", disse Raniere.

VERÔNICA MACEDO / CMNAT



VEREADORES APROVAM LEIS SOBRE TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO EM NATAL. Na sessão ordinária da quarta-feira 23, os vereadores aprovaram projetos de leis voltados para inclusão social, acessibilidade, meio ambiente e estímulo à economia local. Entre os destaques estão o PL nº 786/2023, de autoria do ex-vereador Dickson Júnior e subscrito por Daniel Santiago (PP), que trata da frequência facultativa de alunos com autismo, transtornos ou deficiências em escolas de tempo integral; e o PL nº 555/2021, do vereador Eribaldo Medeiros (Rede), que obriga a Companhia de Serviços Urbanos de Natal (Urbana) a doar até 30% dos resíduos sólidos recolhidos, especificamente pneus usados, para projetos de cunho social e ambiental. A acessibilidade também ganhou espaço com a aprovação do PL nº 664/2023, do vereador Tércio Tinoco (União), que obriga a sinalização horizontal zebrada em frente às rampas de acessibilidade e a instalação de placas indicativas.

Advogado de Mossoró está entre os alvos de operação sobre escândalo do INSS

Esquema envolva R$ 6,3 bilhões em descontos, entre valores legais e ilegais, desde pelo menos 2019



PF / REPRODUÇÃO

Agentes da Polícia Federal durante cumprimento de mandados na Operação Sem Desconto na última quarta-feira

Um advogado com atuação em Mossoró está entre os alvos da "Operação Sem Desconto", que investiga um esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Mandados foram cumpridos pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU) no Rio Grande do Norte e em outros 12 estados e no Distrito Federal.

De acordo com a Subseccional de Mossoró da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um computador e um celular do advogado foram apreendidos pelos agentes da PF e da CGU. A identidade do homem não foi divulgada. Também não foi revelada como seria a suposta ação dele dentro do esquema.

Presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB Mossoró, Carlos Dantas disse que acompanhou o cumprimento do mandado e que todos os procedimentos foram realizados conforme a lei. "Foram respeitadas todas as prerrogativas do advogado", enfatizou Dantas.

Entenda mais sobre o esquema

Segundo a PF e a CGU, aposentados e pensionistas do INSS eram vítimas de um esquema de descontos indevidos em seus benefícios. As cobranças, feitas por associações e sindicatos, ocorreram sem a autorização dos segurados.

O esquema consistia em registrar aposentados e pensionistas como membros de associações de aposentados sem seu consentimento. Com isso, mensalidades passavam a ser descontadas diretamente dos benefícios, simulando filiações que nunca ocorreram.

A Operação Sem Desconto, deflagrada nesta quarta, estima que o esquema envolva R$ 6,3 bilhões em descontos, entre valores legais e ilegais, no período de 2019 a 2024.

Ao todo, foram cumpridos 211 mandados de busca e apreensão, sequestro de bens e prisão temporária. A Justiça também determinou o sequestro de bens no valor de mais de R$ 1 bilhão. Entre os itens apreendidos estão carros de luxo avaliados em até R$ 15 milhões — incluindo Ferraris e um Rolls-Royce —, joias e mais de US$ 200 mil em espécie.

Entre os investigados estão seis servidores públicos, incluindo Alessandro Stefanutto (PDT), que era presidente do INSS até quarta-feira, quando foi afastado por ordem judicial. Após a operação, ele pediu demissão do cargo.

Stefanutto assumiu a presidência do INSS em julho de 2023. Antes disso, atuava como diretor de Orçamento, Finanças e Logística da autarquia.

CGU suspenderá débitos no INSS de aposentados associados

Nesta quinta-feira, a CGU informou que determinou a suspensão do desconto de todas as contribuições de aposentados e pensionistas do INSS a associações.

Para estancar as cobranças irregulares, todos os pagamentos descontados em folha para associações serão retidos já em maio. "Os recursos não irão às associações e, na próxima folha de pagamento, vão ser restituídos aos aposentados", afirmou o ministro Vinicius de Carvalho, da CGU.

Em paralelo, a CGU fará um "processo de reorganização" para identificar quais descontos foram feitos com o consentimento dos aposentados e quais são irregulares. "Só depois, aqueles que quiserem se associar aí sim vão ter os descontos que pactuarem. Mas todos serão suspensos", explicou Carvalho.

Segundo Carvalho, a investigação irá terminar ainda quem são os responsáveis individualmente. "Ontem, já foram bloqueados cerca de R$ 2 bilhões dessas associações e pessoas envolvidas", afirmou. ●

Suspeita de envenenamento

Bebê morre em Natal após comer granola de açaí; mulher que também comeu está internada

Uma bebê de 8 meses morreu em Natal por suspeita de envenenamento após comer granola de açaí. O produto foi entregue à família da bebê através de um motoentregador, como um presente. O caso aconteceu na semana passada e, de acordo com a Polícia Civil, o alimento está passando por "análise toxicológica". Não há prazo para o laudo pericial ser concluído.

Em nota nesta quinta-feira 24, a Polícia Civil informou que trabalha com a hipótese de a bebê ter sido envenenada, mas a investigação ainda não está concluída. Testemunhas foram ouvidas e a Polícia Civil segue acompanhando o caso para dar continuidade à apuração dos fatos.

A criança já havia sido sepultada no momento do início das investigações, e por isso ainda não foi submetida à necropsia pelo Instituto Técnico-Científico de Perícia (Itep).

Além da criança, que morreu no dia 14 de abril, uma mulher de 50 anos, prima de segundo grau da criança, foi internada por suspeita de envenenamento. Até ontem, ela seguia intubada no Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho, em Macaíba.

Mãe da bebê, a dona de casa Danielle Priscila Silva conta que a filha morreu ainda na UPA Cidade da Esperança, pouco antes de ser transferida para o Hospital Maria Alice Fernandes.

A mulher e a bebê consumiram o açaí no dia 14 de abril e, cerca de 40 minutos depois, a menina passou mal. Ela morreu na UPA de Cidade da Esperança logo depois. A mulher também teve um mal-estar e vômitos, mas foi liberada após ser medicada. No dia seguinte, outro pote de açaí foi entregue à família e, sem suspeitar que a bebê no dia anterior tivesse morrido de envenenamento, a mulher comeu novamente e passou muito mal. Ela está internada até agora.

Em entrevista à TV Ponta Negra, José Cícero, filho da mulher, contou que um dos pacotes deixado por um motoentregador tinha um pote de açaí com granola, chocolates e um cartão com a frase impressa: "Depois que eu te perdi é que eu percebi que te amo". Além disso, havia a frase "Te amo" escrita à mão. ●

REPRODUÇÃO

REPRODUÇÃO


Além da criança, que morreu no dia 14 de abril, uma mulher de 50 anos está internada

Raniere Barbosa celebra protagonismo do Legislativo Municipal em evento nacional

Ex-vereador de Natal destaca reconhecimento de sua trajetória na abertura da 24ª Marcha dos Vereadores do Brasil, em Brasília, e defende maior valorização do parlamento municipal

REPRODUÇÃO



Durante evento em Brasília, Raniere ministrou palestra "Inovação, Autonomia, Eficácia e Fortalecimento da Gestão Legislativa"

O ex-vereador de Natal Raniere Barbosa (União Brasil), atual assessor especial do prefeito Paulinho Freire (União), foi um dos palestrantes da 24ª Marcha dos Vereadores do Brasil, maior evento do legislativo municipal do País, realizado em Brasília até esta sexta-feira 25. A escolha do seu nome pela União dos Vereadores do Brasil (UVB) foi, segundo ele, um reconhecimento à sua atuação na Câmara de Natal e na Federação das Câmaras Municipais do RN (Fecam), onde promoveu avanços na transparência, educação legislativa e aproximação com a sociedade.

Com mais de 16 anos de vida pública, entre cargos no Legislativo e no Executivo, Raniere levou à marcha um apanhado das experiências que vivenciou nas duas esferas, além de propor uma reflexão sobre os pilares que sustentam o fortalecimento institucional das câmaras municipais: a política institucional, a política partidária e a produtividade legislativa — batizados por ele de "PPP".

Ao lado de autoridades como o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), ministros de Estado e parlamentares de diversas regiões do País, Raniere destacou a importância da valorização do legislador municipal, que representa a base da pirâmide política no Brasil. Ele defendeu que a cooperação entre os entes federativos e as câmaras municipais é fundamental para consolidar um parlamento local mais forte, qualificado e reconhecido.

Em meio ao evento, ele conversou com a reportagem. Confira a entrevista na íntegra:

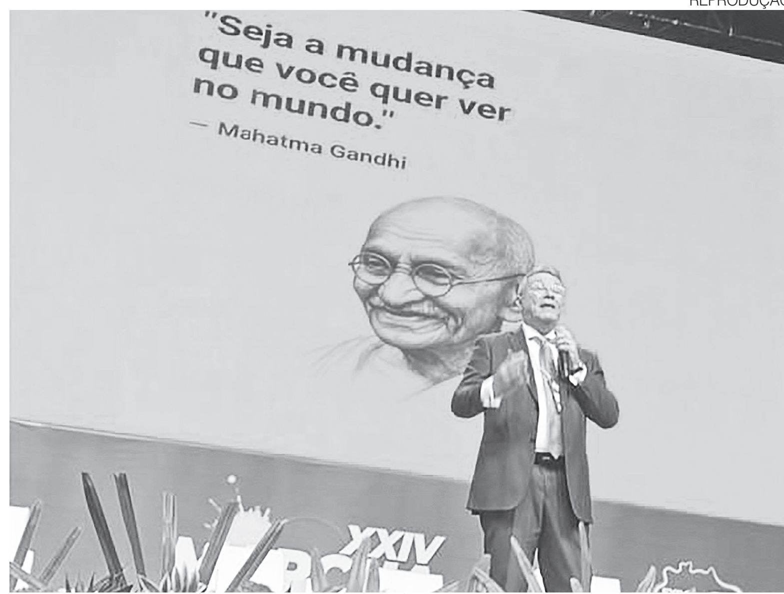
AGORA RN - O que representou para o senhor abrir oficialmente a 24ª Marcha dos Vereadores do Brasil?

Raniere Barbosa - É o maior evento do poder legislativo municipal brasileiro. Para mim, foi um reconhecimento a todo o trabalho que pude aplicar enquanto presidente da Câmara Municipal do Natal e presidente da Fecam. Na Fecam, fiz parcerias com o Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas, com universidades federais e universidades privadas. Fizemos parceria com o Governo do Estado, com a instalação do Itep em cada Câmara Municipal do Rio Grande do Norte, para fazer a emissão de carteiras, prestando serviço à população. Criamos a Escola do Legislativo na Federação das Câmaras, fizemos o Portal da Transparência, o Diário Oficial online para todas as Câmaras se tornarem transparentes, eficientes e autônomas.

Então, foi um trabalho que gerou uma grande experiência, porque é uma política de grupo coletivo. Presidir uma instituição como uma federação foi um grande momento de aprendizado.

Além disso, ter sido presidente de uma Câmara de uma capital foi outro aprendizado grande. Realizamos a instalação do Procon Legislativo, do Memorial da Câmara, a Escola do Legislativo, ampliamos as ações, atividades e parcerias. Levamos a cultura para dentro da Câmara, como a feira de artesanato. Fizemos a Câmara nos bairros, a Câmara cidadã, a Câmara itinerante. Então, tudo isso eu pude levar de conhecimento, como também na atuação como legislador, ter sido presidente da Comissão Temática de Finanças de Orçamento, Controle e Fiscalização. Sendo relator do orçamento durante 12 anos consecutivos, 16 anos enquanto parlamentar. Fui presidente da Comissão de Justiça e presidente da Comissão de Planejamento Urbano.

REPRODUÇÃO



Raniere Barbosa já foi presidente da Câmara de Natal e da Fecam-RN

Fui também por muitos anos membro do Conselho Municipal de Planejamento Urbano de Natal. Tive oportunidade no Executivo de ser secretário de 2004 a 2008, depois de 2012 a 2015. Fui secretário executivo do Gabinete Civil, secretário de Desenvolvimento Comunitário, secretário de Assuntos Parlamentares, secretário de Serviços Urbanos e agora estou novamente como secretário executivo do Gabinete do Prefeito. Esse período de aprendizagem me fez ser convidado como referência para a abertura do maior evento do poder legislativo nacional.

É um motivo de orgulho ter o reconhecimento pela UVB, que é a União dos Vereadores do Brasil, para que fizesse essa abertura onde estavam palestrantes nacionais, vice-presidente da República, vários ministros, presidente do TCU. Então isso é muito gratificante, você poder ter uma plateia seleta, onde tiveram mais de 6 mil inscritos de vereadores e presidentes e técnicos legislativos participando desse grande evento.

AGORA RN - Como o senhor avalia a importância desse evento para o fortalecimento do Legislativo Municipal?

Raniere Barbosa - São eventos como esse que trazem informações através de palestrantes, desde profissionais da área acadêmica, profissionais da área técnica, que fortalecem a educação legislativa. E isso eu implantei quando fui presidente, principalmente na Federação das Câmaras, e a UVB é a âncora nacional, que dá oportunidade aos legisladores do Brasil. Mensalmente, a Fecam faz um trabalho itinerante, levando palestrantes nacionais com material didático para o fortalecimento das Câmaras Municipais, de seus técnicos colaboradores e legisladores.

AGORA RN - Qual foi o foco principal da sua palestra de abertura e que mensagem o senhor quis transmitir?

Raniere Barbosa - Eu levei exatamente o que eu criei dentro de um painel, a PPP. A política institucional é um eixo do legislativo, a política partidária é um outro eixo do legislativo e a produtividade legislativa que resulta no fortalecimento institucional. Então, iniciativas e estratégias que resultam no fortalecimento institucional.

AGORA RN - O senhor citou a presença de autoridades como o vice-presidente Geraldo Alckmin e ministros. Como enxerga a participação do Executivo nesse tipo de evento?

Raniere Barbosa - Vejo como o Poder Legislativo Municipal passa a ter reconhecimento. Há exemplos de ter um vice-presidente da República, ter três ministros participando, ter o representante do Senado Federal, o representante da Câmara Federal, representante de autarquias. Essa participação do Executivo federal, Executivo estadual, também de deputados estaduais presentes e de deputados federais de vários estados do nosso país, fazendo até a composição da mesa de autoridades, demonstra o respeito que, através da UVB, está sendo implantado um trabalho de fortalecimento do Poder Legislativo Municipal. E é exemplo que o local, que foi o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, um espaço para mais de 5 mil pessoas. Já demonstra o tamanho que é este evento.

AGORA RN - Quais temas, na sua visão, merecem maior prioridade no debate nacional quando se trata do fortalecimento das Câmaras Municipais?

Raniere Barbosa - No debate nacional, teve destaque a prioridade para que o Executivo federal, estadual e municipal reconheça a força do poder legislativo, porque a base da pirâmide da hierarquia política está exatamente no poder legislativo municipal. Basta você quantificar proporcionalmente, no nosso estado temos três senadores com suas prerrogativas e competências específicas, temos 24 deputados estaduais, mas temos 1.700 vereadores. Então é um grande exército que precisa ser capacitado, qualificado e ter o reconhecimento, o apoio de parcerias, de convênios entre os entes estaduais, federais e municipais com o poder legislativo. Esses poderes têm que ter um trabalho de cooperação e isso resulta no fortalecimento na pirâmide da hierarquia total.●

Vereadores cobram obras urgentes no Planalto: só 22% das ruas pavimentadas

Representante do MP presente em audiência pública disse que Prefeitura tem 45 dias para apresentar um plano de microdrenagem

ELPÍDIO JÚNIOR / CMN



Audiência pública exibiu cenas de alagamentos no bairro e discutiu soluções

A Câmara Municipal de Natal realizou, nesta quarta-feira 24, uma audiência pública que expôs a grave situação de infraestrutura no bairro Planalto, na Zona Oeste. Segundo apurado pelos vereadores, apenas 22% das mais de 300 ruas do bairro possuem pavimentação, enquanto moradores relatam alagamentos recorrentes que chegam a 1 metro de altura.

O vereador João Batista Torres (DC), propositor do debate e morador da região há 18 anos, afirmou que o crescimento desordenado agravou os problemas. "Os moradores enfrentam lama, alagamentos e dificuldades de locomoção. O crescimento desordenado agravou o problema, e agora precisamos de ações concretas. O Planalto não quer migalhas. Queremos solução completa".

João Ferreira, ex-presidente do Conselho Comunitário, foi mais enfático ao afirmar que "no máximo 22% das ruas são asfaltadas". "O bairro tem mais de 300 vias, mas só os corredores de ônibus receberam atenção".

O secretário adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), Rafael Dias, confirmou que projetos para quatro bacias hidrográficas estão prontos, mas dependem de recursos federais. "Temos quatro bacias hidrográficas mapeadas e uma lagoa de captação concluída. Agora, precisamos de emendas federais para avançar", destacou.

Já o secretário municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), Thiago Mesquita, destacou a dimensão do desafio e reforçou a necessidade de verbas. "O orçamento estimado ultrapassa R$ 150 milhões. Sozinhos, não conseguiremos resolver".

Ana Cláudia Lima, assistente do Ministério Público do Estado (MPRN), estabeleceu prazo para a prefeitura. "O Planalto é um ponto crítico de drenagem em Natal. A prefeitura tem 45 dias para apresentar um plano de microdrenagem, conforme decisão judicial".

Presente à audiência pública, a professora Joana Darc Freire, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), apontou soluções técnicas para os problemas do bairro. "A ocupação desordenada piora os alagamentos. Precisamos de pavimentação permeável e áreas de infiltração".

Moradores presentes deram relatos como o de José Inácio. "Perdi móveis com alagamentos de um metro de altura. Precisamos de ação, não promessas". A ausência da Caern foi criticada, como destacou o vereador Preto Aquino (Podemos): "Não adianta falar em drenagem sem resolver o esgoto, que está parado desde 2014".

Entre os compromissos assumidos pelos setores, estão: a Prefeitura do Natal deve apresentar plano de microdrenagem em 45 dias; a Câmara irá articular emendas federais para as obras prioritárias; e o MPRN monitorará cumprimento de decisão judicial de 2012. ●

Substituição

Após recusa de Pedro Lucas, Lula nomeia e empossa novo ministro das Comunicações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou e empossou nesta quinta-feira 24 o engenheiro Frederico Siqueira como o novo ministro das Comunicações.

Até a nomeação, Siqueira presidia a Telebras – empresa pública vinculada ao ministério. Segundo o Palácio do Planalto, a indicação de Frederico Siqueira para o cargo foi feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O comando do Ministério das Comunicações estava vago desde o dia 8 de abril – quando Juscelino Filho (União-MA), hoje ex-ministro, foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por supostas irregularidades em emendas parlamentares.

Em um primeiro momento, o União Brasil indicou Pedro Lucas, deputado pelo Maranhão e líder do partido na Câmara. Ele chegou a jantar com Lula e a ministra Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) no Palácio da Alvorada e a ser anunciado como futuro ministro.

Na terça-feira 22, no entanto, Pedro Lucas pediu desculpas a Lula em uma nota e disse que não aceitaria o convite. ●

RICARDO STUCKERT / PR



Lula e ministro Frederico Siqueira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.089/0001-45, localizada à Rua Miguel Barbosa, nº 548, Centro, Tangará/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO** para **Sistema de Registro de Preços**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando: **Contratação de serviço de tecnologia de informação, transmissão e recepção de dados, que permita o tráfego de informações de caráter corporativo entre localidades de nível municipal simultaneamente, acesso a rede mundial de computadores – INTERNET – de segurança de acesso de dados e monitoramento.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 101/2023 Agente de Contratação Nomeado pela portaria nº 031 de 15 de janeiro de 2025 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições: **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 08h00min do dia 25 de abril de 2025. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 10h00min do dia 08 de maio de 2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 10h20min do dia 08 de maio de 2025. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 10h30min do dia 08 de maio de 2025. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 25 de abril de 2025, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Tangará/RN, situada à Rua Miguel Barbosa, nº 548, Centro, Tangará/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado através do e-mail tangara.cpl@gmail.com. **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS:** Pedidos de esclarecimento ou encaminhamentos através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

Tangará/RN, em 24 de abril de 2025.
José Jailson Pereira
Agente de Contratação

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

AUTO POSTO SERRANO EIRELI - EPP, CNPJ **06.699.131/0001-95**, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Renovação de Licença de Operação 2021-160002/TEC/RLO-0122, com prazo de validade até 25/05/2027, em favor do empreendimento Posto de revenda varejista de combustíveis líquidos, localizado Rua Maria Henrique Godeiro da Silva, n° 731, Bairro Estação, Patu/RN.

AUTO POSTO SERRANO EIRELI – EPP
Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.089/0001-45, localizada à Rua Miguel Barbosa, nº 548, Centro, Tangará/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO** para **Sistema de Registro de Preços**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando: **AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL RECÉM-NASCIDO, TENDO EM VISTA ATENDER O BENEFÍCIO EVENTUAL DO AUXILIO NATALIDADE DE RESPONSABILIDADE DESTA SECRETARIA.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 101/2023 Agente de Contratação Nomeado pela portaria nº 031 de 15 de janeiro de 2025 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições: **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 08h00min do dia 25 de abril de 2025. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 08h30min do dia 08 de maio de 2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 08h40min do dia 08 de maio de 2025. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h00min do dia 08 de maio de 2025. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 25 de abril de 2025, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Tangará/RN, situada à Rua Miguel Barbosa, nº 548, Centro, Tangará/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado através do e-mail tangara.cpl@gmail.com. **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS:** Pedidos de esclarecimento ou encaminhamentos através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

Tangará/RN, em 24 de abril de 2025.
José Jailson Pereira
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025 SRP

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de Serra do Mel – RN, nomeado através da Portaria nº 34/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "proposta" e "Habilitação" a partir das **09:00 hs do dia 24/04/25** (horário de Brasília) **até as 09:00 hs do dia 07/05/2025**, através do **Pregão Eletrônico-SRP nº 09/2025**. A sessão eletrônica iniciará as **09:01 hs do dia 07/05/2025**, para o **registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa para AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL ELÉTRICO, para atender as demandas do Município de Serra do Mel-RN.** Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das **09:01 horas do dia 07 de maio de 2025**, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e Contratos, na Av. Antonio F de Oliveira, 31, Vila Brasília- Serra do Mel e no email: pregaosm@gmail.com, ou através dos sites: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/, https://www.serradomel.rn.gov.br/. https://www.portaldecompraspublicas.com.br, Informações complementares através do telefone (84) 9 8609-2714.

Serra do Mel – RN, 23 de abril de 2025.
PAULO HENRIQUE CIRINO
Agente de contratação
PORT: 034/2025

ANUNCIE AQUI. AGORARN
PUBLICA@AGORARN.COM.BR

AGORARN
PRECISANDO PUBLICAR?
AVISOS - ATAS - BALANÇOS - COMUNICADOS
CONVOCAÇÕES - EDITAIS (USUCAPIÃO)
LICENÇAS - NOTAS E OUTROS
Pessoas Físicas, Empresas Privadas, Sindicatos, Associações, Instituições e demais Entidades.



84. 3027-1690 | 84. 98117-1718 | publica@agorarn.com.br
FAÇA JÁ SEU ORÇAMENTO!

Vereador denuncia turmas sem aula há 4 meses em São Gonçalo

Clóvis Júnior cobra reunião urgente com Secretaria de Educação para resolver falta de professores na rede municipal

O vereador Clóvis Júnior (MDB), de São Gonçalo do Amarante, alertou para a falta de professores e auxiliares na rede municipal de ensino. Segundo o parlamentar, as turmas estão sem aulas há quatro meses, situação que afeta pais e estudantes. Ele pediu que a prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação resolvam a situação o mais rápido possível.

"As pessoas estão esperando que se resolva a falta de professores e de auxiliares em nossa cidade. Há relatos de turmas que estão sem aula, e estamos terminando abril, já se vão aí quatro meses e pais e mães, que precisam que seus filhos estudem para que possam trabalhar e trazer o sustento para sua família, estão desesperadas", afirmou o vereador durante sessão da Câmara Municipal nesta quinta-feira 24.

Clóvis relatou ter recebido inúmeras reclamações de moradores e cobrou ação imediata. "Eu tenho sido procurado diariamente, pessoalmente, pelo celular, nas redes sociais. Quero que marquem uma reunião o mais breve possível com a Secretaria de Educação para resolver essa situação".

REPRODUÇÃO



Parlamentar relatou ter recebido inúmeras reclamações e cobrou ação imediata

O parlamentar citou como exemplo o caso de um morador, que enviou mensagem pedindo intervenção. "Está aqui a mensagem dele, pediu para eu trazer essa pauta para esta Casa. Há relatos de turmas inteiras sem aula. Isso é inaceitável", afirmou, exigindo respostas sobre as medidas que serão tomadas.

Clóvis chamou a atenção para a Comissão de Educação da Câmara de São Gonçalo. "Quero que marquem uma reunião o mais breve possível com a Secretaria de Educação e todo o corpo técnico, para a gente saber o que está acontecendo, para a gente tentar resolver essa situação o mais breve possível. Isso aqui é um apelo que eu faço em nome dos pais e alunos da rede municipal da nossa cidade". ●

Educação

Escolas de Natal terão campanha permanente contra violência doméstica

A Câmara Municipal de Natal aprovou por unanimidade um projeto de lei que institui campanha permanente de conscientização sobre violência doméstica nas escolas municipais. O projeto do vereador Luciano Nascimento (PSD) foi aprovado por unanimidade.

"O caminho é pela educação. Se chegar na escola, no aluno do ensino médio, pode ser crianças também. Assim como nas campanhas de trânsito, onde elas ajudam os pais, podem entender que a violência doméstica é prejudicial", declarou Luciano. O vereador propõe que as ações ocorram em agosto, mês da Lei Maria da Penha.

A vereadora Samanda Alves (PT) destacou a conexão com outro projeto sobre o tema: "Nos eventos culturais e esportivos organizados com apoio da Prefeitura, os canais de denúncia de violência contra as mulheres devem ser exibidos". Ela revelou que uma proposta semelhante havia sido vetada e pediu apoio para derrubar o veto.

Os vereadores Cláudio Custódio (PP) e Pedro Henrique (PP) subscreveram a matéria. "Parabéns pelo projeto", disse Custódio durante a sessão. A proposta segue para segunda discussão antes de ser enviada ao prefeito Paulinho Freire (União) para sanção.

JOSÉ ALDENIR / AGORA RN



Foco das ações de conscientização deverá ser em agosto, mês da Lei Maria da Penha

A campanha deverá envolver capacitação de professores e atividades com alunos para identificar e prevenir casos de violência doméstica. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela implementação das ações nas 143 escolas da rede. ●

Violência no trânsito

Câmara aprova campanha contra violência a mulheres motoristas em Natal

A Câmara Municipal de Natal aprovou em primeira discussão o um projeto de lei que cria campanha permanente de combate à violência contra mulheres no trânsito. O projeto do vereador Chagas Catarino (União) recebeu apoio unânime e segue para segunda votação. A proposta estabelece ações educativas para coibir assédio e agressões a motoristas mulheres.

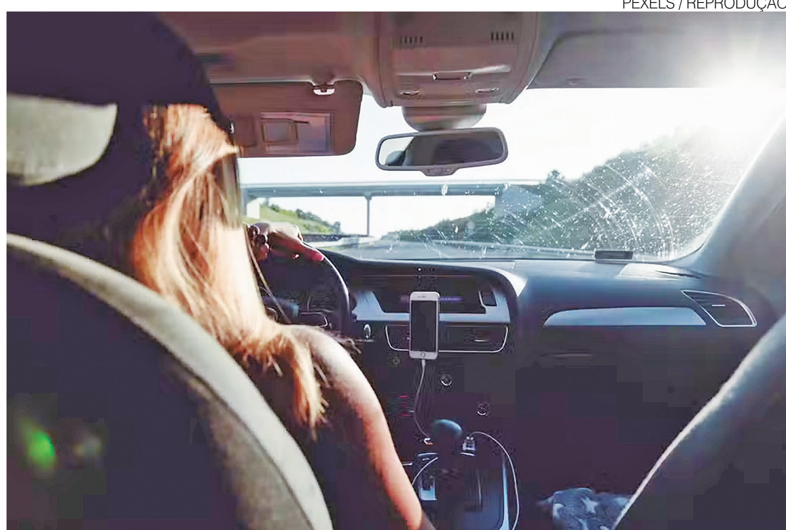
"Esse projeto é mais do que uma proposta legislativa, é um clamor por igualdade e dignidade. Infelizmente, no trânsito, muitas mulheres enfrentam preconceitos baseados em ideias ultrapassadas. Que insistem em rotulá-las como menos habilidosas ao volante", afirmou.

O parlamentar relatou ter presenciado uma agressão recentemente. "Somos testemunhas de casos de violência física e psicológica, em abordagem grotesca por outros condutores que, por machismo, acham que é mais do que a mulher, que não vai ser nunca. Semana passada, encontrei um violento na Praia dos Artistas. A mulher estava para estacionar e o cara tomou a vaga com violência".

A proposta prevê ações educativas para conscientizar sobre direitos das mulheres motoristas. "Por mês, são seis denúncias de assédio em cima da mulher, no trabalho, nas escolas. É a nossa responsabilidade, como representante do povo, criar mecanismos que assegurem e protejam as mulheres, promovendo um trânsito mais justo e mais humano", afirmou Chagas.

A vereadora Samanda Alves (PT), relatora na Comissão de Transportes, subscreveu o projeto: "Quero cumprimentar o vereador Chagas Catarino pela iniciativa". Cleiton da Policlínica (PSDB) e Tony Henrique (PL) também apoiaram a proposta.

PEXELS / REPRODUÇÃO



Parlamentar autor do projeto relatou ter presenciado agressão recentemente

A campanha prevê material educativo nas escolas e blitzen de conscientização. Os dados serão encaminhados à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU) para embasar políticas públicas. O projeto deve ser votado em definitivo na próxima sessão ordinária. ●

Geral

Com aposta no turismo, Femptur começa hoje e reúne 49 municípios

Feira ocorre no Centro de Convenções, com entrada gratuita, apresentações culturais, estandes, artesanato e acesso a crédito para pequenos empreendedores

JOSÉ ALDENIR / AGORA RN



Apresentações culturais são atração à parte em edições da Femptur

FEMPTUR / REPRODUÇÃO


Organizador da feira, Antônio Roberto Rocha, da Argus Eventos

A 11ª edição da Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do Rio Grande do Norte (Femptur) começa nesta sexta-feira 25 e segue até sábado 26, no Centro de Convenções de Natal, com entrada gratuita. O evento reunirá 49 dos 167 municípios potiguares, promovendo o turismo regional e integrando setores como gastronomia, cultura, artesanato e agricultura familiar.

Segundo o organizador da feira, Antônio Roberto Rocha, da Argus Eventos, a proposta da Femptur é estimular o turismo dentro do próprio estado. "A Femptur foi criada para incentivar as viagens regionais. A gente imaginou que o Rio Grande do Norte deveria ser mais visitado pelo norte-rio-grandense", afirmou. "Passou a pandemia e ficou o hábito de tirar um fim de semana para conhecer melhor a própria cultura", disse ele em entrevista ao Jornal 91, da 91 FM.

Cada município participante contará com estandes onde poderão ser comercializados produtos típicos, apresentados grupos culturais e exibidos atrativos locais. "Eles levam o doce daquela tiazinha antiga, que só ela tem aquela receita. Levam produtos da agricultura familiar, artesanato para comercialização e mostram os encantos locais", explicou Antônio Roberto. Os estandes concorrem a troféus em três categorias: originalidade, interatividade e ambientação. "Saem nove premiados. Eles capricham cada vez mais de olho em botar esse troféu na estante."

Municípios estreantes como Japi e Jaçanã marcam presença na feira este ano. "Japi está estreando este ano na Femptur. Jaçanã está levando o café, que é uma referência também. São locais que estão querendo se inserir", disse. "Estamos com 49 municípios. Quer dizer, estamos quase lá. É uma luta conseguir trazer."

A feira também conta com a presença de instituições financeiras como o Banco do Nordeste e a Agência de Fomento do RN (AGN). "A AGN oferece linha de crédito de R$ 10 mil sem juros. Esse crédito é para o pequeno, para o artesão que está dando os primeiros passos no turismo e não sabia que tinha isso disponível", destacou.

Além do turismo de sol e mar, o evento reforça modalidades como o turismo cultural, de aventura, religioso e o chamado turismo de experiência. "É o turismo de experiência, que está mundialmente em alta. Fazer um passeio de barco com pescador, comer o peixe na hora. Ou voar de rapel em Patu e comer uma carne de sol num ambiente simples. Ele volta encantado", pontuou.

Para Antônio Roberto, o turismo funciona como motor econômico em locais que ainda não possuem estrutura hoteleira. "O turismo insere no mercado o artesão, o agricultor familiar, o grupo cultural. Esse dinheiro circula nas comunidades."

A programação inclui apresentações culturais em palcos distribuídos na Praça da Alimentação, exposições de produtos regionais, gastronomia típica e mostra dos atrativos turísticos do RN. "É um momento de integração e de fazer com que essa roda da economia gire com mais velocidade", concluiu.●

Oportunidade

Idema abre edital para 1º concurso de sua história, com 180 vagas para profissionais de nível superior

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema) anunciou a abertura de seu primeiro concurso público em 40 de existência, oferecendo 180 vagas para profissionais de nível superior. As inscrições estarão abertas de 28 de abril a 30 de maio no site do Instituto AOCP (www.institutoaocp.org.br), com provas marcadas para 27 de julho.

A seleção contempla três cargos principais: 113 vagas para Analista Ambiental (abrangendo 24 formações como biologia, engenharia ambiental e geologia), 27 para Analista Administrativo (10 áreas, incluindo administração e direito) e 40 para Fiscal Ambiental (com exigência de diploma superior). O concurso reserva cotas para pessoas com deficiência e candidatos negros, seguindo as políticas de inclusão do Estado.

Segundo a governadora Fátima Bezerra (PT), "esta ação reforça nosso compromisso com um RN mais sustentável e justo". O diretor-geral do Idema, Werner Farkatt, frisou que o órgão sempre funcionou com servidores temporários e que o concurso trará maior estabilidade às atividades essenciais de fiscalização e políticas ambientais.

ASSECOM / REPRODUÇÃO


Órgão sempre funcionou com temporários; concurso dará mais estabilidade

O processo seletivo terá duas etapas eliminatórias: prova objetiva (com questões sobre conhecimentos gerais e específicos) e prova discursiva. Os conteúdos abrangem desde história e geografia do RN até legislação ambiental federal e estadual. O certame terá validade inicial de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

A iniciativa foi possível após termo de ajuste com o Ministério Público de Contas, conforme explicou o secretário de Administração, Pedro Lopes. "Estamos entregando um legado importante para o serviço público potiguar". A solenidade de assinatura do edital contou com a presença da governadora, diretores do Idema e membros da comissão organizadora. ●

Luiz Almir — A VOZ DO POVO

@comunicadorluizalmir verluizalmir@gmail.com

BRASÍLIA



Nesta semana aconteceu a Marcha dos Vereadores a Brasília. Parlamentares foram em busca de recursos para os seus Estados e municípios. O presidente da Câmara de Natal e da Fecam, Eriko Jácome (PP), esteve presente. Na foto, ele ao lado de Gilson Conzatti, presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB). parabéns!

SETE CAPITAL



Na foto, a amiga e empresária Talita, diretora da Sete Capital, que tem várias filiais em todo o Brasil. A empresa trabalha reduzindo multas e juros para quem tem débitos com compras de automóveis. A Sete Capital é uma empresa séria que vem se destacando pelo excelente trabalho, reduzindo débitos em até 80%. Talita comanda a Sete Capital em Natal.

DIÁRIO DO RN



Parabenizo o colega jornalista Túlio Lemos, diretor do jornal Diário do RN, que chegou ontem a 500 edições impressas. Tenho certeza que falo em nome de toda a imprensa e autoridades. Aliás, o diretor do Jornal **AGORA RN**, Alex Viana, também parabeniza Túlio Lemos.

ANIVERSÁRIO

Parabenizo o amigo e grande jornalista, principalmente dos eventos sociais, Toinho Silveira. Sucesso!

EDUCAÇÃO

O secretário municipal de Educação de Natal, Aldo Fernandes, participou de uma reunião na terça-feira passada no Tribunal de Contas do Estado. Durante o encontro, foram apresentados resultados alcançados nos 100 primeiros dias da nova gestão. Destaque para valorização dos professores, eliminação da fila de espera das creches, adesão ao programa Brasil Alfabetizado, além da parceria com o Instituto Ayrton Senna. Parabéns! Estamos acompanhando!

DECLARAÇÃO DIGITAL

A Secretaria de Mobilidade Urbana de Natal (STTU) aderiu ao Sistema de Declaração de Acidentes de Trânsito (EDAT). A plataforma digital permite que motoristas registrem online acidentes de trânsito sem vítimas, eliminando a necessidade de aguardar atendimento no local. Será que dará certo?

2026

Depois de muita especulação, o presidente da Assembleia Legislativa do RN, Ezequiel Ferreira (PSDB), quebrou o silêncio e disse não descartar a possibilidade de ser candidato a qualquer cargo em 2026. Estamos acompanhando!

PONTA NEGRA

A Semsur instalou novas lâmpadas de LED no percurso da Avenida Roberto Freire. Comerciantes e moradores agradecem!

ANIMAIS

Em 2024, houve um aumento de 438% nas denúncias de maus-tratos a animais em Parnamirim. Informação do vereador Michael Borges (PP). É preciso também retirar muitos animais das ruas.

Obras em Assú avançam com novos equipamentos para saúde, educação e lazer

Secretária de Obras, Jhéssica Marques, detalha reformas e construções em andamento, incluindo UBS, Caps, escola, praça e abatedouro

REPRODUÇÃO



Secretária de Obras de Assú, Jhéssica Marques, detalha investimentos

A secretária de Obras de Assú, Jhéssica Marques, afirmou que as obras em diversos setores da cidade seguem em ritmo acelerado e envolvem saúde, educação, lazer e desenvolvimento econômico. Entre as ações destacadas, estão a reforma da Praça Recanto da Criança, a construção da nova sede do Caps, intervenções em unidades de saúde, obras em escolas, além da construção do abatedouro público e instalação de reservatório d'água na zona rural.

Sobre a Praça Recanto da Criança, localizada na Avenida 24 de Junho, Jhéssica explicou que o espaço foi reformulado a partir de escuta com famílias e comerciantes do entorno. "Nós ainda estamos aguardando a instalação de dois parques infantis que serão instalados lá. As estruturas dos espaços para receber esses parques já estão prontas, devidamente isoladas com segurança", afirmou. A entrega oficial está prevista para antes do São João.

Na área da saúde, a construção da nova sede do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) já ultrapassou 50% de execução. "É uma obra de aproximadamente R$ 2 milhões. Nós temos ali uma emenda parlamentar da senadora Zenaide Maia no valor de R$ 1,7 milhão mais a contrapartida do município", explicou. A unidade deve ampliar a capacidade de atendimento da Secretaria de Saúde.

A secretária também falou sobre a Unidade Básica de Saúde (UBS) da comunidade Nova Esperança, que está passando por reforma e ampliação. Segundo ela, a estrutura anterior já não comportava mais a demanda. "Os serviços agora são prestados com muito mais comodidade, com segurança, com a capacidade ideal de higienização dos ambientes, com acessibilidade", disse.

Outra obra citada foi a construção do novo abatedouro público. "Estamos nas primeiras etapas ainda, fazendo movimentação de terra. É uma obra que terá uma estação de tratamento de afluente", afirmou. Segundo Jhéssica, o projeto tem todas as licenças exigidas pelos órgãos ambientais. "Temos licença prévia e licença de instalação junto ao Idema, e em seguida iremos requerer a licença de operação".

Na área da educação, a secretária falou sobre as obras no Cepa, uma das principais escolas da rede municipal. "A construção de 10 salas de aula fará toda a diferença na dinâmica da escola. É uma parceria com o consórcio Sol de Assú", disse. A medida deve permitir a reforma gradativa dos blocos existentes. Ela também mencionou ações na zona rural: "Na semana passada, antes do feriadão da Semana Santa, o prefeito esteve na comunidade de Bela Vista Piató entregando a nova caixa d'água construída para atender aquela comunidade".

Ao falar sobre o volume de projetos simultâneos, Jhéssica afirmou: "De fato é uma responsabilidade muito grande que a gente vem abraçando com duas coisas que eu diria que embasam esse nosso compromisso: primeiro, a atenção para com o nosso povo; segundo, construir uma gestão de maneira integrada entre as secretarias". ●

CONCESSÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA – LS

F. R. COSTA DE AMORIM IND. LTDA ME - CNPJ - 05.367.126/0001-12, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença Simplificada - LS, com validade até 23/05/2025, em favor do empreendimento de **fabricação de conserva de frutas,** localizada na **Rua Getúlio Vargas, Nº 287, Centro, Martins/RN.**

Fábio Rogério Costa de Amorim – Proprietário

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

A **CERÂMICA GAMA LTDA, CNPJ: 17.991.251/0001-88,** torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a RLS, para indústria de cerâmica, fabricação de tijolos, localizado no Sítio Riacho do Meio, Zona Rural- no município de Alexandria/RN.

José Cleginaldo da Gama - Sócio

CONCESSÃO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO:

AURELIO ADENOR VARELA DE GOIS, **CPF: 039.452.194-34**, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença de Regularização de Operação, para a atividade de criação de bovinos para corte e agricultura não irrigada, localizada na Fazenda Vale do Camaragibe – Zona Rural – Ielmo Marinho/RN.

AURELIO ADENOR VARELA DE GOIS – PROPRIETÁRIO

Prisão

Suplente de Styvenson é preso por violar medida protetiva

O primeiro suplente do senador Styvenson Valentim (PSDB), Alisson Taveira, foi preso preventivamente por descumprimento de medida protetiva de urgência em Ceará-Mirim, na Grande Natal. A prisão foi confirmada pela Polícia Civil nesta quinta-feira 24 e ocorreu após cumprimento de mandado judicial expedido contra ele.

Segundo a corporação, Taveira é investigado por manter contato com sua ex-companheira, mesmo após ser advertido das regras judiciais que proibiram qualquer tipo de comunicação.

A prisão foi realizada na segunda-feira 14 por agentes da 22ª Delegacia de Polícia de Ceará-Mirim (22ª DP), com apoio da Polícia Civil de Pernambuco.

Mesmo advertido das regras de não contato, ele continuava mantendo comunicação com a vítima por meio de redes sociais, através de postagens e mensagens, informou a Polícia Civil.

Após a prisão, Alisson Taveira foi conduzido à delegacia para os procedimentos legais e, em seguida, encaminhado ao sistema prisional, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Em 2022, Alisson Taveira já havia sido preso em outra ocasião. Em junho daquele ano, ele foi detido em São José do Mipibu, também na Grande Natal, por policiais da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A prisão foi resultado do cumprimento de um mandado expedido pela 4ª Vara de Família de Campina Grande, na Paraíba, por não pagamento de pensão alimentícia. ●

REPRODUÇÃO



Alisson Taveira, 1º suplente de senador

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº 05/2025

A Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, através do seu agente de contratação, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Formação de registro de preço para contratação de empresa para futura e gradual aquisição de material de construção e material elétrico (por maior desconto sobre os preços da tabela SINAPI), para atendimento das necessidades do município de Lagoa de Pedras. – início de acolhimento das propostas: 09:00 horas do dia 28/04/2025 – termino: 09:00 horas do dia 08/05/2025. E Abertura das propostas: às 09:00 horas do dia 08/05/2025, início da sessão de disputa de preços: às 09:01 horas do dia 08/05/2025. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sala da Comissão, localizada na Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, R. Cel. Francisco Tomaz, 99 – Centro – Lagoa de Pedras/RN – ou pelo email: licitacaolp25@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lagoa de Pedras/RN, 24 de abril 2025.

Agente de Contratação

CONCESSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

POSTOS ELO III LTDA, CNPJ: **52.502.632/0001-57**, torna público que recebeu do IDEMA, a LO, validade até **11/04/2031**, para Posto de combustíveis, localizado na Rua Joaquim Félix, n° 80, Centro, Lagoa Nova/RN.

POSTOS ELO III LTDA
CNPJ: 52.502.632/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ/RN

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025-SESDEM
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2025

No Aviso de Publicação referente ao **Pregão Eletrônico nº 02/2025-SESDEM**, cujo objeto é **Futura contratação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros, intermunicipal e interestadual, por km rodado, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Mossoró/RN**, publicado no publicado no **AGORARN, datado de 12 e 13/04/2025, Edição nº 2.056, Ano 9, pág. 11, RETIFICA-SE** da seguinte forma:

Onde se Lê: Propostas: Entrega até 05/05/2025 às 08h59. Abertura da Sessão em 05/05/2025 às 09:00hs.
Leia-se: Propostas: Entrega até 13/05/2025 às 08h59. Abertura da Sessão em 13/05/2025 às 09:00hs.

Mossoró/RN, 16 de abril de 2025.
JAMILLE BARBOSA SILVA DA COSTA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, demais legislação aplicável. A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o **Pregão** em sua forma **Eletrônica nº 025/2025**, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÓLEO DIESEL S500, ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDIMENTO NO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.** O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com, E-mail: cplmjs2021@gmail.com e PNCP: www.pncp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. A sessão eletrônica será aberta **às 08h01min** (horário de Brasília) do **dia 12 de maio de 2025**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 24 de abril de 2025.
Jaelyson Max Pereira de Medeiros
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, demais legislação aplicável. A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o **Pregão** em sua forma **Eletrônica nº 024/2025**, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTHAS).** O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com, E-mail: cplmjs2021@gmail.com e PNCP: www.pncp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. A sessão eletrônica será aberta **às 11h31min** (horário de Brasília) do **dia 09 de maio de 2025**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 24 de abril de 2025.
Jaelyson Max Pereira de Medeiros
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, demais legislação aplicável. A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o **Pregão** em sua forma **Eletrônica nº 023/2025**, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECARGA DE TONER, INCLUINDO POSSÍVEL REPOSIÇÃO DE CILINDRO E ROLO MAGNÉTICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.** O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com, E-mail: cplmjs2021@gmail.com e PNCP: www.pncp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. A sessão eletrônica será aberta **às 10h01min** (horário de Brasília) do **dia 09 de maio de 2025**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 24 de abril de 2025.
Jaelyson Max Pereira de Medeiros
Pregoeiro Municipal

PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

M. A. MARTINS CONSTRUCOES E LOGISTICA LTDA, CNPJ: 01.886.386/0006-58, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a LS, para um Comércio de madeira sem beneficiamento, localizado na Rua Francisca Aldenora da Cunha, nº 113, Bairro Alvorecer – Alto do Rodrigues/RN.

Marcio Andre Martins – Proprietário

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, demais legislação aplicável. A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o **Pregão** em sua forma **Eletrônica nº 022/2025**, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS UNIDADES ESCOLARES VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.** O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com, E-mail: cplmjs2021@gmail.com e PNCP: www.pncp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. A sessão eletrônica será aberta **às 08h01min** (horário de Brasília) do **dia 09 de maio de 2025**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 24 de abril de 2025.
Jaelyson Max Pereira de Medeiros
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2025 – PMIM/RN
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2025
LICITAÇÃO Nº 056/2025

O Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA, VISANDO GARANTIR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA OTIMIZAR RECURSOS E ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE À POPULAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.** Data e horário do recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 12/05/2025. Data e horário do início da disputa: **09h00min do dia 12 de maio de 2025**, através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 001/2025. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PMIM, no horário das 08h00min às 12h00min, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3535-0005. **A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através do Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP https://pncp.gov.br/app/editais **e através do site institucional** www.ielmomarinho.rn.gov.br/.

Ielmo Marinho/RN, em 24 de abril de 2025.
KEDSON JOSÉ DE LIMA
Pregoeiro Oficial

CONCESSÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

O empreendimento **HOLANDA & REGO NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA**, CNPJ n° **55.806.256/0001-82**, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença Simplificada de n° 2024-217337/TEC/LS-0979, para a atividade de Loteamento com validade até 23/04/2031, com endereço na Rua dos Mirantes, s/n, Zona Rural de Portalegre/RN.

HOLANDA & REGO NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA

CONCESSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

FRANCISCO DE SALES DANTAS, CPF: **230.101.264-68**, torna público que recebeu do IDEMA, a Licença de Instalação (LI), validade até **24/04/2031**, para **Posto revendedor de combustíveis líquidos**, localizado na Rua Getúlio Vargas, n° 106, Bairro Boa Sorte, Centro, Município de São Pedro/RN.

FRANCISCO DE SALES DANTAS
CPF: 230.101.264-68

COOPEFARMA – COOPERATIVA BRASILEIRA DE PROPRIETÁRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS
CNPJ: 00.582.634/0001-08 – NIRE: 24.4.0000514.0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria da COOPERATIVA BRASILEIRA DE PROPRIETÁRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS - COOPEFARMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento no Art. 23 e Art. 28 do Estatuto Social e na Lei nº 5.764/71, convoca os cooperados, que nesta data totalizam 52 (cinquenta e dois), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada fora da sede da cooperativa, para melhor acomodação de seus cooperados, na Av. Dr. Sílvio Bezerra de Melo, 819 - Manoel Tomaz de Araújo, Currais Novos - RN, 59380-000 (Sede da CDL), no dia 06 de maio de 2025, às 12h00 (primeira convocação), 13h00 (segunda convocação) e 14h00 (terceira convocação), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Comunicação formal da renúncia do Presidente da Diretoria Executiva e seus efeitos administrativos;
2. Análise e deliberação sobre a reapresentação da prestação de contas do exercício de 2024, compreendendo:
a) Relatório de Gestão;
b) Balanço Patrimonial;
c) Demonstração de sobras ou perdas;
d) Parecer do Conselho Fiscal;
3. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas;
4. Deliberar sobre o pagamento das contas a pagar vencidas ao final do exercício de 2024.
5. Eleição dos novos membros do Conselho Fiscal;
6. Deliberação sobre o Plano de Trabalho para o exercício de 2025;
7. Deliberação sobre a eleição do novo Diretor Presidente da Diretoria Executiva, em razão de renúncia apresentada;
8. Deliberação sobre a eleição para o cargo de Diretor Comercial, em razão de renúncia apresentada previamente ao início da Assembleia;
9. Deliberar sobre a permanência ou retirada do nome/marca Coopefarma, da pessoa jurídica que se denomina, Instituto Coopefarma;
10. Deliberar sobre a permanência ou retirada da COOPERATIVA BRASILEIRA DE PROPRIETÁRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS - COOPEFARMA como associado mantenedor da pessoa jurídica que se denomina, Instituto Coopefarma.
11. Outros assuntos de interesse da cooperativa, desde que de competência da Assembleia Geral Extraordinária.

A Assembleia instalar-se-á com os seguintes quóruns mínimos:
1ª convocação: 2/3 (dois terços) dos cooperados;
2ª convocação: metade mais um dos cooperados;
3ª convocação: mínimo de 10 (dez) cooperados.

Natal/RN, 24 de abril de 2025.

Diretoria da COOPEFARMA
(por decisão colegiada em reunião realizada em 23/04/2025)
Elizama Alves Farias – Diretor (a) Administrativa
Lucas Rafael de Figueiredo – Diretor Financeiro
Francisco de Assis Alves – Diretor Comercial
Thiago Victor Cirne de Oliveira – Diretor de Marketing

Cultura

Festival de Cinema para Mulheres encerra sua programação em Natal

Programação foi construída com o intuito de fomentar o cinema feito por mulheres

REPRODUÇÃO



Inclusão é um dos pilares do Cria Festival, que busca ampliar o acesso de mulheres ao cinema e incentivar novas vozes no audiovisual

O Cria Festival de Cinema para Mulheres termina neste fim de semana, com as últimas exibições em Natal de curtas-metragens produzidos por mulheres do Rio Grande do Norte e de todo o Brasil. Neste sábado 25, a mostra ocorre no Ginásio da Cidade da Esperança (Zona Oeste), das 18h às 20h, e no domingo 26, no Museu da Rampa (Zona Leste), das 16h às 20h.

O evento faz parte da primeira edição do Cria Festival de Cinema para Mulheres, iniciativa organizada pela Associação da Mulher Potiguar (Ampare). O festival conta com uma extensa programação, desde oficinas formativas que foram realizadas em março até as exibições de curtas-metragens que estão sendo promovidas neste mês de abril.

As mostras que se encerram neste final de semana também foram realizadas nas zonas Sul e Norte, garantindo acesso descentralizado às exibições. A programação foi construída com o intuito de fomentar o cinema feito por mulheres, com uma seleção de curtas-metragens de diferentes regiões do Brasil.

A curadoria reafirma a diversidade e a potência da produção cinematográfica feminina.

Formação e fomento

O Cria Festival também realizou oficinas ao longo de março, capacitando mulheres nas diversas áreas do audiovisual. Cinco oficinas foram realizadas, abrangendo temas como: Roteiro de Documentário (Facilitadora: Camila Guerra); Introdução à Produção Cultural (Facilitadora: Nathalia Santana); Fotografia com Smartphones (Facilitadora: Meysa Medeiros); Produção Executiva para Projetos de Baixo Orçamento (Facilitadora: Sarah Wollerman) e Atuação (Facilitadora: Márcia Lohss).

Sobre as atividades formativas, a presidente da Ampare, Luciana Bezerra afirmou que, "tivemos uma excelente adesão às oficinas, com cerca de 300 participantes, superando nossas expectativas e demonstrando o interesse e a necessidade de desenvolvimento na área cinematográfica".

A inclusão é um dos pilares do Cria Festival, que busca ampliar o acesso de mulheres ao cinema e incentivar novas vozes no audiovisual. O evento reforça a presença feminina na sétima arte, promovendo não apenas exibições cinematográficas, mas também a formação e o intercâmbio de experiências.

A participação das mulheres no audiovisual e no cinema ainda é marcada por desigualdades significativas em relação aos homens, especialmente em cargos de liderança e criação.

Segundo a pesquisa "Diversidade de Gênero e Raça nos Lançamentos Brasileiros de 2022", realizada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), apenas 22% dos filmes lançados no Brasil em 2022 tiveram mulheres na direção.

Quando se trata de roteiristas, o número é um pouco maior, mas ainda desigual: 33% dos filmes tinham roteiros escritos exclusivamente por mulheres. Além disso, essa participação diminui drasticamente quando se observa interseccionalidades, como mulheres negras ou indígenas, que representam menos de 3% nos principais cargos criativos.●

Serviço

CRIA FESTIVAL DE CINEMA PARA MULHERES

REALIZAÇÃO: AMPARE – Associação da Mulher Potiguar, Fundação José Augusto, Governo do Rio Grande do Norte, Ministério da Cultura, Lei Paulo Gustavo e Governo Federal.

DATAS DAS MOSTRAS: 25 e 26 de abril de 2025

LOCAIS: Ginásio da Cidade da Esperança e Museu da Rampa

Comédia

Trio cômico e drag queens irreverentes esquentam o fim de semana em Natal

O Natal Comedy Club recebe dois espetáculos de humor neste fim de semana, com stand-up e comédia drag garantindo a diversão. No sábado 26, às 20h, o grupo "Em Pé na Rede" — formado por Victor Camejo, Osmar Campbell e Rominho Braga — sobe ao palco com quadros interativos e piadas ácidas sobre o cotidiano.

No domingo 27, também às 20h, as drag queens Nêga Potiguar, Papavara Parabéns e Dalexa comandam o stand-up "Só Fuleragi", misturando improviso e histórias absurdas. Os ingressos custam a partir de R$ 20 e estão à venda no site olhaoingresso.com ou na bilheteria.

O trio de "Em Pé na Rede" promete um show dinâmico, com esquetes como "Fazendo Amizade", que envolve a plateia, e "Comentando Histórias", com participação de convidados. "Cada um de nós traz um estilo diferente: eu com o humor ácido, Osmar com a conexão com o público e Rominho com o improviso. Juntos, viramos uma máquina de risadas", afirmou Camejo.

Já o domingo será marcado pelo humor afiado das drag queens. "Vamos revelar segredos hilários e interagir até arrancar gargalhadas da plateia", adianta Nêga Potiguar. O Natal Comedy Club fica localizado na Av. Senador Salgado Filho, 3510 (Candelária). ●

REPRODUÇÃO


Grupo "Em Pé na Rede" — formado por Victor Camejo, Osmar Campbell e Rominho Braga



AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

CNPJ Nº 03.848.103/0001-02

Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 05/04/2000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, especialmente quanto aos normativos baixados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., referentes ao exercício de 2024.

A Diretoria Executiva da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. –DIREX, tem como responsabilidade fortalecer a missão de fomentar negócios no Estado do RN, através do apoio ao desenvolvimento dos diversos setores produtivos da economia, mediante a execução de programas de financiamento para segmentos de destaque e da promoção de investimentos. Em 06/02/2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação de mudança na estrutura organizacional da instituição, ocasião em que foi aprovada a criação da Diretoria de Desenvolvimento, Estratégias e Negócios – DIREN, homologado pelo Banco Central do Brasil possibilitando, em sua gestão, consolidar um novo planejamento estratégico, com expansão do crédito em todo Estado do RN, para atendimento aos vários nichos do mercado.

Nesse contexto, a DIREX adotou algumas medidas, inserindo um novo PORTFÓLIO DE PRODUTOS, objetivando simplificar, uniformizar e padronizar as linhas de crédito da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., alinhada às principais práticas do mercado nacional e demais unidades de fomento e desenvolvimento regionais.

Em decorrência da grande demanda pela concessão do crédito, os limites foram se ajustando ao cumprimento do planejamento estratégico ao longo do ano, não ultrapassando a capacidade de pagamento.

As operações com recursos próprios são concedidas com encargos financeiros de 1,95% a.m., que corresponde a 26,08% ao ano, além da garantia com aval de terceiros, admitindo-se a adoção do aval solidário, nesse caso, com participação limitada ao máximo de 3 (três) contratos e, para pessoa jurídica aval dos sócios e de terceiros, sendo obrigatória a garantia real para operações de valor acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e, nos casos em que for adotada, essa poderá substituir o aval de terceiros.

As micro e pequenas empresas também foram beneficiadas com limite de crédito de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e financiamento através de recursos próprios, FNE, FUNGETUR E FINEP, obedecendo a regras específicas.

Os benefícios concedidos no âmbito do Programa de Microcrédito do Empreendedor estão assegurados através do Decreto nº 29.042, de 30 de julho de 2019, que dispõe sobre a utilização dos recursos do FDCI, com a finalidade de garantir o risco das operações de crédito e a não incidência de juros para o beneficiário da operação de microcrédito, que se mantiver adimplente durante toda a execução da avença.

As linhas de crédito do novo PORTFÓLIO DE PRODUTOS com a utilização de recursos de terceiros, são as seguintes:

I – AGN TURISMO: recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR.

II – AGN INOVAÇÃO: recursos do Fundo Financiador de Estudos e Projetos – FINEP.

III – AGN INVESTIMENTO E GIRO: recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Em consonância com a responsabilidade socioambiental e foco nos Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), com lastro na agenda 2030, a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. instituiu normativo de financiamento com direcionamento na introdução, manutenção e/ou nas melhorias tecnológicas que gerem desenvolvimento sustentável, através de métodos que produzam impacto positivo para a sociedade e meio ambiente, no Estado do Rio Grande do Norte.

Importante destacar que, as parcerias firmadas com os órgãos da administração direta e indireta do Governo de Estado e da iniciativa privada, contribuem para direcionar o enfoque da Agência de Fomento a setores prioritários, como: SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, na atração de investimentos; SETUR – Secretaria de Estado do Turismo, no apoio a cadeia de turismo; SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social na geração de emprego e renda, entre outros; SEMJIDH – Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no combate a violência doméstica, através do empreendedorismo; SEDRAF – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar no apoio aos agricultores, empreendedores, tornando-os mais competitivos nos projetos da cadeia produtiva do agronegócio, gerando emprego e renda no campo. Da mesma forma, a Fundação José Augusto, no amparo ao empreendedor artista e ainda, quanto a CDL, Prefeituras, Sindicatos Rurais e SEBRAE, na capacitação e orientação aos empreendedores, objetivando maior interação nas medidas em prol do desenvolvimento do Estado.

Cabe registrar que o apoio do Ministério do Turismo, através do FUNGETUR, na recuperação dos diversos segmentos do setor no RN, contribuiu para a manutenção de empregos e a geração de renda.

Destaca-se, ainda, as parcerias privadas com repasse de recursos do FNE – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste/BNB; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, no apoio a projetos inovadores.

Desempenho Operacional

Os desembolsos no exercício de 2024 totalizaram R$ 50,348 milhões, distribuídos em 158 dos 167 municípios, no total de 5.456 operações, representando aumento de 80,91%, em relação ao valor de R$ 27,830 milhões, liberados no exercício de 2023. A carteira ativa de operações de crédito da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. apresenta saldo de R$ 53,582 milhões em 31/12/2024, com 94,86% provenientes de recursos próprios e 5,14% de recursos de terceiros, repassados via parceria com o Banco do Nordeste do Brasil, do Ministério do Turismo através do FUNGETUR e da FINEP, com aumento de 49,61% em relação ao valor de R$ 35,813 milhões, registrado no exercício de 2023. Do total de 5.456 operações liberadas no exercício de 2024, 99,39% foram de recursos destinados ao Programa de Microcrédito do Empreendedor e, 0,61% para outras linhas de financiamento. Em relação ao Programa de Microcrédito do Empreendedor, 53,02% das operações liberadas foram para empreendedores pessoa jurídica. A intensificação das ações de cobrança a clientes inadimplentes recuperou, no exercício de 2024, um montante de R$ 970 mil referente a 352 contratos renegociados, com redução de 7,61%, em comparação ao exercício anterior (381 operações em 31/12/2023), enquanto os créditos baixados a prejuízo somaram R$ 2.809 milhões, correspondente a 513 operações, contra R$ 4.640 milhões e 1.094 no exercício de 2023, representando uma redução de 39,46% e 53,10%, respectivamente. Os financiamentos concedidos através do Programa de Microcrédito do Empreendedor viabilizaram, no exercício de 2024, a geração/manutenção de aproximadamente 10.912 empregos diretos. As liberações em valores por linhas de financiamento foram, em maior volume, destinadas ao Microempreendedor Individual – MCMEI, com um percentual de 62,90%, enquanto a linha de Microcrédito Pessoa Física – MCEI, obteve 28,38% e 8,72% para as demais operações. A inadimplência da carteira de crédito apresentou índices decrescentes, no exercício de 2024. Em até 30 dias, atingiu 0,41%, redução de 38,80% em relação a 2023, com 0,67%; em até 60 dias, passou de 0,53% em 2023, para 0,31% em 2024. A inadimplência para operações com mais de 90 dias de atraso é de 0,89% em 31.12.2024, contra 2,01% em 31.12.2023, representado redução de 56, 72%, em um total 569 operações em atraso.

Desempenho Geral

Analisando o planejamento estratégico da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. para o exercício de 2024, obteve-se a seguinte performance.

METAS REALIZADAS x PROJETADAS – EXERCÍCIO/2024

Metas Finalisticas	Planejado 2024	Realizada 2024	% R/P
Nº de contratos	5.166	5.456	105,61
Valor liberado R$	48.747.500	50.348.382	103,28
Nº empregos gerados	10.332	10.912	105,61
Nº de municípios atendidos (cumulativos)	167	164	98,20

Desempenho Econômico-Financeiro

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. obteve, no Exercício/2024, um lucro líquido de R$ 4,061 milhões, dos R$ 4 milhões previstos para o exercício, resultado decorrente do aumento das receitas de operações de crédito, outras receitas operacionais e da cobertura da conta garantia do Programa de Microcrédito do Empreendedor. As receitas da intermediação financeira somaram R$ 12,940 milhões e a de prestações de serviços R$ 7,432 milhões, enquanto as outras receitas operacionais totalizaram R$ 8,158 milhões. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. obteve resultado positivo, reforçando a necessidade de manutenção de uma gestão comprometida no controle de custos e na melhoria de processos, focada em novos negócios, buscando agregar estratégias e contribuir para o bom desempenho da economia do Estado do RN. O total de ativos alcançou R$ 95,556 milhões no exercício de 2024, composto por 42,99% de títulos e valores mobiliários, 53,72% de operações de crédito e 3,29% de outros ativos. Em comparação com o exercício de 2023, o ativo total apresenta variação, a maior, em 6,82%, as aplicações no mercado financeiro em títulos e valores mobiliários diminuíram 25,00% e, a carteira de operações de crédito apresentou aumento de 53,73%, mantendo-se a mesma política da aplicação de recursos na concessão do crédito ao microempreendedor, alcançando maior número de clientes com novo portfólio, lançado no exercício. Com menor volume de recursos aplicados em títulos e valores mobiliários e aumento da carteira de crédito, as receitas de aplicações no mercado financeiro foram inferiores em 13,09%, enquanto as receitas de operações de crédito tiveram aumento de 34,43%, em comparação com o exercício de 2023. O patrimônio líquido apresentou em 31/12/2024, crescimento de 9,81% em relação ao obtido no exercício de 2023, passando de R$ 60,620 para R$ 66,565 milhões, proveniente do lucro obtido no exercício.

Notas e Comentários

Os indicadores contábeis positivos no exercício/2024 são animadores mas, a Agencia de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. trabalha para melhorar a eficiência, rentabilidade e lucratividade do negócio, o que envolve a análise e controle das despesas operacionais e administrativas, do crescimento da carteira ativa e das receitas. A administração superior da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. pretende, nesse exercício, iniciar tratativas junto ao Governo do Estado sobre a Reforma Fiscal X Conta Garantia do Programa de Microcrédito do Empreendedor (PME), tendo em vista a manutenção da ação financiadora desta instituição financeira. Considerando o universo de 241.123 microempreendedores optantes pelo simples, no RN em 2024, segundo fonte SEBRAE, dos quais 195.571 são MEI'S e, desse volume, os microempreendedores individuais (MEIs) lideram o cenário com 125.053 pequenos negócios ativos, optantes pelo simples e, ainda, o atendimento realizado pela Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. de 52.981 microempreendedores formais e informais, no período de 2015 a 31/12/2024, é imprescindível manter e ampliar o poder financiador da agência, assegurando a conta garantia para cobertura do bônus de adimplência e risco das operações, por tratar-se de diferencial que assegura o sucesso do PME no Rio Grande do Norte. O capital da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. apresentou índice de Basiléia de 61,66%, com PR= R$ 61,086 milhões e RWA de R$ 97.363 milhões em janeiro/2024 e, encerrou o exercício/2024 com 66,24%, sendo o PR= R$ 66,186 milhões e RWA = R$ 97,574 milhões. Portanto, o capital apresenta suficiência para enfrentar situações adversas. Os ativos estão bem protegidos pela baixa inadimplência da carteira de crédito, baixo comprometimento dos maiores devedores e a cobertura de perdas automática, não afetando a disponibilidade de caixa. Fica registrado o apoio dos colaboradores e funcionários desta Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. e, em especial, o Governo do Estado, Governo Federal / Ministério do Turismo, Banco do Nordeste do Brasil, Conselheiros, Acionistas e Clientes, importantes parceiros nos resultados alcançados.

Natal (RN), 10 de março de 2025

MÁRCIA FARIA MAIA
Diretora-Presidente

DOMINGOS JULIANO PACHECO PORCIÚNCULA
Diretor Administrativo-Financeiro

EDILSON FERNANDES DE ASSIS
Diretor Operacional

ELAN FERREIRA DE MIRANDA
Diretor de Desenvolvimento, Estratégias e Negócios

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores Expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2024	2023
Circulante		**66.252**	**39.924**
Disponibilidades		6	90
Títulos e Valores Mobiliários	4	32.493	15.524
Letras Financeiras do Tesouro		12.466	-
Cotas de Fundos de Investimento		20.026	15.524
Operações de Crédito	5.1	31.942	23.123
Setor Privado		33.611	25.520
(-) Provisão para Op. de Crédito		(1.669)	(2.398)
Outros Créditos	6	1.532	874
Outros Valores e Bens		279	313
Não circulante		**29.304**	**49.531**
Realizável a longo prazo		27.975	48.667
Títulos e Valores Mobiliários	4	8.584	39.247
Letras Financeiras do Tesouro		-	11.243
Cotas de Fundos de Investimento		8.584	28.004
Operações de Crédito	5.1	19.391	9.421
Setor Privado		19.931	10.213
(-) Provisão para Oper. de Crédito		(540)	(792)
Imobilizado Líquido	7	1.329	864
Total do Ativo		**95.556**	**89.455**
PASSIVO	**NE**	**2024**	**2023**
Circulante		**27.156**	**20.788**
Obrigações por Repasse no País	8	8.263	2.260
Outras Obrigações		18.894	18.529
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		4	3
Obrigações Sociais e Estatutárias	9.1	1.656	3.439
Fiscais e Previdenciárias	9.2	501	250
Obrig. por Fundos de Financ. e Desenv.	9.3	13.113	11.097
Diversas	9.4	3.620	3.740
Não Circulante		**1.834**	**8.046**
Obrigações por Repasse no País	8	1.834	8.046
Total do passivo		**28.991**	**28.835**
Patrimônio Líquido		**66.565**	**60.620**
Capital Social	10.1	60.232	49.143
Reserva de Lucros		6.333	11.478
Reserva Legal		1.365	1.162
Reserva de Retenção de Lucros		4.968	10.316
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**95.556**	**89.455**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023
(Valores Expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	2º Semestre 2024	2024	2023
Receita da Intermediação Financeira		**7.045**	**12.940**	**11.279**
Resultado com Operações de Crédito		5.173	8.875	6.602
Resultado com Títulos e Val. Mobiliários		1.872	4.065	4.677
Desp. da Intermediação Financeira	**11**	**(720)**	**(1.431)**	**(3.972)**
Despesas de Obrig. por Empréstimos e Repasses		(70)	(146)	(318)
(Provisão) / Reversão para Oper. de Crédito		(650)	(1.285)	(3.653)
Resultado Bruto da Interm. Financeira		**6.325**	**11.509**	**7.307**
Outras Receitas / (Desp.) Operacionais		**(3.228)**	**(5.489)**	**(2.878)**
Receitas de Prestação de Serviços		2.462	4.384	3.627
Despesas de Pessoal e Honorários	12	(3.788)	(7.432)	(6.316)
Outras Despesas Administrativas	13	(4.040)	(7.766)	(6.829)
Despesas Tributárias	14	(603)	(1.140)	(996)
Depreciação e amortização		(60)	(122)	(120)
Outras Despesas Operacionais	15	(733)	(1.570)	(2.515)
Outras Receitas Operacionais	16	3.535	8.158	10.271
Lucro / (Prejuízo) antes dos Tributos		**3.097**	**6.020**	**4.429**
Imposto de renda e contribuição social	2.7	(1.154)	(1.959)	(1.378)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período		**1.943**	**4.061**	**3.051**
Nº de ações em circulação no fim do exercício (em mil)	10.1	60.232	60.232	49.143
Lucro/(Prej.) líquido por ação (em reais)		0,03	0,07	0,06
Valor patrimonial da ação (em reais)		1,11	1,11	1,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores Expressos em milhares de reais)

Descrição	2º Semestre 2024	2024	2023
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre	**1.943**	**4.061**	**3.051**
Resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**1.943**	**4.061**	**3.051**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros – Legal	Reserva de Lucros – Retenção de Lucros	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2024	**60.232**	**1.268**	**3.584**	-	**65.084**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	1.943	1.943
Dividendos	-	-	-	(461)	(461)
Reserva Legal	-	97	-	(97)	-
Retenção para Reserva de Lucros	-	-	1.384	(1.384)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**60.232**	**1.365**	**4.968**	-	**66.565**
Mutações do 2º semestre de 2024	-	**97**	**1.384**	-	**1.481**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**49.143**	**1.009**	**8.244**	-	**58.396**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(137)	(137)
Resultado do semestre	-	-	-	3.051	3.051
Dividendos	-	-	-	(690)	(690)
Reserva Legal	-	153	-	(153)	-
Retenção para Reserva de Lucros	-	-	2.071	(2.071)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**49.143**	**1.162**	**10.316**	-	**60.620**
Mutações do período de 2023	-	**153**	**2.071**	-	**2.224**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**49.143**	**1.162**	**10.316**	-	**60.620**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(16)	(16)
Aumento de Capital Social	11.089	-	(8.229)	-	2.860
Resultado do Exercício	-	-	-	4.061	4.061
Dividendos	-	-	-	(961)	(961)
Reserva Legal	-	203	-	(203)	-
Retenção para Reserva de Lucros	-	-	2.882	(2.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**60.232**	**1.365**	**4.968**	-	**66.565**
Mutações do período de 2024	**11.089**	**203**	**(5.347)**	-	**5.945**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores Expressos em milhares de reais)

Descrição	2º Semestre 2024	2024	2023
Fluxos de Caixa das Ativid. Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.097**	**6.020**	**4.429**
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	60	122	120
Ajustes de exercícios anteriores	-	(16)	(137)
Redução (Aumento) de Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários	14.063	13.461	(10.134)
Operações de Crédito	(15.828)	(18.790)	2.713
Outros Créditos	539	(658)	26
Outros Valores e Bens	21	34	249
Aumento (Redução) de Passivos			
Obrigações por repasse	701	(209)	4.572
Outras Obrigações	(866)	2.264	2.054
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	1.787	2.227	3.892
Imposto de renda e contrib. social pagos	(1.154)	(1.959)	(1.378)
(=) Caixa líquido Gerado/(Consumido) p/ Ativid. Operacionais	**633**	**269**	**2.514**
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de imobilizado	(124)	(209)	(38)
Aquisições de Intangíveis	(379)	(379)	-
(=) Caixa Líquido Gerado/(Consumido) p/ Ativid. de Investimento	**(503)**	**(588)**	**(38)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dotação para Aumento de capital	-	1	2
(=) Caixa Líquido Gerado/(Consumido) p/ Ativid. de Financiamento	-	**1**	**2**
(=) Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**129**	**(318)**	**2.478**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 4)	15.167	15.614	13.136
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício (Nota 4)	15.296	15.296	15.614
(=) Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**129**	**(318)**	**2.478**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS E CONTEXTO OPERACIONAL

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. é uma instituição financeira, subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil e submetida ao disposto na Lei Federal nº 6.024, de 13 de março de 1974, devendo cumprir todos os procedimentos e informações previstas nos atos normativos do BACEN. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. tem por objeto social a viabilização de empreendimentos econômicos, baseados no território do Rio Grande do Norte, em consonância com o Plano do Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observando as suas diretrizes estatutárias. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras da AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão em 10 de março 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Disponibilidades

São formadas pelos depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido, dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como empréstimos e financiamentos no Balanço Patrimonial.

2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e correspondem às Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Cotas de Fundos de Investimento – registrados de acordo com as cotas divulgadas pelos administradores.

2.3 Operações de crédito

As operações de crédito estão atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada. Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas. Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN. As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, sendo então baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2.4 Permanente - Imobilizado

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais estabelecidas na IN RFB 1700/17. Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/(despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.5 Obrigações por Repasses no País

As obrigações por repasses no país decorrem da obtenção de recursos para empréstimos com taxas que variam de acordo com os contratos e convênios firmados. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os recursos estiverem em aberto. Os valores de repasses são classificados como passivo circulante, exceto se a empresa tiver a obrigação de liquidar o passivo após 12 meses.

2.6 Outras obrigações

As contas reconhecidas por outras obrigações são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas pelo custo amortizado. Compreendem as obrigações tributárias, previdenciárias, sociais, estatutárias e obrigações diversas.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

2.8 Reconhecimento de receitas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza financeira, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias, conforme Resolução CMN/BACEN nº 2.682/1999, as quais não se sujeitam à atualização.

2.9 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do BACEN requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente provisão para risco de crédito, provisão para perdas por impairment, provisões trabalhistas e cíveis, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

2.10 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009 e na Resolução CVM nº 072/2022, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

2.11 Adoção das normas com vigência a partir de 01.01.2025

A partir de 1º de janeiro de 2025, as demonstrações financeiras serão elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4966/2021 com as alterações da Resolução nº 5.100/2023 e demais normas similares, estabelecendo novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: I - classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; II - constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros; III - designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de edge); IV - evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros serão classificados com base no modelo de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias: I - na categoria custo amortizado, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; II - na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: a) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; III - na categoria valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

Provisão para perdas em operações de crédito e operações com características de operações de crédito.

Até o final do exercício de 2024, a provisão para perdas em operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito foram constituídas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 2682/99. No modelo anterior a provisão era retrospectiva, isto é, depois da perda com a operação em atraso. A partir da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações internas e externas. A provisão será efetuada com base em percentuais mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, considerando o atraso, a classificação por tipo de modalidade e garantia, configuradas nas carteiras de" C1" ao "C5" e a caracterização do ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático). As instituições mencionadas no inciso II do caput do art. 1º devem registrar de forma segregada: I - a provisão para perda incorrida para ativo inadimplido com atraso superior a 90 (noventa) dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos; II - a provisão adicional para perda esperada em complementação à provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos e percentuais observados os atrasos e as carteiras das operações não caracterizadas como ativo com recuperação de crédito, e III - a parcela da perda esperada apurada pela instituição de acordo com os modelos internos, que exceder o somatório dos níveis de provisão já constituída. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito os ativos financeiros serão segregados nas carteiras de C1 ao C5, levando em consideração a classificação atribuída pela resolução BCB 352/2023.

Ativos problemáticos e Cessação do Reconhecimento de Juros (Stop Accrual)

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer: I - atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; II - reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação; III - indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Uma vez que uma operação seja marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, serão também marcadas como ativos problemáticos. Para descaracterização do ativo problemático, o processo de cura da contraparte deverá obedecer às seguintes condições: I - não tenha



AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

CNPJ Nº 03.848.103/0001-02

Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 05/04/2000

atraso ou esteja descumprindo cláusulas contratuais; II - A contraparte realize pagamentos tempestivos por 90 dias ou 3 parcelas consecutivas; III - demonstre capacidade financeira de honrar a obrigação sem recorrer a garantias. As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da adoção das novas normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4966/2021, serão aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025 e os seus efeitos serão registrados na conta de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

3. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. – AGN, em atendimento às Resoluções nº 4.553/17-CMN, que estabelece o enquadramento no segmento 4 (S4), e nº 4.557/17-CMN, que define a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e de Gerenciamento de Capital, implementou uma estrutura e desenvolveu metodologias específicas para fortalecer a instituição. Essas ações visam minimizar possíveis falhas, deficiências de controle e inadequações nos processos. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Auditoria Interna (AUDIT), Diretoria Executiva (DIREX), Diretor-Presidente (PRESI) – responsável pelo risco social, ambiental e climático, Diretoria Operacional (DIROP) – responsável pelo gerenciamento de capital, Diretoria Administrativo-Financeira (DIRAF) – responsável pelo Gerenciamento Integrado de Riscos (CRO), Diretoria de Desenvolvimento, Estratégia e Negócios (DIREN), Gerência de Riscos (GERIS), Gerência de Controles Internos e Compliance (GECIC) e Comitê de Riscos e Controles Internos (COCIR). Não se referem à exigência da Resolução nº 4.557/17, as Assessorias (ASSED e ASPLA), a Auditoria Interna (AUDIT), a Ouvidoria (OUVID), as Gerências (GEJUR, GEGAB, GEROP, GERAC, GECON, GEFIN, GERAD, GETIC, GEPES, GEREN e GEDES), além dos demais servidores e prestadores de serviços.

3.1 Risco de Crédito

O Gerenciamento do Risco de Crédito consiste em um conjunto de princípios, normas e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, com o objetivo de direcionar a ação administrativa da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. na identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco de crédito em suas operações. O processo envolve o monitoramento mensal da carteira de crédito e o reporte aos limites definidos pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS), por meio da análise de indicadores como inadimplência por porte, grupo econômico, linha de crédito e setor de atividade. Também são analisadas a provisão para devedores duvidosos, a concentração por cliente, e a relação entre a perda esperada e a perda efetivamente ocorrida.

3.2 Risco Operacional

O Gerenciamento de Riscos Operacionais estabelece procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos inerentes às atividades da instituição. O processo começa com a identificação das atividades e a avaliação dos riscos quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, além da análise dos requisitos de controle. Com base nessas informações, são desenvolvidos mecanismos de gerenciamento, quando necessário, por meio de Planos de Ação. As perdas financeiras decorrentes dos riscos operacionais são contabilizadas em contas contábeis específicas.

3.3 Risco de Mercado e IRRBB

O Gerenciamento do Risco de Mercado baseia-se no grau de exposição da carteira ao risco e na classificação das operações na carteira de não negociação (Banking Book), cuja principal característica é a ausência de operações realizadas com intenção de negociação. O modelo adotado para monitoramento das exposições ao Risco de Mercado é o Value at Risk (VaR). Também são realizados testes de estresse para avaliar o comportamento da carteira em condições extremas de mercado, simulando cenários de crise que possam causar grandes alterações nas taxas de juros, resultando em perdas inesperadas. Para o Risco de Variação das Taxas de Juros para Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB), considera-se as exposições de todas as operações classificadas na carteira de crédito que são sensíveis à variação nas taxas de juros, incluindo operações ativas e passivas.

3.4 Risco de Liquidez

O Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelece os processos, procedimentos e sistemas necessários para avaliar a capacidade da instituição de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, que possam afetar sua liquidez. Os mecanismos de gestão do risco de liquidez incluem o monitoramento das entradas e saídas de recursos, além da manutenção de uma reserva mínima, considerando possíveis impactos na liquidez. Testes de estresse trimestrais são realizados para avaliar o comportamento do fluxo de caixa projetado em condições adversas.

3.5 Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital visa garantir que a instituição disponha do capital necessário para enfrentar possíveis mudanças nas condições de mercado. O processo inclui o monitoramento do plano de capital, a identificação e avaliação de cenários que possam afetar o capital da empresa, e a indicação da necessidade de ativar o plano de contingências de capital, caso necessário.

3.6 Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climáticos (PRSAC) define as diretrizes e princípios a serem observados na condução dos negócios, atividades e processos da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. O Sistema de Administração de Riscos Sociais, Ambientais Climáticos – SARASC, estabelece procedimentos e ferramentas para identificar, avaliar, mitigar e monitorar esses riscos ao longo do processo de crédito, alinhando às diretrizes da PRSAC.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – Curto e Longo Prazo

Os saldos dos títulos e valores mobiliários são apresentados no ativo circulante e não circulante. a) Letras Financeiras do Tesouro – LFT com vencimento em 01.09.2025. Os rendimentos são calculados utilizando-se a taxa SELIC, para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ajustados pelo valor de mercado com base na Resolução 550, divulgada pela ANDIMA. b) As cotas de fundos de investimentos estão classificadas no ativo circulante e ativo não circulante conforme quadro abaixo:

Título e Valores Mobiliários	Vencimento	Quant.	Saldos em mil R$ 31/12/2024	31/12/2023
Cotas de Fundos de Investimentos			20.026	15.524
Títulos de Renda Fixa - LFT 17999317	01/09/2025	788	12.466	-
Curto Prazo			32.493	15.524
Títulos de Renda Fixa - LFT 17999317	01/09/2025	788	-	11.243
Cotas de Fundos de Investimentos			8.584	28.004
Longo Prazo			8.584	39.247
Total			**41.076**	**54.770**

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito reconhecidas no ativo circulante e não circulante da AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. decorrem de repasses do FNE, FUNGETUR, FINEP e recursos próprios da Instituição. As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme preconizado na Resolução 2.682/99 do BACEN. As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas a apropriar, calculadas pró-rata dia. As operações de créditos são demonstradas por concentração, atividade, vencimentos e riscos, em observância às disposições da Resolução 2.682/99 do BACEN, como demonstrado a seguir:

5.1 Operações de Crédito por Tipo de Operação – Curto e Longo Prazo

Operações de crédito	Saldos em mil R$ 31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos - Ind., Comércio e Serviços	37.791	25.542
Financiamentos Pessoas Físicas	15.752	10.191
Total das operações	**53.543**	**35.733**
(-) Provisão para operações de crédito	(2.210)	(3.190)
Total	**51.332**	**32.543**

5.2 Operações de Crédito por dias de atraso

Estes créditos apresentam o seguinte perfil, classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Vencidas	Saldos em mil R$ 31/12/2024	%	31/12/2023	%
Até 60 dias	343	41	382	35
de 61 a 180 dias	336	40	425	39
de 181 a 360 dias	150	18	276	26
Total vencidas	**829**	**100**	**1.083**	**100**
A vencer	**31/12/2024**	**%**	**31/12/2023**	**%**
Até 60 dias	6.892	13	5.163	15
de 61 a 180 dias	11.750	22	8.928	26
de 181 a 360 dias	34.072	65	20.559	59
Total a vencer	**52.714**	**100**	**34.650**	**100**
Total da carteira	**53.543**		**35.733**	

5.3 Provisão para operações de crédito – Curto e Longo Prazo

A provisão para eventuais perdas de crédito foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, baseando-se nos níveis de atraso dos contratos. A classificação das operações de crédito está demonstrada conforme o quadro comparativo abaixo:

		Total da Classificação da Carteira		Provisão Total (Saldos em mil R$)	
Nivel de Risco	Provisão %	Saldo em 2024	Saldo em 2023	Saldo em 2024	Saldo em 2023
A	0,50	49.421	30.384	247	152
B	1	1.179	1.127	12	11
C	3	374	401	11	12
D	10	270	420	27	42
E	30	236	284	71	85
F	50	353	281	176	141
G	70	146	296	102	207
H	100	1.562	2.540	1.562	2.540
Total		**53.543**	**35.733**	**2.209**	**3.190**

Os créditos classificados no risco H são transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, apresenta o valor de R$ 19.770 mil (dezembro/2024) e 18.186 mil (dezembro/2023).

5.4 Carteira por setor de atividade econômica

Classificação econômica	Saldos em mil R$ 31/12/2024	%	31/12/2023	%
Indústria	1.977	4	1.208	3
Comércio	20.524	38	13.850	39
Outros Serviços	15.290	29	10.484	29
Pessoa Física	15.752	29	10.110	28
Total	**53.543**	**100**	**35.652**	**100**

6. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas a Receber	418	361
Impostos e Contribuições a Compensar	48	46
Outros Devedores	358	387
Devedores por Compra de Valores e Bens	39	81
Operações Especiais	670	0
Saldo Líquido de outros créditos	**1.532**	**875**

6.1 Rendas a receber

Os valores a receber no ativo circulante de rendas a receber compreendem principalmente a administração do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas (FGPPP) e rendas de serviços de operacionalização de cartões.

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Rendas de Administração do FGPPP	150	141
Rendas de Cartão UP BRASIL	192	176
Rendas Cartão NIOS	50	28
Rendas Cartão BCBR BANK	26	0
Outras Rendas a receber	0	17
Saldo Líquido de outros créditos	**418**	**361**

6.2 Impostos e contribuições a compensar

Os valores compreendem a saldos de antecipações de Imposto de Renda Retido na Fonte, estimativas a serem compensados e IOF de operações de crédito canceladas.

6.3 Outros Devedores

Valores referentes a pagamentos a classificar, bloqueios judiciais e conta transitória p/ diversas Operações.

7. IMOBILIZADO DE USO - LÍQUIDO. O ativo imobilizado encontra-se demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou construção, conforme as taxas definidas em função de suas vidas economicamente úteis. O quadro demonstrativo da movimentação do Imobilizado está descrito a seguir:

Descrição	Imóveis	Equip. Proces. de Dados	Móveis e Equipamentos	Instalações	Veículos	Total
Custo						
em 1º de Janeiro de 2024	1.123	1.084	701	18	159	3.085
Adições	-	514	74	-	-	588
Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-
em 31 de dezembro de 2024	**1.123**	**1.597**	**775**	**18**	**159**	**3.672**
Depreciação Acumulada						
Taxa de Depreciação anual	4%	20%	10%	10%	20%	-
em 1º de Janeiro de 2024	**(585)**	**(918)**	**(552)**	**(18)**	**(147)**	**(2.220)**
Depreciação do período	(34)	(57)	(21)	-	(10)	(122)
Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Baixas Depreciação	-	-	-	-	-	-
em 31 de dezembro de 2024	**(619)**	**(976)**	**(573)**	**(18)**	**(157)**	**(2.343)**
Saldo Líquido em 31/12/2024	**504**	**622**	**202**	**-**	**2**	**1.329**
Saldo Líquido em 31/12/2023	**479**	**225**	**149**	**-**	**12**	**864**

8. OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS – Curto e Longo Prazo

As obrigações junto BNB/FNE, FINEP/Financiadora de Estudos e Projetos e FUNGETUR/Fundo Geral de Turismo decorrem da obtenção de recursos para empréstimos nos mais diversos ramos da atividade econômica e estão assim distribuídos:

	31/12/2024		31/12/2023 (Saldos em mil R$)	
Obrigações por repasse	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do FNE do passivo	241	939	128	-
Recursos do FUNGETUR do passivo	7.938	895	2.132	8.046
Recursos do FINEP	84	-	-	-
Total de recursos a vencer	**8.263**	**1.834**	**2.260**	**8.046**

As operações concedidas com recursos do BNB/FNE - FINEP e FUNGETUR são praticadas as taxas mínimas de 2,0% a.a. e 10,00% a.a., indexadas pelo INPC, IPCA, TR e SELIC num prazo máximo de 12 anos incluindo carência.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

9.1 Obrigações Sociais e Estatutárias

As obrigações sociais e estatutárias correspondem a parcela do lucro do período destinada como dividendos. A distribuição dos valores relativos aos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária para incorporação ao capital social ou distribuição aos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi deliberado constituição de dividendos no montante de R$ 961 mil (R$ 690 mil, em 31/12/2023). Não houve pagamento de dividendos no semestre.

9.2 Fiscais e Previdenciárias

O saldo das obrigações fiscais e previdenciárias composto por:

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Imposto e Contribuições sobre o lucro	168	12
Impostos retidos de terceiros	107	60
Encargos Sociais	128	96
PIS e COFINS	79	66
ISS a recolher	19	16
Total Obrigações Fiscais e Previdenciárias	**501**	**250**

9.3 Obrigações por Fundos de Financiamentos e Desenvolvimento

Reconhecimento contábil para os saldos das disponibilidades (bancos e aplicações) dos fundos e programas geridos pela AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. como Depósitos Bancários e Títulos e Valores Mobiliários, ocasionando efeito no ativo – Disponibilidade e Títulos e Valores Mobiliários, sem efeito de aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido da empresa.

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
PROADI	3.694	3.584
Cartão AGN	36	50
Programa Mão Amiga	378	343
Cartão AGN Daycoval/Bonsucesso	-	81
AGN FDCI / PROEDI	7.427	6.232
Garantia Créditos Recuperados	1.578	807
Total de fundos e programas	**13.113**	**11.097**

9.4 Diversas

O saldo de outras obrigações está classificado no passivo circulante conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Dotação para aumento de capital	01	117
Provisões para pagamentos	367	356
Recursos de Garantias Realizadas	90	90
Operações Ativas	-	293
Outros Credores	183	170
Recebimentos a classificar	69	66
Recebimentos a Processar	-	115
Contingências Cíveis	1.099	1.470
Depósitos vinculados	618	343
Consignações de Cartões AGN a Repassar	1.194	720
TOTAL	**3.620**	**3.740**

Os valores reconhecidos como dotação para aumento de capital – PROADI correspondem aos encargos financeiros dos financiamentos do PROADI, de parcelas em aberto quando da extinção do referido programa e criação do PROEDI. Da remuneração total de 3%, 2% são destinados para integralização de capital social.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

O capital social é representado por 60.232.168 ações ordinárias no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, tendo como seu maior acionista o Estado do Rio Grande do Norte, que detém 98,61% de participação, cabendo o percentual de 1,39% aos demais acionistas:

Nota: Os valores apresentados neste quadro não estão representados em reais.

	Capital Social - 2024			Capital	
Acionistas	Quant. Ações	% Partic.	Valor	Social 2023	% Partic.
Rio Grande do Norte Governo do Estado	59.399.766	98,618	59.399.766	48.445.938	98,582
Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do R. G. do Norte - FAERN	51.031	0,085	51.031	41.703	0,085
Sindic. da Ind. de Pesca do Estado R. G. Norte-SINDPESCA/RN	51.031	0,085	51.031	41.703	0,085
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN - Fecomércio	115.509	0,192	115.509	110.997	0,226
Associação Comercial e Empresarial do R. G. do Norte - ACRN	4.971	0,008	4.971	4.062	0,008
Sindicato Com. Varej. Deriv. do Petróleo do R. G. Norte	4.971	0,008	4.971	4.062	0,008
Federação das Câmaras Dirig. Lojistas do R. G. do Norte	8.201	0,014	8.201	6.702	0,014
Federação das Indústrias do R. G. do Norte - FIERN	595.031	0,988	595.031	486.261	0,989
Sindicato das Empresas do Turismo do R. G. Norte - SINDETUR	1.657	0,003	1.657	1.354	0,003
Total	**60.232.168**	**100,00**	**60.232.168**	**49.142.782**	**100,00**

11. DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA – REVERSÃO / (PROVISÃO) PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Estão representadas pelos seguintes valores:

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Despesas de obrigações por empréstimo e repasse	(146)	(318)
Reversão /(Provisão) - Devedores Duvidosos	(1.285)	(3.653)
TOTAL	**(1.431)**	**(3.972)**

12. DESPESAS DE PESSOAL E HONORÁRIOS

As despesas com pessoal e honorários estão compostas em data-base, a seguir:

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Honorários - Diretoria e Conselhos	1.219	977
Pessoal	6.213	5.339
Proventos	3.142	2.692
Benefícios	1.881	1.704
Encargos	851	730
Treinamentos	130	30
Estagiários	208	182
Total	**7.432**	**6.316**

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As outras despesas administrativas estão compostas em data-base, a seguir:

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Energia, Água e Gás	119	123
Aluguéis	93	90
Comunicações	145	102
Manutenção e Conservação	218	216
Material	81	122
Processamento de Dados	1.163	894
Despesas de Promoções e Relações Públicas	62	37
Propaganda e Publicidade	131	80
Publicações	59	42
Seguro	02	10
Serviços Financeiros	440	593
Serviços de Terceiros	4.669	3.888
Serviços de Vigilância e Segurança	27	23
Serviços Técnicos Especializados	19	109
Transporte	272	260
Viagens	117	157
Outras Despesas Administrativas	149	85
Total	**7.766**	**6.829**

14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Composto pelos seguintes tributos:

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
PIS	127	111
COFINS	780	681
ISS	212	178
Tributos estaduais	04	05
Outros tributos	18	21
Total	**1.140**	**996**

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Representado conforme quadro a seguir:

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Ações Judiciais Cíveis	3	1.111
Outras Despesas Operacionais	742	845
Desc. Concedidos em renegociações	16	08
Remuneração FUNGETUR	563	280
Consulta SERASA	245	271
Total	**1.570**	**2.515**

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	Saldos em mil R$ Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Garantias de Operações de Crédito-PME	2.017	2.313
Rendas PME	4.170	4.001
Outras Receitas	19	25
Recuperação de Encargos e Despesas	94	39
Recuperação de Créd. Baix. como prejuízo	998	1.499
Outras Rendas Operacionais	265	08
Ressarcimento Principal/Juros Operações em CP	577	2.283
Lucros em transações com valores e bens	17	103
Total	**8.158**	**10.271**

17. PROVISÕES: PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Os procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009. Os processos administrativos e judiciais em que a AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. figura como "autora" ou "ré", são amparados na opinião dos assessores jurídicos que classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. De acordo com as informações da Assessoria Jurídica, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existem processos com prognósticos de perda provável, cujo montante totaliza R$ 1.099 mil (31/12/2023, R$ 1.470 mil), referente às ações cíveis. O detalhamento para os processos com prognósticos de perda provável, referente a ações cíveis e fiscais, estão na tabela abaixo: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existem processos com prognóstico de perda possível, cujo montante totaliza R$ 7.217 mil, (31/12/2023 R$ 7.015 mil), referente às ações cíveis.

Provisões para contingências	31/12/2023	Provisões Constituídas	Reversões de provisões	Baixas por pagamentos	Saldos em R$ mil 31/12/2024
Contingências cíveis	1.470	36	(113)	(294)	1.099
Saldo	**1.470**	**36**	**(113)**	**(294)**	**1.099**

18. PROADI / PROEDI

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) regido pela Lei nº 7.075, de 17 de novembro de 1997, com as alterações procedidas pelas Leis nº 8.148, de 22 de julho de 2002 e 9.995 de 12 de novembro de 2015, esta última beneficiando as unidades implantadas por Cooperativas e as atividades microempreendedoras desenvolvida por todos os setores da economia, além de facultar a empresa beneficiária do PROADI solicitar a prorrogação da data limite de fruição dos incentivos até 31 de dezembro de 2040, desde que apresente projeto de viabilidade econômica, conforme Decreto nº 16.332, de 17 de setembro de 2002. Encontram-se registrados em contas do Ativo – Cotas de Fundos de Investimento e Passivo da AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. o valor de R$ 3.717 mil (31/12/2024) e R$ 3.607 mil em (31/12/2023). Sobre os financiamentos do PROADI incidem juros de 3% (três por cento) ao ano, sendo 1% (um por cento) destinado a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., a título de remuneração dos serviços que lhe incumbem e 2% (dois por cento) para fins de integralização de seu capital. Em 26 de julho de 2019, através do Decreto nº 29.030, foi instituído o **Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI)**, em substituição ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), com o intuito de promover a competitividade da atividade industrial no Estado do Rio Grande do Norte, sob a gestão da Secretaria de Estado da Tributação **(SET)** e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico **(SEDEC)**. Encontram-se registrados em contas do Ativo – Cotas de Fundos de Investimento – PROEDI, referente as disponibilidades o valor de R$ 8.626 mil (31/12/2024) e R$ 7.332 mil em 31/12/2023 e no Passivo da AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. Recursos para destinação específica R$ 7.427 mil (31/12/2024) e R$ 7.332 mil (31/12/2023).

19. FDCI

O Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Rio Grande do Norte – FDCI, regido pela Lei Estadual nº 4525, de 12 de dezembro de 1975, teve sua alteração em 6 de dezembro de 2004, através da Lei Estadual nº 8580 e passou a sua gestão, no que se refere ao inciso V, do art. 2º, para a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., por meio de conta específica. Em 31 de julho de 2019, os valores aplicados pela Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. foram baixados da conta do Ativo – Fundo de Desenvolvimento Social – FDCI, para outras contas de compensação ativa. Em 31 de dezembro de 2024, encontram-se registrados o total do ativo do fundo R$ 1.494 mil em contas de compensação.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

MÁRCIA FARIA MAIA
Diretora-Presidente

DOMINGOS JULIANO PACHECO PORCÍUNCULA
Diretor Administrativo-Financeiro

EDILSON FERNANDES DE ASSIS
Diretor Operacional

ELAN FERREIRA DE MIRANDA
Diretor de Desenvolvimento, Estratégias e Negócios

JANIRA MARIA CÂMARA MARTINS DA COSTA
Contadora CRC-RN 2375/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2024

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.
CNPJ(MF) 03.848.103/0001-02
Rua Seridó, 466, Petrópolis – Natal/RN. CEP: 59.020-010

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Outros Assuntos

3.1) Relatório da Administração

A administração da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

3.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossa equipe de auditores independentes.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou



AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

CNPJ Nº 03.848.103/0001-02

Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 05/04/2000

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Natal/RN, 26 de março de 2025

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" RN – Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" RN – CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" RN – CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no exercício da competência que lhes é atribuída pelas Leis nºs 6.404, de 15/12/1976; 9.457, de 05/05/1997 e 10.303, de 31/10/2001 e demais composições relativas às espécies, declaram ter examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do exercício de 2024, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, além das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES S/S, todos relativos ao exercício de 2024, que lhes foram previamente encaminhados por sua Diretoria, através de Carta Circular nº 4/2025, de 11/04/2025. Após apresentação feita pela área contábil, em relação ao exercício de 2024, e análise das demonstrações financeiras anexadas/notas explicativas/relatório, além do parecer de auditores independentes, opinamos pela aprovação dos referidos documentos em concordância com o Parecer e Relatório dos Auditores Independentes, que em suas opiniões e observâncias, aprovaram sem ressalvas, os resultados constantes dos documentos, por refletirem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A..

Natal (RN), 16 de abril de 2025

Marina Melo Alves
Membro

Altair Soares da Rocha Filho
Membro

Sérgio Eduardo da Costa Freire
Membro

CDL Natal projeta vendas aquecidas no Dia das Mães após alta de 6% na Páscoa

José Lucena prevê crescimento nas vendas para o Dia das Mães e destaca mudança no perfil do consumidor: mais exigente, consciente e conectado

JOSÉ ALDENIR / AGORA RN



Câmara de Dirigentes Lojistas espera ticket médio entre R$ 50 e R$ 200

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Natal, José Lucena, afirmou que a expectativa do comércio para o Dia das Mães é positiva, após um crescimento de mais de 6% nas vendas de Páscoa. Segundo ele, os lojistas já estão sendo orientados a preparar vitrines e estoques para a data. "O Dia das Mães é aquela data que você tem que presentear, ir num restaurante. Quem tiver melhor exposto, melhor produto, com preço competitivo, vai ganhar essa competição", afirmou.

Lucena revelou que a CDL espera um ticket médio entre R$ 50 e R$ 200 para a data comemorativa. Ele também confirmou a realização do Liquida Natal, que neste ano será, segundo ele, "mais forte do que nunca" e com uma presença digital ampliada. "Vai ser cada vez mais digital também, a gente vai trabalhar muito digital, e vai ser diferente de todos os anos porque vem muita coisa, vem muita inovação", declarou, em entrevista à TV Tropical.

Sobre o perfil do consumidor atual, Lucena observou mudanças importantes no comportamento de compra. "O comércio não é só aquele negócio de comprar e vender. Você tem que entender o consumidor, conhecer e, acima de tudo, se relacionar com ele. O perfil do consumidor mudou e quem quer continuar no comércio tem que mudar."

ALRN / ARQUIVO



Presidente da CDL, José Lucena

Ele citou, ainda, que o cliente moderno é atento à sustentabilidade: "Esse consumidor é ecologicamente correto, ele lê o rótulo do produto."

Para Lucena, o diferencial competitivo hoje está na agilidade e no atendimento: "Não é o maior que vai matar o menor, é o mais rápido que vai matar o mais lento. Seja esperto, fica atento às datas, à forma de trabalhar, à forma de divulgar". Ele ressaltou que a experiência de compra deve ir além da venda. "Você tem que encantar o cliente para que ele divulgue você, para que ele volte."

Ao comentar sobre os formatos da campanha promocional, José reconheceu que parte do público ainda valoriza a experiência analógica. Apesar disso, afirmou que a digitalização está em estudo e sendo discutida internamente na CDL. ●

PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA – LS

GUSTAVO HOLANDA PIMENTAL, CPF/MF **056.313.404-61**, torna público que está requerendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Urbano – SEMUR, a Licença Simplificada (LS), para a Construção de empreendimento composto por 15 (quinze) apartamentos, tendo um dotado de dois quartos (sendo um suíte), mais sala com área de preparo de alimentos integrada, bwc e varanda e quatorze apartamentos de um quarto, sendo estes compostos de sala e área de preparo de alimentos integrada, um quarto e um banheiro. O empreendimento é composto de um bloco edificado com três pavimentos; pavimento térreo; e primeiro e segundo pavimentos. O empreendimento é localizado na Avenida Santa Luzia, s/n, lote 35 da quadra "C" do loteamento Colinas do Jiqui, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN.

GUSTAVO HOLANDA PIMENTAL
Proprietário

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

A **PETRORECONCAVO S/A**, CNPJ **03.342.704/0007-26**, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA as seguintes licenças:

- Renovação da Licença Simplificada (RLS) Nº **2022-178112/TEC/RLS-0057,** referente a 01 (um) acesso ao poço 7-SBO-0018-RN. Localizado no Campo de Sabiá Bico de Osso (SBO), Município de Assú/RN.
- Renovação da Licença Simplificada (LS) Nº **2022-183005/TEC/LS-0319**, referente a 01 (um) acesso ao poço SBO 2C-05. Localizado no Campo de Sabiá Bico de Osso (SBO), Município de Assú/RN.
- Renovação da Licença de Operação (LO) Nº **2022-180412/TEC/LO-0168**, referente a 01 (um) poço petrolífero 7-SBO-0011-RN. Localizado no Campo de Sabiá Bico de Osso (SBO), Município de Assú/RN.

WELLITON GOMES CHAVES
Gerente administrativo/Financeiro



Sindicato de Guardas Municipais do Estado do Rio Grande do Norte
CNPJ: 12.657.518/0001-81

SINDICATO DE GUARDAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria do Sindicato de Guardas Municipais do Rio Grande do Norte – SINDGUARDAS/RN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem, pelo presente EDITAL, convocar toda a Categoria de GUARDAS MUNICIPAIS do Estado do Rio Grande do Norte, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 30 de abril de 2025, no Auditório do Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Norte – SINDSEGUR/RN, situado na Rua Gonçalves Lêdo, 787 - Cidade Alta, Natal/RN, com início às 15h00min em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos integrantes da categoria, e às 15h30min em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para discutir e deliberar a seguinte ORDEM DO DIA:

1) Leitura do Edital de Convocação;
2) Prestação de contas do exercício de 2024 e apresentação do parecer do Conselho Fiscal.

ALEXSANDRO DE MEDEIROS SALES
PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN

Endereço: RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000.

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico N° 90.014/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônico N° 90.014/2025, Processo Administrativo nº 529/2025 - Secretaria Municipal de Saúde que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de Veículo de Transporte Adaptado (com acessibilidade – 1 cadeirante), destinado a atender a demanda do Centro Especializados em Reabilitação - CER. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico **https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao,** bem como poderão ser solicitados pelo e-mail **cpl.guamare@gmail.com.** Sessão Inicial dia 20/03/2025, às 08h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 24 de abril de 2025

Kleuton Ferreira Martins
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN

Endereço: RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000.

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico N° 90013/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônico N° 90013/2025, Processo Administrativo nº 4239/2024 - Secretaria Municipal de Saúde que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamento e Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Guamaré/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico **https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao**, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail **cpl.guamare@gmail.com**. Sessão Inicial dia 09/05/2025, às 08h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 24 de abril de 2025

Kleuton Ferreira Martins
Pregoeiro

ANUNCIE AQUI. AGORARN
PUBLICA@AGORARN.COM.BR

Simone Silva SOCIAL



@simonesilvarn sim.eventosrn@gmail.com

"Você está ansioso ou apenas ausente da própria vida?"

TS: 50 EM PALAVRAS

50. Cinco décadas. O tempo contando em palavras nem parece tanto. Mas e se ele representa também o tempo dedicado a um ofício, que pena acolhe por opção, vocação e afeto? Toinho Silveira, o conde da crônica social potiguar atingiu a marca de 50 anos dedicados ao colunismo e ontem comemorou durante café da manhã no Mangai (com decór de Clodualdo Bahia) que reuniu principalmente imprensa e amigos de longa data. Claro que teve discurso carinhoso citando todos os presentes, textão e músicas que refletem seu atual e leve momento. Também aproveitou e festejou a nova idade com direito a bolo belo de Graça Cândido em motivos nordestinos, com destaque para a flor Xanana, que é símbolo de Natal. Toinho tem fôlego para mais 50, se renovando e se reiventando. Portanto vem aí mais umas cinco festas.

CARA JOGATINA

Os brasileiros gastaram R$ 90 bilhões com casas de apostas online entre janeiro e março – R$ 30 bilhões por mês, segundo o Banco Central. E o hábito de jogar está se espalhando pela América Latina, segundo um relatório da Bain & Company feito a partir de 5,7 mil entrevistas no mês passado em países como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Peru. Neste último, 70% dos entrevistados já apostaram ou ainda apostam, enquanto na Argentina esse número chega a 40%. A pesquisa também destaca como esse gasto tem impactado a vida financeira das famílias. No Brasil, 26% afirmam economizar menos dinheiro por causa das bets; 24% relatam ter gastado menos em bens e serviços não-essenciais; 16% indicam ter reduzido o consumo de bens e serviços essenciais; e 16% afirmam ter contraído dívidas ou pedido dinheiro emprestado para jogar.

BAILA, VINI

Esse é o título do documentário da Netflix que estreia dia 15 de maio e que vai mostrar a trajetória de Vinicius Junior desde os campos de São Gonçalo e a base do Flamengo até o topo do futebol mundial, trazendo bastidores inéditos de sua temporada 2024, quando conquistou a Champions League e o prêmio de Melhor Jogador do Mundo no FIFA The Best – primeiro brasileiro a alcançar o feito desde 2007. O documentário também acompanha sua atuação como voz ativa contra o racismo no futebol europeu. A produção tem depoimentos de celebridades da bola, como Neymar, Ronaldo, Roberto Carlos e o treinador Carlo Ancelotti, do Real Madrid.



JOVINHO

Fernando Mendes, Clodualdo Bahia e Iracy Azevedo ontem, festejando Toinho Silveira



JOVINHO

No Mangai, a cerimonialista Carol Gurgel



JOVINHO

Na manhã TS, Rodrigo Loureiro, Sayô Alves, Celso Amancio e Bebeto Torres



JOVINHO

As jornalistas Jeanny Damas, Liege Barbalho, Bia Pires e Fabrine Medeiros

SAIBA TUDO

● **Após duas edições de sucesso em São Paulo, a festa MYRÁ desembarca em Natal com força total e já mostra sua potência, com o primeiro lote esgotado. Marcada para o dia 17 de maio, no espaço Bossa Nova da Arena das Dunas, misturando house, disco, funk e forró**

● Falando na Arena, ontem foi inaugurado por lá o novo escritório do Grupo VectaX, reconhecido por desenvolver soluções tecnológicas que impulsionam negócios em todo o Brasil e no exterior e que tem no Clickmassa, a principal empresa do grupo.

● **É hoje no Versailles Recepções que a Escola Dom Marcolino Dantas (instituição católica vicentina) celebra 75 Anos. Na noite de Baile Temático estilo "Anos 50", serão feitas homenagens especiais. A animação principal da noite ficará por conta da Orquestra Dom Cardoso**

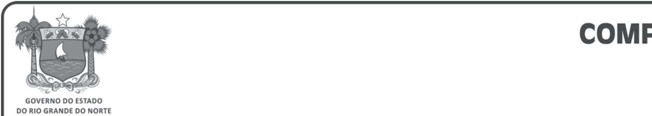
● Renato e Seus Blue Caps, Messias Paraguai e Banda Xeque Mate embalam festa na AABB, no próximo dia 02 de maio, numa noite nostálgica para dançar no embalo dos clássicos do pop brasileiro e internacional. A festa tem assinatura da Mon Jardin Eventos

● **Quem não lembra do Grupo Show Terríveis, sucesso nos Anos 80? Por bem, pelas mãos da Idearte Produções, do empresário Amaury Júnior, detentor agora da marca. Ressurge assim com o nome de Banda Terríveis e deve se apresentar já no segundo semestre.**

Happy Birthday

Maria Luíza Nelson, Gentil Ferreira de Souza, Wellington Paim, Castelo Casado, Yasmine Victor, Débora Braga Estanislau, Bebeto Leandro, Amanda Silva, Nelson Freire e **Flávia Freire**





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Mensagem do Diretor-Presidente

É com grande satisfação que compartilhamos os avanços e conquistas da Caern ao longo do último ano. Seguimos firmes no compromisso de oferecer serviços de saneamento de excelência, garantindo qualidade de vida para a população do Rio Grande do Norte e contribuindo para a preservação dos nossos recursos naturais.

Nosso desempenho operacional, comercial e financeiro reflete a solidez da companhia e a dedicação de cada profissional que trabalha diariamente para levar água tratada e serviços de esgotamento sanitário a milhões de pessoas. A eficiência dos nossos processos, aliada a investimentos estratégicos, nos permite avançar no cumprimento das metas de universalização, assegurando que cada vez mais cidadãos tenham acesso a um saneamento básico digno e sustentável.

Estamos empenhados em aprimorar continuamente a qualidade da nossa prestação de serviços, investindo em modernização, digitalização e na capacitação de nossos colaboradores, sempre buscando superar as expectativas dos nossos clientes e acionistas.

Os resultados de 2024 revelaram importantes avanços, apesar dos desafios que limitaram nossa geração de caixa. O crescimento das nossas receitas refletiu o fortalecimento das nossas operações e a capacidade de manter o ritmo da prestação dos serviços, contribuindo para um EBITDA ajustado de R$ 228,2 milhões. Nossa margem EBITDA sofreu o impacto do aumento dos custos e despesas, porém reduzimos nossas despesas financeiras em 35%, o que demonstra uma gestão mais eficiente dos nossos passivos e do custo do capital.

Em 2024 investimos R$ 384 milhões na expansão dos nossos sistemas e na reposição dos nossos ativos, o que reflete nosso compromisso com as metas de universalização e com a melhoria contínua na prestação dos serviços tão essenciais para a população do Rio Grande do Norte.

Para os próximos ciclos, a estratégia estará focada no equilíbrio entre o crescimento das receitas e a otimização das despesas e das provisões. Nosso objetivo é impulsionar as margens e garantir a sustentabilidade dos resultados de forma consistente e segura, assegurando a geração de valor para os nossos stakeholders e consolidando a solidez financeira da organização.

Agradeço a cada um de vocês que fazem parte dessa trajetória de crescimento e transformação. Seguimos juntos, trabalhando com dedicação, ética e compromisso para garantir que o saneamento básico continue sendo um motor de desenvolvimento social e ambiental no Brasil.

Roberto Sérgio Ribeiro Linhares
Diretor-Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

Desempenho Operacional

Dados de Água	2020	2021	2022	2023	2024
Economias cobertas com rede de água	1.032.923	1.044.144	1.060.293	1.055.174	1.067.526
Quantidade de ETA's	71	71	71	71	71
Extensão de redes em km	12.201,99	12.212,25	11.741,81	11.864,00	11.937,71
Volume produzido 1.000 m³	222.088	227.354	224.360	230.663	240.962
Perda na distribuição	53,37%	53,97%	50,26%	49,22%	48,04%

Dados de Esgoto	2020	2021	2022	2023	2024
Economias cobertas com rede de esgoto	271.071	280.439	287.022	292.109	299.605
Quantidade de ETE's	70	73	74	74	78
Extensão de redes em km	1.661,23	1.661,23	1.773,81	1.788,58	1.790,33
Volume faturado 1.000 m³	43.213	44.368	45.800	47.339	48.999

Volumes disponíveis

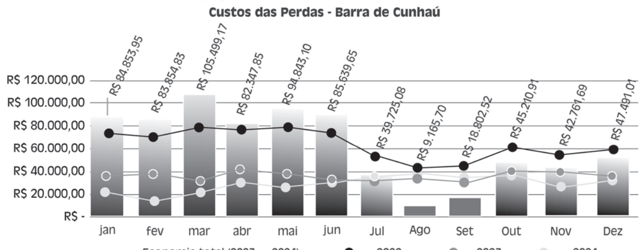
A Companhia realiza o monitoramento dos principais reservatórios utilizados nos Sistemas de Abastecimento de Água, tendo a seguinte situação em dezembro de 2024:

Reservatório	Localização	Situação volumétrica
Eng. Armando Ribeiro Gonçalves	Assu	67,55%
Santa Cruz do Apodi	Apodi	71,36%
Umarí	Upanema	77,59%
Poço Branco (João Batista do Rego)	Poço Branco	84,72%
Tabatinga	Macaíba	45,06%
Lagoa do Bonfim	Nísia Floresta	57,17%
Mendubim	Assu	75,05%
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	44,59%
Marechal Dutra	Acari	74,40%
Trairi	Tangará	78,57%
Campo Grande	São Paulo do Potengi	81,24%

Combate às Perdas

Em 2024, focamos na ampliação do Projeto Água Justa, com o objetivo de promover melhorias operacionais e redução de perdas nos sistemas de distribuição de água. O primeiro foi o desenvolvimento do trabalho no SPI Pedro Velho – Montanhas – Nova Cruz, que trouxe várias melhorias e controles operacionais, objetivando a melhoria da oferta hídrica para a cidade de Nova Cruz, onde obtivemos um incremento de 10% na oferta de água ao município. Dentre as melhorias, enfatizamos o monitoramento da adutora pela "vazão mínima noturna" de cada trecho da adutora, o que possibilitou a identificação de vazamentos com maior precisão e ganho de eficiência operacional na resolução do problema. Instalamos 16 Válvulas Redutoras de Pressão, 10 ventosas, 1 válvula de retenção e 3 registros nas derivações ao longo da adutora que abastecem áreas rurais.

Dentre os resultados do Projeto Água Justa, Barra de Cunhaú, no município de Canguaretama, apresentou redução de 53% do volume perdido entre 2022 e 2024 e uma redução do custo das perdas de R$ 0,74 milhão acumulado em 2023 e 2024, em um sistema de abastecimento de aproximadamente 2.000 clientes, o que enfatiza ainda mais o resultado do projeto.



Gestão Energética

Ao longo de 2024, a Companhia consumiu um total de 246 GWh de energia ao custo de R$ 133,9 milhões, um aumento de 2,23% em comparação ao ano anterior (R$ 131 milhões). Foram efetuadas 40 novas ligações de energia, com 17 desligamentos definitivos, finalizando assim o ano com 1.128 pontos de ligação (unidades consumidoras) de energia, um aumento de 2,1% comparado ao ano de 2023. Destes pontos, 247 são de média tensão (Grupo A) e 881 em baixa tensão (Grupo B).

Com relação ao Mercado Livre de Energia, o consumo da Caern foi de 175 GWh provenientes de fontes renováveis e sustentáveis (eólica e fotovoltaica), o que representou 71% do consumo total. Ao final de 2024, 105 unidades consumidoras estavam vinculadas ao Mercado Livre, correspondendo a 42,5% do quantitativo de unidades do Grupo A. Ao compararmos o Mercado Livre de Energia com o Mercado Cativo, a Caern obteve uma economia no período de R$ 31,4 milhões, com um total acumulado superior a R$ 75 milhões desde outubro de 2020.

Desempenho Comercial

Arrecadação

Em 2024 tivemos uma Arrecadação Líquida no montante de R$ 974.558.990,28, com uma arrecadação média mensal de R$ 85.343.130,86, 6,6% acima do valor médio arrecadado em 2023, quando chegamos a um valor médio de R$ 80.043.654,66.

Apesar do grande esforço de negociação depreendido pela administração, o maior desafio continua sendo a contenção da inadimplência dos consumidores públicos, em especial os municipais e estaduais. O nível de inadimplência do setor público, apesar de ter diminuído, continua elevado, somando 40,55% frente a 53,58% de inadimplência em 2023. Já a eficiência de arrecadação total da Companhia em relação ao seu faturamento chegou a 91,20% frente a 90,08% registrada em 2023, demonstrando uma grande evolução do indicador.

Inadimplência Consumidores Públicos

2023: 53,58 % — 2024: 40,55 %

Eficiência de Arrecadação Total

2023: 90,08 % — 2024: 91,20 %

Hidrometração

No ano de 2024 realizamos **26.927 instalações de hidrômetro** no ramal (novas ligações e instalação em imóveis não medidos). As instalações de hidrômetros em imóveis não medidos permitiram um aumento mensal de mais de R$ 2,1 milhões faturamento, quando comparamos ao faturamento do mês anterior à instalação do equipamento.

Tratando-se do índice de hidrometração faturado, ou seja, da relação entre a quantidade de ligações ativas de água com hidrômetro e a quantidade de ligações ativas de água, percebe-se a evolução desse parâmetro no decorrer do tempo, conforme mostrado no gráfico a seguir, sendo o índice de hidrometração faturado de 97,38% em dezembro de 2024. Se retirarmos do cálculo as áreas de vulnerabilidade social, temos um índice de hidrometração de 98,00%.

Atualização Cadastral

Durante o ano de 2024, fizemos a atualização de 48.170 imóveis, obtendo os seguintes resultados:

- 6.176 ALTERAÇÕES DE ENDEREÇO
- 1.742 ALTERAÇÕES DE NOME DE CLIENTE
- 259 ALTERAÇÕES DE HIDRÔMETRO
- 151 ALTERAÇÕES DE SUBCATEGORIA + QTD ECONOMIAS
- 534 ALTERAÇÕES DE CPF/CNPJ
- 1.627 INCLUSÕES DE CPF/CNPJ
- 487 ALTERAÇÕES DE RG
- 2.902 INCLUSÕES DE RG

Relacionamento com o Cliente

Em 2024 realizamos 1.660.256 atendimentos aos nossos clientes pelos diversos canais virtuais e presenciais disponíveis nos 153 municípios onde estamos presentes no Rio Grande do Norte. Os canais virtuais foram responsáveis por 72,98% desses atendimentos, com destaque para os 667.254 realizados via WhatsApp/Chat Bot e 229.710 realizados via Teleatendimento 115. Nos formatos presenciais, a modalidade itinerante **Caern Móvel** realizou 8.195 atendimentos nas localidades regularmente visitadas.

Para assegurar a elevada qualidade dos atendimentos realizados e dos serviços realizados, durante o ano de 2024 pesquisamos a qualidade de 1.719 atendimentos realizados na modalidade presencial, recebendo nota máxima de satisfação em 60% dos atendimentos e 50% dos serviços realizados.

Realizamos também pesquisas de satisfação do Teleatendimento 115 com 66.418 usuários, recebendo nota máxima na avaliação de 72% dos clientes pesquisados.

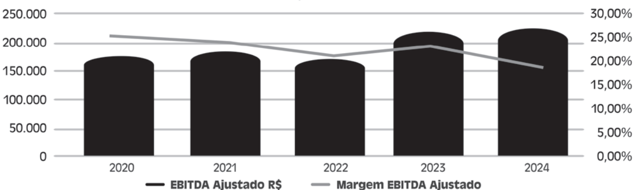
Receita Líquida

A Receita Líquida da Caern atingiu um montante de R$ 1,16 bilhão em 2024, um acréscimo de 18,51% em relação à receita líquida de 2023, proveniente do reajuste tarifário de 3,59% para os municípios do interior com vigência a partir do faturamento do mês de fevereiro de 2024. Os incrementos dos volumes faturados, através dos investimentos em substituição de hidrômetros e da expansão dos sistemas de esgotamento sanitário, também contribuíram positivamente com o aumento da receita.

EBITDA Ajustado

O exercício de 2024 foi marcado por uma atuação equilibrada da organização, que, mesmo diante de um ambiente mais desafiador, conseguiu manter sua capacidade de geração operacional de caixa. Isso se refletiu no crescimento de 2% do EBITDA ajustado, alcançando R$ 228,2 milhões, um aumento considerável em relação aos anos anteriores. Esse desempenho positivo no indicador ajustado destaca nossa resiliência e a eficácia das ações implementadas ao longo do ano.

Contudo, a queda da margem EBITDA para 19,51%, frente aos 22,77% registrados no ano anterior, sinaliza um ponto de atenção importante. Embora o crescimento absoluto no EBITDA seja positivo, essa redução na margem sugere que os esforços de expansão ainda não foram suficientes para neutralizar o impacto do aumento nas despesas e nas provisões, o que afetou a rentabilidade relativa da operação. Esse movimento exige uma análise mais profunda sobre como otimizar nossas operações para melhorar a eficiência e maximizar os resultados.



Lucro líquido

O resultado do exercício de 2024 revelou avanços importantes, mesmo diante de alguns desafios que limitaram a geração de valor ao final do período. O crescimento de 18,5% na receita líquida reflete o fortalecimento das operações e a capacidade de manter o ritmo de prestação de serviços. No entanto, esse desempenho positivo veio acompanhado de um aumento mais acelerado dos custos dos serviços prestados, que subiram 22,1%, reduzindo parte do ganho de margem que poderia ser obtido.

Esse cenário se refletiu diretamente no lucro bruto, que cresceu 13,1% frente ao exercício anterior, mas foi impactado por um comportamento menos favorável das despesas. O aumento das despesas administrativas (+19,0%) e das despesas comerciais (+17,7%) merece atenção, pois sinaliza um crescimento dos gastos superior ao ritmo do faturamento, o que pressiona a eficiência da estrutura operacional.

Adicionalmente, houve uma mudança significativa no comportamento das provisões para contingências. Enquanto em 2023 a reversão contribuiu positivamente, em 2024 o registro de novas provisões gerou um impacto direto no resultado. Ainda que as despesas financeiras tenham diminuído expressivamente (-34,6%), o desempenho não foi suficiente para evitar a queda do lucro antes do imposto de renda e contribuição social (-28,8%) e, consequentemente, do lucro líquido, que encerrou o período em R$ 50,5 mil, uma redução de 19,3%.

Endividamento

Em 2024, a empresa manteve uma estrutura de capital robusta, alinhando sua estratégia de crescimento com uma gestão disciplinada das finanças. O patrimônio líquido alcançou R$ 2,73 bilhões, representando um crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior, o que reforça a solidez financeira e a capacidade da Companhia em gerar valor para seus acionistas.

O endividamento total da companhia foi reduzido para R$ 401,1 milhões, o que representa uma diminuição de 3,7% em comparação com 2023. Essa redução reflete a estratégia de otimização da estrutura de capital, focando na diminuição da dívida de longo prazo. No entanto, houve um aumento no endividamento de curto prazo, que subiu de R$ 16,7 milhões para R$ 135,5 milhões, refletindo ajustes estratégicos para melhorar a gestão de custos financeiros e a eficiência operacional.

A dívida líquida totalizou R$ 219,5 milhões, um aumento significativo em relação aos R$ 32,4 milhões registrados no ano anterior. Esse aumento é atribuído à redução do saldo de caixa e equivalentes, que foi impactado pelos investimentos realizados ao longo do ano. Mesmo assim, os índices financeiros, como o índice Dívida Líquida/EBITDA de 1,36 e o Dívida Líquida/Patrimônio Líquido de 0,08 indicam que a alavancagem da empresa permanece em níveis administráveis e dentro de parâmetros seguros.

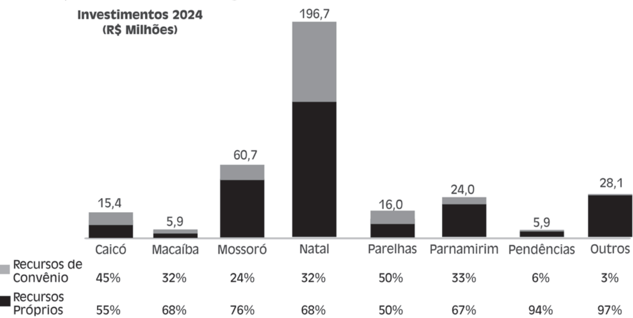
A administração segue atenta à evolução do endividamento, garantindo que a estrutura de capital continue equilibrada. Isso assegura não apenas a sustentabilidade financeira da companhia, mas também a sua capacidade de investir de forma consistente no crescimento e na modernização de suas operações.

Investimentos

A CAERN investiu no exercício de 2024 o montante R$ 352 milhões em obras nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e em estruturas utilizadas para fins administrativos. Desses investimentos, 238 milhões, que representa 68% (sessenta e oito por cento) dos valores investidos, foram destinados a obras dos sistemas de esgotamento sanitário, 109 milhões, que equivale a 31% (trinta e um por cento) dos recursos, foram investidos em obras para ampliação do abastecimento de água e 4 milhões, equivalente a 1% (um por cento), foram investidos em estruturas de uso administrativo.

No que se refere à fonte de recursos, cerca de R$ 248 milhões foram oriundos dos recursos próprios da Companhia, representando 70% (setenta por cento) do total dos recursos empregados no exercício de 2024, e outros R$ 104 milhões foram oriundos de recursos de convênio, representando 30% (trinta por cento) do total dos recursos investidos.

Os investimentos foram realizados em diversos municípios e regiões do Estado do Rio Grande do Norte, destacando-se os valores investidos nos municípios de Caicó, Macaíba, Mossoró, Natal, Parelhas, Parnamirim e Pendências, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

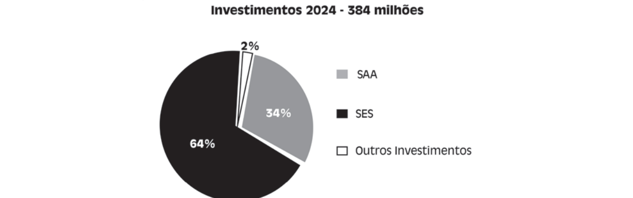


Dada a importância da constante reposição dos ativos da companhia para garantir a continuidade da operação dos sistemas de forma satisfatória, no exercício de 2024 foi investido um total de R$ 32,3 milhões na renovação dos ativos em operação, nos grupos de ativos abaixo especificados:

- Cerca de R$ 7 milhões, representando 22% do total investido, em sistemas de esgotamento sanitário (SES);
- Cerca de R$ 17 milhões, equivalente a 55% do total investido, em sistemas de abastecimento de água (SAA);
- Cerca de R$ 3,5 milhões em bens de uso geral dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e em torno de R$ 363 mil reais em bens de uso geral de ativo imobilizado, equivalentes a 12% do total investido;
- Cerca de R$ 3,5 milhões, representando 11% do total investido para os sistemas adutores (ADT).

Os 12 (doze) municípios que tiveram as substituições de ativos mais relevantes foram: Natal, Mossoró, Parnamirim, Assú, Macaíba, Nísia Floresta, Currais Novos, Pau dos Ferros, Monte Alegre, João Câmara, Florânia e Baraúna.

Somando os valores investidos em obras, que totalizaram R$ 352 milhões, e os valores investidos na renovação dos ativos em operação, cerca de R$ 32 milhões, no exercício de 2024 foram investidos 384 milhões, distribuídos nos sistemas de água, 34%, sistema de esgotamento sanitário, 64%, e outros bens de uso administrativo, 2%, conforme detalhado no gráfico abaixo:



Investimentos concluídos

No exercício de 2024 foram concluídos R$ 142,0 milhões em investimentos realizados nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, e estruturas administrativas, totalizando 18 (dezoito) obras em diferentes municípios, além de extensões de rede de água e esgotamento sanitário em todo estado, conforme tabela abaixo:

Obras	Rec. Próprios	Rec. de Convênios	Total
SAA Timbaúba dos Batistas - Recuperação do Reservatório	317.339,15	-	317.339,15
SAA Subsistema Adutor de Pau dos Ferros	4.623.847,75	-	4.623.847,75
SAA Portalegre	1.723.678,95	1.377.717,86	3.101.396,81
SAA Ouro Branco - Recuperação do Reservatório Elevado	562.582,52	-	562.582,52
SAA Mossoró, ETA's e EEA's	11.058.015,03	79.794.757,18	90.852.772,21
SAA Caraúbas	1.959.007,22	3.057.356,82	5.016.364,04
SAA Bento Fernandes - Recuperação do Reservatório Elevado	1.143.655,22	-	1.143.655,22
SAA Adutora Nova Cruz	1.909.165,80	-	1.909.165,80
SES Macaíba - ETE CIA	466.432,97	-	466.432,97
SES - Emissão interno de reclaque na ETE Pipa	17.089,83	-	17.089,83
SES - Ampliação SES Bairro Paredões - Mossoró	793.161,38	-	793.161,38
Perfuração de poços tubulares	612.161,67	-	612.161,67
Substituição de tubulação da Adutora Monsenhor Expedito	486.715,61	-	486.715,61
Adutora - Riachuelo - Santa Maria	3.470.466,12	-	3.470.466,12
Extensão de Rede - SAA	4.470.360,23	613.099,04	5.083.459,27
Extensão de Rede - SES	14.205,90	5.790,03	19.995,93
Instalações e substituição de hidrômetro	22.434.670,41	-	22.434.670,41
Refeitório - Administração Central	477.185,21	-	477.185,21
Guarita da Natal Sul	275.082,09	-	275.082,09
Guarita - Administração Central	332.330,20	-	332.330,20
Total	**57.147.153,26**	**84.848.720,93**	**141.995.874,19**

Dos investimentos concluídos em 2024, a maior parcela teve origem em recursos de convênio e destinou-se à obra de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Mossoró, representando um total de R$ 79,8 milhões. Foram concluídos com recursos próprios o montante de R$ 57,1 milhões.

Dos R$ 141 milhões inseridos na Base de Ativos Regulatórios, o montante de R$ 139 milhões, que representa 98% do total, foram para obras de sistemas de Abastecimento de Água, sendo R$ 13 milhões em obras nos Sistemas Adutores e R$ 126 milhões nos sistemas municipais.

Regulação

Durante o ano de 2024 a Companhia teve sua tarifa para os municípios do interior reajustada em 3,59% através da Agência Reguladora de Serviços Públicos do RN - ARSEP, permitindo a continuidade na prestação dos serviços e atendendo o princípio da modicidade tarifária. O pleito de reajuste tarifário para o município do Natal foi iniciado junto à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal - ARSBAN ainda em 2024, com previsão de definição e implantação no ano de 2025.

A Companhia está em fase de contratação de consultoria que auxiliará na elaboração de estudos para o processo de Revisão Tarifária no âmbito das microrregiões, cujo pleito contemplará não só a capital Natal como todos os demais municípios atendidos pela Companhia. Os estudos irão contemplar o período de 2026 a 2030, permitindo o reequilíbrio dos custos inerentes à prestação dos serviços e permitindo um melhor planejamento dos investimentos necessários.

Microrregiões

Em 15 de julho de 2021 foi sancionada a Lei Complementar Estadual nº 682, que instituiu as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE-I), contendo 73 municípios, incluindo Mossoró, e do Litoral-Seridó (MRAE-II), contendo 93 municípios, incluindo Natal, com suas respectivas estruturas de governança, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, que passaram a ter funções públicas de interesse comum o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação, direta ou contratada, dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Em 23 de dezembro de 2021 as microrregiões I e II realizaram os termos de atualização de contrato de prestação regionalizada em razão especialmente do impacto das obrigações instituídas pela Lei 14.026/2020, em vista da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, considerando a prestação regionalizada, dilatando os prazos originais, de forma que a vigência fosse ampliada até 30 de dezembro de 2051.

Já em 18 de dezembro de 2023, as microrregiões I e II emitiram, respectivamente, as Resoluções nº 3 e 4, que determinaram que os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário fossem prestados diretamente pela Caern, nos termos do caput do art. 175, da Constituição Federal, da Lei Complementar Estadual nº 682/2021, e da Lei Federal 13.089/2015, que determina o compartilhamento de responsabilidades e ações na prestação, pelas microrregiões, dos serviços de interesse comum, em termos de organização, planejamento e execução. As Resoluções determinaram ainda que os respectivos serviços nos municípios que possuem contratos vigentes e regulares com a Caern continuarão regidos pelas respectivas disposições contratuais, não sendo alcançados pela prestação direta.

Estratégia

As diretrizes institucionais da Caern são embasadas pelo seu Plano de Negócios e Planejamento Estratégico, impulsionados pela necessidade de adaptação à mudança organizacional, especialmente em decorrência das Leis 13.303/2016 e 14.026/2020.

Nossos direcionadores estratégicos (missão, visão e valores) são elementos cruciais que norteiam as decisões da Caern rumo aos seus objetivos de longo prazo. Eles fornecem uma base sólida para o planejamento estratégico, concentrando esforços e recursos nas áreas prioritárias e adaptando-se às mudanças do ambiente externo, trazendo competitividade e sustentabilidade à empresa, impulsionando o alcance dos resultados necessários.

O principal desafio da Caern para os próximos anos é universalizar o acesso aos seus serviços nos municípios onde atua, levando qualidade de vida para a população. A Companhia não mede esforços no atingimento das suas metas, buscando o equilíbrio econômico-financeiro e a melhoria contínua na prestação dos serviços.

Patrocínios

Em 2024, a Caern celebrou 55 anos de história, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento social e ambiental do estado. Ao longo do ano, a Companhia marcou presença em diversos eventos, investindo em patrocínios que abrangem diferentes setores, desde a cultura e o esporte até iniciativas sociais e projetos de recursos hídricos:

2º RN Cidades – O patrocínio da Caern ao 2º RN Cidades reforça o compromisso da Companhia com o desenvolvimento dos municípios potiguares e com a promoção de soluções para os desafios relacionados ao saneamento básico e à gestão de recursos hídricos. A Caern acredita que o diálogo e a troca de experiências entre os diversos atores da sociedade são fundamentais para a construção de um futuro melhor para os municípios do Rio Grande do Norte. O evento organizado pela Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) se consolidou como o maior encontro municipalista do Estado.

Corrida da Água – Aproximadamente mil pessoas se uniram, no dia 23 de março, na Corrida da Água Caern. O evento realizado em comemoração ao Dia Mundial da Água contou com provas de 6 km e 12 km, sendo realizada no Campus da UFRN e Avenida Engenheiro Roberto Freire. A corrida conscientizou sobre a importância da preservação desse recurso vital e incentivou a prática de atividade física.

Corrida Soldados do Fogo – A Corrida é realizada em Natal há 26 anos, e em 2024 foi realizada em comemoração ao Aniversário do Corpo de Bombeiros Militar do RN, comemorado no dia 29 de novembro. A prova é considerada uma das mais tradicionais do Rio Grande do Norte e tem destaque em todo o Nordeste. A Caern foi patrocinadora Master, tendo a logomarca aplicada junto ao nome da prova.

ECOB – O V Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Grande do Norte (V ECOB) foi realizado em novembro, em formato presencial, e teve como tema central a "Cobrança pelo Uso da Água Bruta e o Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos no Rio Grande do Norte". O evento contou com uma programação diversificada, incluindo mesas redondas, painéeis de discussão e oficinas de capacitação, proporcionando um espaço de diálogo e aprendizado para os participantes.

GO Inova RN – A GO!RN é o maior evento do ecossistema do empreendedorismo inovador, startups, tecnologia e transformação digital do Rio Grande do Norte, voltado para potenciais empreendedores, empresários inovadores e do segmento de tecnologia, startups e micro e pequenas empresas tradicionais. A Caern patrocinou o evento e participou ativamente da programação, tendo um estande na GO!RN.

Novos Gestores RN – O evento realizado em Natal pela a Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (Femurn) proporcionou uma imersão completa destinada aos novos prefeitos e prefeitas do RN eleitos para o quadriênio 2025/2028. Com o patrocínio, além da divulgação da logomarca, a Caern teve espaço para palestra e um estande, se aproximando de um público essencial para a empresa.

ONCORRIDA – A corrida, além de promover a prática de atividades físicas e a saúde da população, desempenha um papel fundamental na conscientização sobre o diagnóstico precoce do câncer, uma causa de grande impacto social. Ao patrocinar a segunda edição da Oncorrida, a CAERN teve a oportunidade de reforçar sua marca como uma empresa que investe na saúde e no bem-estar de seus clientes e da comunidade em geral.

SADEF – A Caern acredita no poder do esporte para transformar vidas e, por isso, apoia com entusiasmo a Sociedade Amigos do Deficiente Físico (Sadef). A instituição, referência no paradesporto, oferece oportunidades para que pessoas com deficiência pratiquem esportes, superem desafios e construam um futuro promissor.

Seis e Meia – É um dos mais importantes e antigos projetos de música continuada e tem o objetivo de divulgar a música popular brasileira no Rio Grande do Norte. Ao longo desses anos está na memória afetiva dos potiguares e trouxe para o Estado grandes nomes do cenário artístico nacional, além de revelar diversos talentos da cena musical. A Caern patrocinou o projeto que teve em 2024 onze edições com 22 (vinte e dois) artistas consagrados da música popular brasileira e potiguar. As apresentações foram realizadas no Teatro Riachuelo, com exibição dos melhores momentos na TV Ponta Negra.

Colaboradores

Capacitação

A Caern investiu fortemente na capacitação do seu capital humano durante o ano de 2024, fortalecendo as suas potencialidades e promovendo uma melhor qualidade de vida no trabalho em um clima organizacional favorável. A Companhia investiu um montante de R$ 331.555,20 em capacitação através de cursos, treinamentos e participação em eventos.

Dentre as capacitações realizadas, destacam-se: Operação de máquinas pesadas, cadastro técnico de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, utilização de câmera termográfica, modelagem hidráulica, contabilidade regulatória, mercado de capitais e relacionamento com investidores, media training, gestão de riscos e auditoria e controle interno no setor público.

BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL – 2024

Empresa: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN - CAERN

1 - Base de Cálculo	2024 Valor (em reais R$)	2023 Valor (em reais R$)
Receita líquida (RL)	1.169.220.045,14	986.625.778,80
Resultado operacional (RO)	38.517.470,54	63.102.722,72
Folha de pagamento bruta (FPB)	227.357.639,06	207.216.989,57

2 - Indicadores Sociais Internos	2024 Valor (em reais R$)	% sobre FPB	% sobre RL	2023 Valor (em reais R$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	35.990.199,75	15,83%	3,08%	32.772.461,68	15,82%	3,32%
Encargos sociais compulsórios	70.172.591,40	30,86%	6,00%	65.539.259,90	31,63%	6,65%
Previdência privada	1.400.872,60	0,62%	0,12%	1.794.345,18	0,87%	0,18%
Saúde	14.935.058,60	6,57%	1,28%	13.608.857,94	6,57%	1,38%
Segurança e saúde no trabalho	801.240,79	0,35%	0,07%	868.410,86	0,42%	0,09%
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	131.395,00	0,06%	0,01%	212.707,83	0,10%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	2.496.269,70	1,10%	0,21%	2.203.632,48	1,06%	0,22%
Participação nos lucros ou resultados	8.500.242,44	3,74%	0,73%	10.781.765,69	5,20%	1,09%
Outros	2.261.978,76	0,99%	0,19%	2.072.099,50	1,00%	0,21%
Total - Indicadores sociais internos	**136.689.849,04**	**60,12%**	**11,69%**	**129.853.541,06**	**62,67%**	**13,16%**

3 - Indicadores Sociais Externos	2024 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL	2023 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	200.000,00	0,52%	0,02%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	920.861,09	2,39%	0,08%	1.124.338,35	1,78%	0,11%
Esporte	356.300,00	0,93%	0,03%	151.800,00	0,24%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	410.000,00	1,06%	0,04%	0,00	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**1.887.161,09**	**4,90%**	**0,16%**	**1.276.138,35**	**2,02%**	**0,13%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	84.540.776,72	219,49%	7,23%	83.112.958,83	131,71%	8,42%
Total - Indicadores sociais externos	**86.427.937,81**	**224,39%**	**7,39%**	**84.389.097,18**	**133,73%**	**8,55%**

4 - Indicadores Ambientais	2024 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL	2023 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	2024		2023	
	(X) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	(X) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%
	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2024	2023
Nº de empregados(as) ao final do período	1.978	1.994
Nº de admissões durante o período	8	14
Nº de demissões durante o período	24	44
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	644	447
Nº de estagiários(as)	116	118
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	937	947
Nº de mulheres que trabalham na empresa	249	250
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,51%	21,48%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	925	754
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	47,39%	37,32%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	21	21

- Continua -

- Continuação -



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ N° 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH



6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2024**			**2023**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	31,15			26,96		
Número total de acidentes de trabalho	90			87		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolveu	(X) seguiu as normas da OIT	( ) incentivou e seguiu a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	(X) não foram considerados	( ) foram sugeridos	( ) foram exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolveu	(X) apoiou	( ) organizou e incentivou
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.299	no Procon -	na Justiça -	na empresa 2.665	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 50,42%	no Procon -	na Justiça -	na empresa 50,42%	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2024: R$ 554.580.994,65**			**Em 2023: R$ 570.457.189,94**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20,28 % governo; 9,11 % acionistas	58,91 % colaboradores(as); 11,70 % terceiros		21,30 % governo; 10,98 % acionistas	53,59 % colaboradores(as); 14,13 % terceiros	

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A CAERN é uma empresa que oferece os serviços de tratamento de água e de efluentes domésticos e industriais como uma forma de minimizar o impacto ambiental no meio ambiente em detrimento das necessidades vitais de cada ser humano. Somos conscientes e sabemos que quanto mais unidades habitacionais do Rio Grande do Norte forem contempladas com água tratada e esgotamento sanitário, estamos cuidando e contribuindo com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

ASSEGURAÇÃO INDEPENDENTE

Os trabalhos conduzidos pelos auditores independentes da Emerson Auditores e Consultores S/S foram realizados de acordo com os preceitos legais e normativos contábeis. Assim, a CAERN assegura, em sua política institucional, a plena imparcialidade na avaliação dos auditores externos. Isso inclui conceder amplo acesso aos setores da empresa, permitindo a realização de testes de conformidade e procedimentos substantivos necessários para a auditoria.

Natal-RN, em 24 de março de 2025

ROBERTO SÉRGIO RIBEIRO LINHARES
Diretor Presidente

GEORGE MARCOS DE AQUINO FREITAS
Diretor de Planejamento e Finanças

JULIANA MARIA DUARTE UBARANA
Diretora Administrativa

JOSÉ GUILHERME DE ANDRADE GUEDES
Diretor Comercial e de Antendimento

SERGIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor de Empreendimentos

THIAGO DE SOUZA ÍNDIO DO BRASIL
Diretor de Operação e Manutenção

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou no dia 26 de março de 2025 o Relatório Integrado de Gestão 2024 que contempla o Relatório da Administração; as Demonstrações Financeiras da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, que compreendem o Balanço Patrimonial relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício; do Resultado Abrangente; das Mutações do Patrimônio Líquido; e dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas que compreendem as políticas contábeis significativas as demonstrações, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Caern.

Após análise e discussão, os Conselheiros aprovaram o Relatório da Administração que apresentou o desempenho da Caern em todas as suas áreas durante o exercício. No tocante as Demonstrações Financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração, considerando o Parecer dos Auditores Independentes sem ressalvas, Parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário, e todos os esclarecimentos prestados através da Gerência de Contabilidade da Caern, opinou favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e deliberou que todos os documentos apresentados, inclusive, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal, sejam encaminhados à Assembleia Geral Ordinária, órgão de deliberação superior para apreciação.

Natal, 26/03/2025.

Nádia Santos Carlos Belarmino Tavares
Conselheira Presidente

Hugo Alexandre Meneses Fonseca
Conselheiro Vice-Presidente

Roberto Sérgio Ribeiro Linhares
Conselheiro Membro

Marcos Rodrigues Queiroz
Conselheiro Membro

Luiza Maria de Souza Melo Lima
Conselheira Membro

Maria Virgínia Ferreira Lopes
Conselheira Membro

Tony Silva Gomes de Melo
Conselheiro Membro

Francisco Rogério Pereira de Oliveira
Conselheiro Membro

Gabriel Motta Bezerra Câmara
Conselheiro Membro

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Natal/RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte CAERN** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Boards (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para as notas 9 e 35, onde a Companhia com base no trânsito e julgado do processo junto ao Supremo Tribunal Federal reconheceu os efeitos da imunidade tributária, e para o período foram revertidos os saldos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ de origem de outros resultados abrangentes por considerar que a matéria Imunidade Tributária Recíproca da CAERN resta definida e reiterada e não representa riscos contingenciais. Deste modo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, constam registrados no Patrimônio apenas os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos de CSLL e os saldos históricos dos ativos diferidos do IRPJ decorrente de diferenças temporárias que será objeto de realização a partir do reconhecimento do crédito tributário em decorrência dos efeitos dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, conforme preceitua o art. 102 da Instrução Normativa RFB n° 2055/2021. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Natal/RN, 17 de março de 2025

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes CRC/RN 547/O-8

José Diego Braz da Silva
Contador CRC/RN 10575/O-9

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, analisou, em reunião realizada em 24 de março de 2025, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, bem como o Relatório da Administração e os demais documentos apresentados e elaborados pela administração da Companhia, opinando favoravelmente à sua aprovação pelo Conselho de Administração e submissão subsequentes. Natal/RN, 25 de março de 2025.

Inácia Araújo Bardini
(membro do comitê de auditoria estatutário)

Paloma de Saboya Coelho
(membro do comitê de auditoria estatutário)

Sérgio Ricardo Carvalho de Abreu
(membro presidente do comitê de auditoria estatutário)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte — CAERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam no dia 25/03/2025, ao exame das Demonstrações Financeiras da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, que compreendem o Balanço Patrimonial relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício; do Resultado Abrangente; das Mutações do Patrimônio Líquido; e dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas que compreendem as políticas contábeis significativas as demonstrações, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Com fundamento nas Demonstrações Financeiras examinadas, no Relatório dos Auditores Independentes - Emerson Auditores e Consultores S/S, que emitiram a opinião sem ressalvas quanto à adequação das demonstrações relativas à posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, este Conselho, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte CAERN em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiros(IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standard Boards (IASB).

Ressalta-se que a análise ora apresentada se refere tão somente às Demonstrações Financeiras referente ao exercício anual de 2024. Natal, 25/03/2025.

Bruna Ferreira Bezerra
Conselheira Presidente

Stefanny Caroline Alves Farias
Conselheira Vice-Presidente

Magno Vieira da Silva
Conselheiro Membro

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais)

ATIVO	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante	**459.964**	**629.159**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	214.714	406.240
Contas a receber (Nota 5)	156.128	127.576
Estoques para operação (Nota 6)	44.084	52.143
Tributos a recuperar (Nota 7)	14.878	13.089
Adiantamentos	2.275	2.112
Depósitos Judiciais (Nota 8)	27.685	27.949
Outros ativos circulantes	200	50
Não circulante	**3.825.753**	**3.535.650**
Contas a receber (Nota 5)	93.292	105.087
Créditos Fiscais (Nota 9.1)	44.313	40.221
Créditos de acionistas	16.591	5.930
Ativo Financeiro (Nota 10)	411.482	401.503
Imobilizado líquido (Nota 11)	997.015	931.878
Intangível líquido (Nota 12)	2.233.307	2.040.118
Direito de Uso Arrendamento Mercantil (Nota 13)	29.753	10.913
Total do ativo	**4.285.717**	**4.164.809**
PASSIVO	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante	**281.851**	**159.232**
Fornecedores de bens e serviços (Nota 14)	32.972	28.897
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 15)	135.497	16.718
Arrendamento Mercantil (Nota 16)	16.141	7.393
Obrigações tributárias (Nota 17)	22.975	25.506
Obrigações sociais (Nota 18)	51.233	52.700
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais (Nota 19)	9.868	5.136
Parcelamento de Tributos (Nota 20)	1.909	1.657
Compromisso Contrato de Concessão (Nota 21)	1.050	12.050
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 22)	10.206	9.175
Não circulante	**1.278.475**	**1.376.356**
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 15)	265.568	399.843
Arrendamento Mercantil (Nota 16)	13.778	3.586
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais (Nota 19)	84	183
Parcelamento de Tributos (Nota 20)	1.138	3.105
Provisões para Contingências (Nota 23)	49.642	39.079
Receita Diferida (subvenção governamental) (Nota 24)	858.630	771.016
Tributos Diferido (Nota 9.2)	89.635	159.544
Total do passivo	**1.560.326**	**1.535.588**
Patrimônio Líquido (Nota 25)	**2.725.391**	**2.629.221**
Capital social	1.459.109	1.408.750
Reserva de Capital	50.363	50.363
Reserva de Lucro	309.566	283.374
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-
Outros resultados abrangentes	906.353	886.734
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**4.285.717**	**4.164.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais)

	31/12/2024	**31/12/2023**
Receita líquida dos serviços prestados (Nota 26)	1.169.220	986.626
Custo dos serviços prestados (Nota 27)	(727.224)	(595.774)
Lucro bruto	**441.996**	**390.852**
Despesas administrativas (Nota 28)	(271.785)	(228.406)
Despesas comerciais (Nota 29)	(126.025)	(107.103)
Provisões/Reversão para Contingências (Nota 30)	(10.563)	1.382
Despesas tributárias (Nota 31)	(5.020)	(7.435)
Outras receitas operacionais (Nota 32)	9.914	13.813
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro	**38.517**	**63.103**
Receitas financeiras (Nota 33)	53.161	70.585
Despesas financeiras (Nota 34)	(40.027)	(61.164)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**51.651**	**72.524**
Imposto de renda e Contribuição Social (Nota 35)	(1.108)	(9.900)
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	**50.543**	**62.624**
Lucro Líquido por ação do capital social no fim do exercício (em unidades de R$) (Nota 25.4.1)	**0,0346**	**0,0445**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais)

	31/12/2024	**31/12/2023**
Lucro líquido do período	**50.543**	**62.624**
Realização do Custo Atribuído (Com Efeito no Resultado)	45.763	43.706
Acréscimo ou Redução por ajustes de exercícios anteriores	(2.263)	-
Resultado Abrangente Total Com Efeito no Resultado	**94.043**	**106.330**
Ajuste da Diferença Temporária Passiva - AAP (Sem Efeito no Resultado)	65.382	-
Resultado Abrangente Total	**159.425**	**106.330**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reserva de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**1.408.750**	**50.363**	**-**	**6.066**	**152.614**	**27.530**	**1.188**	**-**	**930.440**	**2.576.951**
Reserva Legal	-	-	-	3.131	-	-	-	(3.131)	-	-
Reserva de Expansão	-	-	-	-	63.912	-	-	(63.912)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	22.829	-	(22.829)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	7.292	(7.292)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(1.188)	-	-	(1.188)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.624	-	62.624
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(9.166)	-	(9.166)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	-	43.706	(43.706)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.408.750**	**50.363**	**-**	**9.197**	**216.526**	**50.359**	**7.292**	**-**	**886.734**	**2.629.221**
Aumento de Capital – AGO/AGE de 29/04/2024 (Nota 24.7)	50.359	-	-	-	-	(50.359)	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	2.527	-	-	-	(2.527)	-	-
Reserva de Expansão	-	-	-	-	44.715	-	-	(44.715)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	9.479	-	(9.479)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	29.385	(29.385)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(7.292)	-	-	(7.292)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	50.543	-	50.543
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(10.200)	-	(10.200)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	-	(19.619)	19.619	-
Tributo Diferido S/Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	65.382	-	65.382
Acréscimo ou redução por ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(2.263)	-	-	-	(2.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.459.109**	**50.363**	**-**	**11.724**	**261.241**	**7.216**	**29.385**	**-**	**906.353**	**2.725.391**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais)

	31/12/2024	**31/12/2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercício Antes do IRPJ/CSLL	**51.651**	**72.524**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	122.953	117.734
Provisão para devedores duvidosos	44.443	51.841
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	17.307	(2.407)
Provisão/reversão para Contingências	10.563	(1.382)
(-) Lucro na venda de imobilizado	(1.035)	(1.175)
Juros e variações monetárias	63.185	65.951
(Aumento)/Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(78.505)	(87.583)
Estoques	8.059	6.117
Tributos a recuperar	(1.789)	(12.260)
Adiantamentos concedidos	(163)	(110)
Depósitos judiciais	264	(8.882)
Outros ativos	(17.166)	3.933
Aumento/(Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	4.075	4.944
Obrigações tributárias	(2.531)	74
Outras obrigações	(12.363)	(6.067)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	**208.948**	**203.252**
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(1.108)	(9.900)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**207.840**	**193.352**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	1.737	1.298
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(391.960)	(183.341)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	**(390.223)**	**(182.043)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(94.650)	(93.794)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(1.899)	(2.200)
Amortizações de arrendamentos financeiros	(18.840)	(10.913)
Ingresso de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	35.093	423.847
Receitas diferidas	87.613	8.015
Pagamentos de dividendos e JCP	(16.460)	(1.583)
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	**(9.143)**	**323.372**
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(191.526)**	**334.681**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	214.714	406.240
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	406.240	71.559
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(191.526)**	**334.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais)

	31/12/2024	**31/12/2023**
RECEITAS	**1.223.727**	**1.055.188**
Prestação de serviços de água e esgoto	1.275.562	1.090.808
Outras receitas	9.915	13.814
Perda com crédito de liquidação duvidosa	(44.443)	(51.841)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(17.307)	2.407
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(599.354)**	**(437.582)**
Custo dos serviços prestados	(452.501)	(337.583)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(146.853)	(99.999)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**624.373**	**617.606**
Depreciação e amortização	(122.953)	(117.734)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**501.420**	**499.872**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**53.161**	**70.585**
Receitas financeiras	53.161	70.585
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**554.581**	**570.457**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	**326.679**	**305.684**
Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	326.679	305.684
Impostos, taxas e contribuições	**112.470**	**121.517**
Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	112.470	121.517
Remuneração de capitais de terceiros	**64.889**	**80.632**
Juros e atualização monetária	40.027	61.164
Aluguéis	24.862	19.468
Remuneração de capitais próprios	**50.543**	**62.624**
Reservas de lucros	50.543	62.624
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**554.581**	**570.457**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Continua -

- Continuação -



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município do Natal, estado do Rio Grande do Norte, foi constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978. Atuando na captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos no Estado do Rio Grande do Norte, a CAERN é uma empresa de economia mista, enquadrada no regime jurídico de direito privado brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

1.1 Mercado

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita total da Companhia no ano de 2024:

Contratos (% da Receita Total) - em milhares								Economias Ativas Totais	
Municípios	Faturamento	% Receita total	Término concessão		Vigência Ampliada		Tipo de concessão	Água	Coleta de Esgoto
Natal	396.517	33,9%	29/04/2027		30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	269.384	138.702
Mossoró	128.837	11,0%	14/07/2025		30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	90.227	53.642
Parnamirim	105.298	9,0%	27/03/2043		30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	93.141	7.301
Caicó	26.841	2,3%	28/08/2041		30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	24.048	5.135
Macaíba	18.762	1,6%		(a)	30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	15.873	905
Assú	15.730	1,3%	30/08/2029		30/12/2051	(i)	Água e Esgoto	14.839	429
Currais Novos	13.754	1,2%		(a)	30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	11.602	9.229
Macau	10.460	0,9%	26/04/2023		30/12/2051	(i)	Água e Esgoto	6.818	6.510
João Câmara	10.650	0,9%		(a)	30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	8.929	4.587
Nova Cruz	9.489	0,8%		(a)	30/12/2051	(ii)	Água e Esgoto	10.142	3.789
Demais municípios	432.883	37,0%						324.580	51.013
Totais								**869.583**	**281.242**

Legendas:
(a) Não há contrato, porém existe convênio de cooperação para gestão associada dos serviços.
(i) Municípios que integram a Microrregião Central-Oeste - MRAE I.
(ii) Municípios que integram a Microrregião Litoral-Seridó – MRAE II.

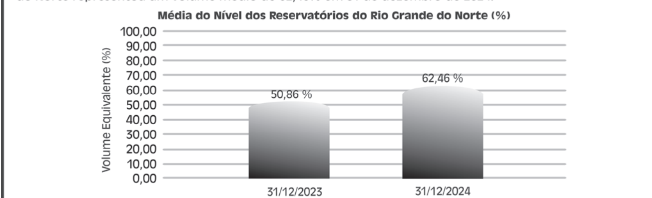
Em 2024, a Companhia, prestou serviços para 153 municípios de um total de 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em consonância com a deliberação tecida pelo poder concedente, no âmbito das 2 (duas) Microrregiões (Centro-Oeste -MRAE I e Litoral-Seridó -MRAE II) em 23 de dezembro de 2021, em que foi estabelecido o prazo da prestação dos serviços até 30 de dezembro de 2051, visando possibilitar a amortização dos investimentos realizados pela concessionária para o cumprimento da meta de universalização dos serviços por meio do atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos, conforme previsto no art. 11-B da Lei nº 11.445/07. O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 84% do total de ligações de água existentes em 31 de dezembro de 2024. Em dezembro de 2024, o número de ligações de água registrou um crescimento de 0,95% em relação a dezembro de 2023, com adição de 86 mil novas ligações. No mesmo período, as ligações de esgoto tiveram um aumento significativo de 11%, totalizando 256 mil novas ligações. O volume de água tratada também apresentou crescimento, atingindo 86.282 milhões de m³ em 2024, um aumento de 3,3% em comparação aos 83.523 milhões de m³ registrados no exercício anterior. Já o volume faturado de água tratada alcançou 129.491 milhões de m³, superando os 124.039 milhões de m³ faturados em 2023, o que representa um avanço de 4,40%. O volume faturado de esgoto acompanhou essa tendência de crescimento, registrando um aumento de 13,15% no exercício de 2024 em relação a 2023.

Desempenho Operacional*	DEZ/24 (a)	DEZ/23 (b)	Var. % (a/b)
Número de Ligações de Água	9.103.374	9.017.565	0,95
Número de Ligações de Esgoto	2.572.598	2.316.124	11,07
Volume Medido de Água - milhões de m³	86.282	83.523	3,30
Volume faturado de Água - milhões de m³	129.491	124.039	4,40
Volume faturado de Esgoto - milhões de m³	48.999	43.306	13,15

* Informações não auditadas ou não revisadas pelos auditores independentes.

1.2. Volumes Disponíveis – O nível dos reservatórios do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte representou um volume médio de 62,46% em 31 de dezembro de 2024.

Média do Nível dos Reservatórios do Rio Grande do Norte (%)



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2024)

Dos 46 reservatórios que possuem capacidade superior a 5 milhões de metros cúbicos, destacamos os volumes dos 10 (dez) principais:

	Reservatório	Capacidade (hm³)	Volume (hm³)	Volume (%)
Assú	Eng. Armando Ribeiro Gonçalves	2.373,07	1.603,06	67,55%
Apodi	Santa Cruz do Apodi	599,71	427,98	71,36%
Upanema	Umarí	292,81	227,19	77,59%
Poço Branco	João Batista do Rego	136	115,22	84,72%
Assú	Mendubim	77,6	58,24	75,05%
Nísia Floresta	Lagoa do Bonfim	84,27	48,18	57,17%
Macaíba	Tabatinga	89,84	40,48	45,06%
Acari	Marechal Dutra	44,42	33,05	74,40%
Tangará	Trairi	35,23	27,68	78,57%
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	54,85	24,46	44,59%

1.3. Desempenho

1.3.1. Desempenho Econômico

Receita Operacional Bruta R$	4T24 (a)	4T23 (b)	Var.% (a/b)	2024 (c)	2023 (d)	Var.% (c/d)
Receita de Água	220.218	205.850	7,0	833.805	786.729	6,0
Receita de Esgoto	51.117	47.888	6,7	193.645	180.362	7,4
Outras Receitas	80.007	47.004	70,2	248.112	123.717	100,5
Total Receita Operacional	351.342	300.742	16,8	1.275.562	1.090.808	16,9
COFINS	(16.471)	(19.284)	(14,6)	(74.366)	(73.499)	1,2
PIS	(3.568)	(4.187)	(14,8)	(16.137)	(15.957)	1,1
Taxa de regulação sobre o faturamento	(4.127)	(3.794)	8,8	(15.869)	(14.726)	7,8
Totais das Deduções	**(24.166)**	**(27.265)**	**(11,4)**	**(106.372)**	**(104.182)**	**2,1**
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	**327.176**	**273.477**	**19,6**	**1.169.190**	**986.626**	**18,5**

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 19,6%, passando de R$ 273.477 em 2023 para R$ 327.176 em 2024. Esse aumento deve-se, principalmente, ao reequilíbrio tarifário de 3,59%, aplicado aos municípios do interior do Rio Grande do Norte a partir de 1º de fevereiro de 2024. Além disso, contribuiu para esse resultado o aumento nos volumes faturados de água e esgoto, bem como a expansão no número de novas ligações desses serviços.

Custos e Despesas Operacionais R$	4T24 (a)	4T23 (b)	Var.% (a/b)	2024 (c)	2023 (d)	Var.% (c/d)
Pessoal	(102.106)	(88.129)	15,9	(321.842)	(299.620)	7,4
Materiais	(7.405)	(9.250)	(19,9)	(35.195)	(34.632)	1,6
Energia elétrica	(32.609)	(30.953)	5,4	(124.200)	(120.105)	3,4
Serviços de Terceiros	(50.814)	(42.421)	19,8	(183.316)	(167.710)	9,3
Depreciações e Amortizações	(31.224)	(29.762)	4,9	(122.954)	(117.734)	4,4
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(18.887)	(17.370)	8,7	(61.749)	(49.434)	24,9
Indenizações por Danos a terceiros	(8)	(29)	(71,5)	(34)	(61)	(43,7)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(24)	661	(103,6)	(77)	(1.111)	(93,1)
Taxas, alvarás e Licenciamento	(459)	(1.194)	(61,6)	(5.020)	(7.435)	(32,5)
Despesas capitalizadas	2.747	2.623	4,8	12.245	10.118	21,0
Provisões para contingências	(1.510)	2.318	(165,1)	(10.563)	1.382	(864,3)
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	(4.128)	(3.654)	13,0	(15.774)	(15.403)	2,4
Baixas de ativos, líquidas	(1.588)	(7)	-	(2.185)	(14)	100,0
Outros Custos e Despesas	(86.449)	(53.069)	62,9	(269.953)	(135.577)	99,1
Totais	**(334.464)**	**(270.236)**	**23,8**	**(1.140.617)**	**(937.336)**	**21,7**

As principais variações decorreram de: **Pessoal –** O aumento de 7,4% nos custos com pessoal foi impulsionado principalmente pelo ajuste salarial, decorrente da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2024-2026). O acordo estabeleceu um aumento de 4% (quatro por cento), referente à inflação acumulada medida pelo INPC, além de 0,77% (zero vírgula setenta e sete por cento) de ganho real. Esse reajuste foi implementado nos salários a partir de maio de 2024. Além disso, o novo acordo coletivo trouxe um reajuste de 7,01% no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), além de benefícios como o Vale Junino e o Vale Natalino, no valor de R$ 500,00 cada. A empresa também investiu no bem-estar dos colaboradores, ao aderir à plataforma Wellhub, que incentiva a prática de atividades físicas, e ao reativar o Coral Som das Águas, projeto que contribui para o bem-estar emocional e o fortalecimento do trabalho em equipe. No âmbito da gestão de pessoas, foi implementado um novo Plano de Demissão Voluntária, oferecendo maior flexibilidade e alinhamento com os objetivos dos colaboradores. Em contrapartida, o número de empregados registrou uma redução de 1994 em 2023 para 1978 em 2024. **Materiais –** Houve uma elevação de 1,6%, impulsionada principalmente pelo aumento nos gastos com materiais de tratamento de água e esgoto, devido tanto à maior utilização desses insumos quanto aos reajustes nos contratos em função da inflação. Além disso, as despesas com materiais de segurança, proteção e informática também cresceram, resultado da necessidade de adaptação às novas exigências de segurança e do avanço tecnológico. **Energia Elétrica –** O crescimento de 3,4% na energia elétrica reflete duas principais áreas de impacto, uma delas é o sistema de esgotamento sanitário, devido ao aumento na demanda e no volume faturado, que requer mais energia para funcionar. A outra área é o setor administrativo, atribuído à escala flexível de trabalho, que levou a um maior uso de equipamentos eletrônicos, iluminação e sistemas de ar-condicionado. Esses fatores refletem tanto a expansão das operações quanto a intensificação do uso de recursos nas áreas administrativas, impulsionando o aumento no consumo de energia elétrica. **Serviços de Terceiros –** Aumento de 9,3% deve-se principalmente à intensificação das atividades operacionais e à necessidade de aprimorar a qualidade dos serviços. Fatores como o crescimento na demanda por e manutenção de sistemas, a contratação de serviços técnicos especializados e a ampliação do quadro de estagiários foram determinantes. Além disso, o aumento nos serviços de corte e religação e maior dependência de locação de bens móveis e imóveis contribuíram para a elevação dos custos, evidenciando um esforço para atender melhor às demandas dos clientes e cumprir obrigações regulatórias. **Depreciações e Amortizações –** O aumento de 4,4% é principalmente atribuído à inclusão de operações relacionadas a ativos intangíveis e/ou imobilizados. O montante total desses ativos em 2024 foi de R$ 3.230.322 bilhões (líquidos de baixa), enquanto em 2023 esse valor foi de R$ 2.971.996 bilhões (líquidos de baixa). **Perdas Esperadas na Realização de Créditos –** Aumento de 24,9% é atribuído ao aumento na constituição de perdas do estoque, considerando a baixa rotatividade dos materiais. Esse cenário reflete a reavaliação da utilidade dos itens armazenados, indicando que uma parcela significativa do estoque enfrenta dificuldades para ser movimentada ou utilizada, o que exige ajustes contábeis para evitar superavaliação dos ativos e garantir uma gestão financeira mais realista. **Indenizações por Danos a Terceiros –** A redução de 43,7% decorre da diminuição nos ressarcimentos feitos pela CAERN aos seus empregados, relacionados a descontos indevidos aplicados em seus salários. Exemplos disso incluem o ressarcimento de multas de trânsito descontadas em excesso, que resultaram na necessidade de compensar os valores pagos a mais, gerando um impacto financeiro na empresa. **Indenizações Trabalhistas a Terceiros –** A redução de 93,1% deve-se a diminuição de acordos extrajudiciais firmados entre a Companhia e as partes envolvidas. Esses acordos envolviam pagamentos realizados a empregados ou a terceiros decorrente de sentenças. **Provisões para Contingências –** O aumento de 864,3% é atribuído principalmente ao ingresso de novas ações tributárias e cíveis. As ações tributárias somaram R$ 4.690, destacando-se pela disputa com a COSERN, referente à cobrança de ICMS sobre a energia utilizada pela CAERN entre 2013 e 2014. Essa ação, com valor de R$ 4.361, foi impactada pela reclassificação do risco de "possível" para "provável", após a COSERN ter cometido um erro na emissão das faturas de energia, não considerando corretamente a subvenção governamental da CDE. Esse erro gerou a disputa tributária e contribuiu para o aumento das provisões para contingências. Nas ações cíveis, o ingresso de novas ações totalizou R$ 4.442 até dezembro de 2024, com destaque para quatro processos administrativos classificados como cíveis, incluindo o processo nº 0802310-14.2021.8.20.5001, no valor de R$ 1.346, e o processo nº 0819465-64.2020.8.20.5001, no valor de R$ 379. As demais ações cíveis envolvem cobranças indevidas e demandas por danos morais e materiais, totalizando 828 ações em 31 de dezembro de 2024. **1.3.2. Indicadores Econômicos –** Os números a seguir refletem os resultados econômicos e financeiros que a Companhia tem obtido, permitindo a sustentação dos programas de investimentos e criando as condições necessárias para alcançar a universalização conforme previsto pelo marco legal do saneamento.

Indicadores Econômicos R$	4T24 (a)	4T23 (b)	Var.% (a/b)	2024 (c)	2023 (d)	Var.% (c/d)
Receita Operacional Líquida	327.206	273.476	19,6 %	1.169.220	986.626	18,5 %
Lucro Bruto	110.604	99.046	11,7 %	441.996	390.852	13,1 %
Lucro Operacional	(5.375)	6.078	(188,4) %	38.516	63.103	(39,0) %
Lucro Líquido	4.729	418	1.031,3 %	50.542	62.624	(19,3) %
% Margem Operacional	(1,64)	2,22	(3,9) p.p.	3,29	6,40	(3,1) p.p.
% Margem Líquida	1,45	0,15	1,3 p.p.	4,32	6,35	(2,0) p.p.
% Rentabilidade do PL médio	0,00	0,00	0,0 p.p.	0,02	0,02	(0,0) p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	0,33	0,18	0,2 p.p.	1,36	0,18	1,2 p.p.

No encerramento do exercício de 2024, os ativos totais da Companhia atingiram R$ 4.285.717 (R$ 4.164.809 em 31/12/2023), enquanto as dívidas totais ao final do 4T24 eram de R$ 1.560.324 (R$ 1.535.588 em 31/12/2023). Do montante da dívida total, R$ 401.065 (R$ 416.561 em 31/12/2023) referem-se a empréstimos, financiamentos e debêntures, apresentando diminuição de 3,7% em relação ao exercício de 2023.

	Referência	DEZ/24	DEZ/23	Var.
Patrimônio Líquido	R$	2.725.393	2.629.221	3,7
Valor Patrimonial da Ação	R$	1,00	1,00	-
Endividamento Total	%	36,41%	36,87%	-1,2 p.p.
Liquidez Corrente	R$	1,63	3,95	(58,7)
Liquidez Seca	R$	1,48	3,62	(59,1)

1.3.3. EBITDA – O EBITDA ao final do exercício de 2024, que reflete o resultado operacional da Companhia, totalizou R$ 161.470, registrando uma redução em relação aos R$ 180.836 de 2023. Como consequência, a margem EBITDA passou de 18,33% para 13,81%. Além disso, a geração de caixa operacional ao final de 2024 foi negativa, atingindo (R$ 191.526), o que representa uma queda de 157,2% em comparação aos R$ 334.681 registrados no ano anterior.

EBITDA R$	4T24 (a)	4T23 (b)	Var.% (a/b)	2024 (c)	2023 (d)	Var.% (c/d)
Lucro Líquido	4.729	418	1.031,34	50.543	62.624	(19,29)
(+) Tributos sobre o Lucro	(3.435)	(5.352)	-35,82	1.108	9.900	(88,81)
(+) Resultado Financeiro	(6.669)	11.013	-160,56	(13.134)	(9.421)	39,41
(+) Depreciações e amortizações	31.322	29.761	5,25	122.953	117.734	4,43
EBITDA	**25.947**	**35.840**	**(27,60)**	**161.470**	**180.836**	**(10,71)**
% Margem EBITDA	7,90%	13,11%	(5,21) % p.p.	13,81%	18,33%	(4,52) % p.p.

2.RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de Preparação – 2.1.1. Declaração de Conformidade – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, as normas e procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão alinhados com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, correspondentes ao 4º trimestre de 2024, foram autorizadas em 13 de fevereiro de 2025. **2.1.2. Continuidade Operacional –** A administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e tem realizado todo seu planejamento e ações com a finalidade de possibilitar a continuidade dos seus negócios. Portanto, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando que a Companhia está em continuidade e continuará em operação no futuro previsível. **2.1.3. Base de Mensuração e Apresentação –** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo, exceto quando de outra forma indicado, conforme demonstrado nas notas explicativas. **2.1.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação –** As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. **2.1.5. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas –** A preparação das demonstrações financeiras em consonância com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são continuamente revistas e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisados e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplica as práticas contábeis de forma consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. As políticas contábeis significativas adotadas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bens Numerários – Caixa (i)	**140**	**129**
Depósito bancários (ii)	**25.869**	**14.977**
Livres em conta corrente	15.309	14.130
Vinculados em conta corrente	10.560	847
Aplicações financeiras (iii)	**189.305**	**391.734**
Recursos próprios	166.761	370.223
Recursos vinculados	22.544	21.511
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios	**(600)**	**(600)**
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios	(600)	(600)
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**214.714**	**406.240**

As informações fornecidas indicam a situação das disponibilidades da Companhia, mostrando uma redução de R$ 191.526 entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024. A seguir, uma análise detalhada desses valores:

4.2. Movimentação das Disponibilidades

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	406.240	71.559
Ingressos de recursos	-	334.681
Redução de recursos	(191.526)	-
Saldo final	**214.714**	**406.240**

A composição das disponibilidades em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte: **i.** Os bens numerários representam R$ 140. **ii.** Os depósitos bancários representam R$ 25.869, sendo R$ 15.309 recursos de livre movimentação e R$ 10.560 de recursos vinculados. Dos R$ 10.560 de recursos vinculados, R$ 6 são das garantias contratuais depositadas pelos fornecedores que prestam serviços à Companhia, R$ 599 são referentes à aplicação dos recursos em obras de saneamento, ou seja, são recursos com destinação específica obtidos mediante convênio e R$ 9.955 são dos convênios do Sesi e Senai. **iii.** As aplicações financeiras representam R$ 189.305, sendo R$ 22.544 de recursos vinculados e R$ 166.761 refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso. Dos recursos vinculados, R$ 11.695 refere-se aos valores destinados particularmente a obras de expansão da CAERN, devendo ser aplicado exclusivamente para esse fim, R$ 478 são das aplicações dos convênios do Sesi e Senai e R$ 10.371 são das garantias contratuais, entre eles o valor de R$ 1.550 do contrato nº 22.01488 da Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda. No primeiro trimestre de 2023, a CAERN adotou duas medidas financeiras para fortalecer seu capital de giro e cumprir as metas de universalização do saneamento básico conforme o novo Marco Legal. A empresa contratou um empréstimo de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) junto ao Banco Santander e emitiu debêntures no valor total de R$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões). Os recursos estão sendo aplicados pela Companhia tanto na manutenção das operações diárias, garantindo que a empresa tenha capital suficiente para cumprir suas obrigações de curto prazo, quanto no pagamento de contratos vinculados às obras de saneamento básico. Essa utilização dos recursos resultou na redução dos valores disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. É importante observar que os valores indicados nos registros de caixa e equivalentes de caixa dizem respeito apenas aos recursos diretamente administrados pela Companhia. Os valores remanescentes das contas de recursos vinculados são transitórios e foram transferidos para a CAERN para pagamento aos fornecedores das obras associadas a essas contas vinculadas. A Companhia opta por aplicar seus próprios recursos, provenientes de suas atividades, em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos de renda fixa, cuja remuneração média está substancialmente atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média das aplicações financeiras foi de 100% do CDI, mesma taxa registrada em 31 de dezembro de 2023. Vale ressaltar que os ativos financeiros da empresa apresentam características de curto prazo, alta liquidez e baixo risco de variação de valor. Além disso, todos os investimentos são realizados em moeda nacional. A CAERN não identificou perdas nos valores recuperáveis de seus ativos financeiros.

4.3. Movimentação das Aplicações Financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	391.734	57.214
Novas aplicações	1.214.325	1.214.892
Rendimentos	30.486	45.764
Resgates	(1.447.240)	(926.136)
Saldo final	**189.305**	**391.734**

Os ativos financeiros possuem características de curto prazo, de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e são constituídos somente com valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5. CONTAS RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

5.1. Contas a Receber

	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recebíveis dos serviços de água e esgoto (i)	533.299	-	533.299	738.018	-	738.018
Parcelamentos de conta de água e esgoto (ii)	32.320	77.147	109.467	25.681	54.481	80.162
Financiamentos de serviços	3.288	59	3.347	3.032	104	3.136
Consumo não Faturado	19.406	-	19.406	12.207	-	12.207
Valores a receber de Parte Relacionada (iii)	72.581	62.870	135.451	66.703	83.846	150.549
Outras contas a receber	1.864	36	1.900	1.645	50	1.695
(-) Ajuste a Valor Presente – AVP (iv)	(1.995)	(46.820)	(48.815)	(1.498)	(33.394)	(34.892)
(-) Pagamentos em duplicidade	(97)	-	(97)	(16)	-	(16)
(-) Outros Valores	(3.190)	-	(3.190)	(2.637)	-	(2.637)
Total antes da PECLD	**657.476**	**93.292**	**750.768**	**843.135**	**105.087**	**948.222**
(-) Perda Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa (PECLD) (v)	(501.348)	-	(501.348)	(715.559)	-	(715.559)
Total após a PECLD	**156.128**	**93.292**	**249.420**	**127.576**	**105.087**	**232.663**
Total do Contas a Receber	**156.128**	**93.292**	**249.420**	**127.576**	**105.087**	**232.663**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituída quando existe evidências objetivas de que a Companhia não receberá todos os valores apresentados no Contas a Receber nos prazos originais das contas registradas. A Companhia segue as diretrizes do CPC 47 e 48 em relação à sua carteira de clientes e possui uma política de cobrança dos clientes inadimplentes, através da inscrição do nome dos devedores no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e realização de cobranças por meio judicial. É relevante destacar que os saldos de contas a receber de clientes com mais de 12 meses (não circulante), relacionados a parcelamentos, são ajustados a valor presente. Além disso, para parcelamentos de faturas em atraso, é efetuado o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP), o qual é reconhecido posteriormente como uma redução do ativo no grupo contas a receber. Essas práticas visam assegurar uma avaliação precisa da saúde financeira da empresa. Do montante de R$ 249.420 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: **(i)** Os recebíveis dos serviços de água e esgoto de partes relacionadas foram reconhecidos separadamente, permitindo aos usuários a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nos totais das contas a receber da empresa; **(ii)** Em 12 de dezembro de 2022 e 15 de setembro de 2023 a CAERN negociou os débitos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. O primeiro acordo abrangeu os débitos da Secretaria Estadual de Saúde Pública e dos demais órgãos estaduais de janeiro de 2018 a dezembro de 2020, exceto a Secretaria de Educação. O segundo acordo incluiu os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais de janeiro de 2021 a junho de 2023, além dos débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. O Estado e as secretarias assumiram o compromisso de adimplir as parcelas futuras. Contudo, qualquer inadimplência será compensada pelo Estado do Rio Grande do Norte em abril de cada ano, por meio de um ajuste relacionado aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), interrompendo assim o prazo de prescrição. Em 29 de abril de 2024, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) decidiu compensar os valores devidos pela CAERN ao acionista controlador, referentes a Juros sobre Capital Próprio, com os débitos pendentes do parcelamento e das faturas de água e esgoto do próprio acionista controlador com a companhia. Dessa forma, ocorreu um encontro de contas com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, totalizando R$ 12.713, correspondentes aos débitos do parcelamento de janeiro de 2018 a junho de 2023 e às faturas de água e esgoto de julho de 2023 a dezembro de 2023; **(iii)** A Companhia conduz transações comerciais com várias partes relacionadas, notadamente o Estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura de Mossoró, conforme demonstrado na nota 38 das demonstrações financeiras; **(iv)** As faturas de parcelamentos de Clientes são ajustadas ao valor presente, por conta redutora de ativo, usando a taxa de juros intrínseca ao contrato, em que esta é definida de acordo com a campanha de parcelamento ofertada ao cliente. Em sua maioria, coincide com o IPCA; **(v)** A variação nas perdas refere-se ao registro de estimativas adicionais de perdas para os créditos a vencer e vencidos em menos de 180 (cento e oitenta) dias para clientes com faturas incluídas na provisão de crédito de liquidação duvidosa, levando em consideração todo o histórico de perdas anteriores, o tempo decorrido por tipo de cliente e o valor da fatura para estimar o risco de não pagamento das contas em aberto. Os vencimentos dos recebíveis são como seguem:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	69.382	78.880
Vencidos até 30 dias	40.616	48.340
Vencidos de 31 a 60 dias	22.231	26.177
Vencidos de 61 a 90 dias	13.054	15.898
Vencidos de 91 a 120 dias	10.476	12.730
Vencidos de 121 a 180 dias	16.627	21.187
Vencidos de acima de 180 dias (i)	578.382	745.010
Total Contas a Receber	**750.768**	**948.222**

(vi) No exercício de 2024, a Companhia optou por dar baixa nos valores de clientes cujas dívidas prescreveram, na forma do que preceitua o art.10, parágrafo quarto da Lei nº 9.430/96, efetuando o débito na conta redutora de ativos destinada a perdas e o crédito correspondente na conta de clientes a receber. Esse procedimento não alterou o valor líquido do Contas a Receber, mas contribuiu para uma apresentação mais clara e objetiva do balancete, em conformidade com os princípios contábeis de fidedignidade e apresentação adequada das demonstrações financeiras. É importante destacar que os débitos prescritos são aqueles sobre os quais a empresa perdeu o direito de cobrança judicial em razão do decurso do prazo legal. Contudo, anteriormente existia uma grande discussão no poder judiciário sobre qual seria o prazo prescricional sobre o faturamento do setor de saneamento. De forma que, o tema foi pacificado pelo poder judiciário (STJ), de maneira que os débitos de contas particulares, o prazo de prescrição é de 10 anos, enquanto para valores devidos por órgãos públicos, o prazo é de 5 anos. Os débitos prescritos baixados definitivamente do Contas a Receber referem-se a saldos remanescentes desde a criação da empresa até o presente momento, que não foram objeto de cobrança judicial. Como já havia sido constituída a provisão para perdas dedutíveis e todos os débitos baixados estavam vencidos há mais de seis meses, não há impacto fiscal adicional, pois a perda já havia sido considerada dedutível anteriormente; **(vii)** Em 2024, foram baixados R$ 273.108 em débitos prescritos de recebíveis de clientes com vencimento superior a 180 dias. Em 2023, dos recebíveis de clientes vencidos acima de 180 dias, cabe destacar que R$ 202.509 dos débitos estavam prescritos. Adicionalmente, em 03/02/2022, foi expedido o precatório nº 2021.84.00.001.201364 em favor da Companhia. Esse precatório envolve uma ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, referentes a faturas atrasadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A Companhia espera receber um montante futuro de R$ 7.972. Foi requerido ao juízo a liberação dos valores depositados por meio do processo 03210347.000181/2022-26, entretanto, o pedido foi indeferido. O setor jurídico da Companhia opôs embargos de declaração, os quais foram devidamente contrarrazoado pela UFRN, estando, no entanto, aguardando julgamento.

5.2. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD

A PECLD apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	**(715.559)**	**(666.145)**
Constituição	(193.346)	(354.311)
Reversão	134.449	304.897
Baixas Prescritos (i)	273.108	-
Saldo Final	**(501.348)**	**(715.559)**

(i) Conforme já mencionado no item (vii), em 2024, foi realizada a baixa de R$ 273.108 referentes a débitos prescritos de recebíveis de clientes com vencimento superior a 180 dias.

A Companhia adota as seguintes regras para estimativa de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): **5.2.1. Conforme a Lei nº 9.430/1996: a)** Para perdas incorridas: **(i)** Clientes com títulos vencidos há mais de 180 dias e com valor até R$ 15.000; **(ii)** Clientes com títulos vencidos há mais de 1 ano e com valor maior que R$ 15.001 e menores que R$100.000, desde que mantida a cobrança administrativa; **5.2.2. Conforme o CPC 47 e CPC 48: a)** Para perdas esperadas: **(iii)** Total de faturas, vencidas até 180 dias ou vincendas, dos clientes que por meio da utilização de uma matriz de risco que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, visando refletir a expectativa de não recuperação dos créditos. **5.2.3. Parcelamento Partes Relacionadas – a)** Em dezembro de 2022, foi estabelecido um parcelamento entre a Companhia e o Governo do Estado, compreendendo o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020; **b)** Em setembro de 2023, outro parcelamento foi acordado entre as partes, envolvendo os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais de janeiro de 2021 a junho de 2023, além dos débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. Nesse contexto, a Companhia considera os eventos e garantias oferecidos para determinar a recuperabilidade dos ativos, acompanhando o histórico de atrasos associado ao contrato para o reconhecimento da PECLD.

6. ESTOQUES

Os estoques de materiais são utilizados para o consumo e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário. Eles são avaliados pelo método de custo médio ponderado, garantindo que não ultrapassem os custos de reposição ou valores líquidos de realização. A composição dos estoques é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais em trânsito (i)	248	70
Estoques de materiais - uso e consumo (ii)	4.843	3.974
Estoques de materiais - operação e manutenção (iii)	47.911	48.182
Estoque materiais – obsoletos (iv)	61	438
(-) Perda Estimada (v)	(8.979)	(521)
Total dos Estoques	**44.084**	**52.143**

Do montante de R$ 44.084 registrado no grupo de estoques, é importante destacar o seguinte: **(i)** O aumento de R$ 178 no estoque em trânsito deve-se principalmente aos produtos de operação e manutenção que só foram recebidos em janeiro de 2025. Os materiais são recebidos na filial da administração central e posteriormente distribuídos para os almoxarifados das regionais. **(ii)** A Companhia registrou um aumento de R$ 869 nos estoques de materiais de uso e consumo. Esse incremento decorre de uma decisão estratégica, motivada pelo aumento na demanda desses materiais. Com o intuito de aproveitar preços mais competitivos e garantir disponibilidade para períodos de maior utilização, a Companhia optou por ampliar as aquisições. **(iii)** A redução de R$ 271 nos estoques de materiais de operação e manutenção deve-se principalmente pelo aumento da utilização dos materiais para manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de água e esgotamento sanitário; **(iv)** O estoque de materiais inservíveis é decorrente da reclassificação de produtos que não tinha mais utilidade. A redução de R$ 377 resultou da venda desses materiais em leilão realizado em 12/07/2024; **(v)** A Companhia segue uma política de constituição de perdas em conformidade com as normas contábeis vigentes, além de adotar estratégias para a venda de materiais inservíveis. No exercício de 2024, foi necessário a constituição de uma provisão para perdas no valor de R$ 8.458, enquanto no exercício de 2023 esse montante foi de R$ 353, representando um aumento de R$ 8.105. As provisões estimadas para perdas são calculadas com base no histórico de perdas registradas em inventários anteriores, na baixa rotatividade dos materiais ou na identificação de itens obsoletos, em conformidade com as disposições do artigo 303 do Decreto 9.580/2018; **(vi)** Os estoques da Companhia não foram dados como garantia para passivos.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia reconhece o crédito tributário quando acredita possuir embasamento jurídico e técnico suficiente para afirmar seu direito, assim como quantificar de maneira confiável o valor a ser compensado ou restituído. Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Programa de Integração Social (Pis) – Lei 10.637/02	1.011	83
Cont. Financ. Segur. Social (Cofins) – Lei 10.833/03	2.758	382
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	6.243	6.451
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	4.513	5.998
Outros Tributos a Recuperar	174	175
Total dos Tributos a Recuperar	**14.878**	**13.089**

7.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar – O saldo negativo, constante dentro das contas sintéticas de Imposto de Renda e de CSLL a Recuperar, ocorre quando a empresa antecipou (pagou) um valor de IRPJ e/ou CSLL ao longo do ano, maior do que o valor realmente devido na apuração do período. Esse valor permanece como crédito para ser compensado no período seguinte ao da apuração, após a confirmação da transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF). **7.2. Outros tributos a recuperar –** Os outros tributos a recuperar referem-se a pagamentos de tributos realizados a maior, onde o referido crédito tributário em favor do contribuinte poderá ser restituído e/ou compensado, atualizado pela SELIC, com novos débitos. Estes valores pagos a maior ainda não foram compensados durante o ano, mas já foram requeridos, com previsão para compensação no presente exercício.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais		
Questões Judiciais Trabalhista (i)	10.280	11.327
Questões Judiciais Cíveis (ii)	6.011	5.170
Questões Judiciais Ambientais (iii)	8.500	8.500
Questões Judiciais Tributária (i)	2.894	2.952
Total dos Depósitos Judiciais	**27.685**	**27.949**

Os Depósitos judiciais representam ativos da Companhia, contendo quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios associados. O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2024 teve uma variação de R$ 264 em relação ao período anterior. Do montante de R$ 27.685 registrado no grupo dos depósitos judiciais, destacam-se os seguintes pontos: **(i)** As variações nos litígios trabalhistas, que totalizaram R$ 1.127, e nos litígios tributários, totalizando R$ 58, ocorreram devido ao levantamento de depósitos judiciais. **(ii)** Já nos litígios cíveis, o aumento de R$ 841, refere-se aos depósitos em juízo, realizados com o objetivo de garantir o cumprimento de uma decisão ou como medida cautelar de suspensão de dívidas; **(iii)** O valor registrado nos litígios ambientais, de R$ 8.500, resultou da celebração de um acordo judicial no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, envolvendo a CAERN, o IDEMA e o Ministério Público do Estado do RN. Nesse acordo, foi depositada em juízo, em 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os valores depositados estão previstos para liberação parcial, em intervalos semestrais, mediante a comprovação do progresso das obras pela CAERN. No momento, a Companhia já informou, por meio de petição, o cumprimento parcial das obras e aguarda decisão judicial sobre a liberação dos recursos no valor de R$ 3.360.192,96 (três milhões, trezentos e sessenta mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). No entanto, desde 30/10/2023, a Companhia e o Ministério Público aguardam manifestação do juízo acerca dos requerimentos apresentados, sem previsão para a liberação dos recursos financeiros depositados. Adicionalmente, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, relacionada ao direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais que promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinou a sujeição da CAERN ao regime de precatórios, com a perspectiva de liberação dos recursos financeiros depositados em contas judiciais.

9. CRÉDITOS FISCAIS

A composição dos créditos fiscais é a seguinte:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSSL (9 %)	Total
Prejuízo fiscal	23.942	5.985	-	5.985	23.942	5.985	-	5.985
PECLD	47.110	6.664	4.240	10.904	26.656	6.664	2.399	9.063
AVP	44.997	8.724	4.050	12.774	34.892	8.724	3.140	11.864
Arrendamento Mercantil	166	16	15	31	65	16	6	22
Provisões	53.892	9.770	4.850	14.620	39.079	9.770	3.517	13.287
Total dos Créditos Fiscais	**170.107**	**31.159**	**13.155**	**44.314**	**124.634**	**31.159**	**9.062**	**40.221**

9.1. Ativo Fiscal Diferido – Embasado pelo pronunciamento técnico CPC 32 que trata dos tributos sobre o lucro, a Companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias — que são as diferenças que podem impactar na apuração da contribuição social e do imposto de renda decorrente de diferença entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial, resultando na constituição de um crédito tributário. Em relação a diferença temporária advinda do imposto de renda, observa-se que os saldos dos exercícios 2023 e 2024 são equivalentes, tal situação decorre do reconhecimento da imunidade tributária recíproca, conforme detalhado na nota explicativa nº 35, de forma que a perspectiva de realização ocorrerá ao longo do ano de 2025, no momento em que a Receita Federal reconhecer o crédito tributário conforme preceitua o art. 102 da Instrução Normativa RFB nº 2055/2021. Já no que diz respeito a realização da diferença temporária da realização da contribuição social, espera-se que a mesma seja realizada, ao longo dos próximos anos em consonância com as projeções de resultados futuros.

9.2. Passivo Fiscal Diferido – A resolução do CFC nº 1.189/09 que aprova a NBC TG 32 cita que o passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. Nesse contexto, no ano calendário de 2019, a Companhia adotou as normas de contabilidade internacional em sua plenitude, em conformidade com o CPC 37 (R1), de maneira que houve o reconhecimento do custo atribuído para os bens pertencentes ao patrimônio da Concessionária, ensejando na constituição de um ajuste de avaliação patrimonial com reflexo majoritariamente positivo, de maneira a espelhar o valor justo dos bens, por isso, consequentemente, foi originado um passivo fiscal diferido, prontamente registrado de maneira tempestiva para atender a norma contábil vigente. Em decorrência deste ato, a Companhia vem realizando no resultado o valor do passivo fiscal diferido de forma concomitante com a depreciação dos bens objeto do ajuste de avaliação de patrimonial. O procedimento descrito acima, foi aplicado para os passivos

- Continua -

- Continuação -



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern

advindos do imposto de renda e da contribuição social. Contudo, a partir do ano calendário de 2024, no que diz respeito ao imposto de renda, houve a realocação do saldo pendente (65.382) de realização relativo ao passivo fiscal diferido, para a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Tal ato advém do reconhecimento da imunidade tributária recíproca (detalhado na Nota Explicativa 35), impactando diretamente na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e devidamente explicitado na Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL). Ante o exposto, demonstra-se abaixo a realização do exercício de 2024 e a perspectiva de realização do passivo fiscal diferido para os exercícios futuros:

Realização do passivo fiscal diferido (Ajuste de avaliação patrimonial)

Diferença temporária	IRPJ	CSLL	TOTAL
Saldo em 31/12/2023	**65.382**	**94.161**	**159.544**
(-) Realização	(65.382)	(4.526)	(69.909)
Saldo em 31/12/2024	-	**89.635**	**89.635**

10. ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro é um direito incondicional de receber caixa ou equivalente de caixa do valor total dos ativos e/ou investimentos operacionais construídos e não recuperados por meio da prestação de serviço relacionados à concessão, referentes aos créditos a receber do Poder Concedente no término da prestação de serviço, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia mantém, atualmente, contratos de concessão com 48 (quarenta e oito) municípios, com vigência até 2051, prazo estabelecido com a criação da microrregião e com objetivo de garantir a universalização dos serviços. Esses municípios são responsáveis por subsidiar os demais municípios devido à sua capacidade de geração de fluxo de caixa para a Companhia. Nesse contexto, a CAERN atualmente presta serviços a 105 (cento e cinco) municípios no modelo de prestação direta consolidado por meio das Resoluções nº 3 e 4 das Microrregiões. É importante ressaltar que, até o momento, dos 105 munícipios, dois deles, encontram-se com a situação ainda indefinida. O município de Serrinha dos Pintos solicitou a regularização da prestação do serviço pelo modelo de prestação direta, porém aguarda a manifestação do colegiado da microrregião. Por outro lado, o município de Upanema manifestou o desejo de não manter os serviços com a CAERN por prestação direta. Assim, até que o colegiado da microrregião defina a situação destes municípios, a Companhia irá continuar a prestação direta do serviço, em razão da obrigação de manter os serviços essenciais em operação.

10.1. Durante o exercício de 2024, o Ativo Financeiro evoluiu da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	**401.503**	**741.033**
Constituição	12.183	128.494
Reversão	(2.204)	(293)
Reversão Prestação Direta	-	(467.731)
Saldo Final	**411.482**	**401.503**

No final do ano em curso, a Companhia registrou um saldo de R$ 411.481.977,38 (quatrocentos e onze milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos) a título de ativo financeiro a receber do poder concedente.

11. IMOBILIZADO

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27, os bens que compõem o ativo imobilizado, são bens tangíveis, mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos que se espera utilizar por mais de um período. O Imobilizado da CAERN é composto, em sua maioria, pelas edificações e bens de uso geral pertencentes as unidades administrativas e sistemas adutores que se estendem em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

O imobilizado está assim distribuído:

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	49.402	-	49.402	49.402
Edificações	16.966	(6.701)	10.265	9.726
Veículos leves	1.354	(1.040)	314	257
Veículos pesados	61	(31)	30	30
Móveis e utensílios	1.342	(856)	486	565
Equipamentos de informática	1.643	(1.188)	455	524
Máquinas e equipamentos	5.631	(2.210)	3.421	3.417
Benfeitorias	3.518	(1.907)	1.611	1.728
Sistema Adutor	1.185.674	(430.996)	754.678	759.084
Obras em Andamento	176.353	-	176.353	107.145
	1.441.944	**(444.929)**	**997.015**	**931.878**

11.1. Sistema Adutor - Imobilizado

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Barragens	308	300
Poços	7.002	6.509
Redes Adutoras	1.042.960	1.038.122
Estações Elevatórias / Recalque	84.423	78.289
Estação de Tratamento de Água	20.591	20.462
Outros Bens do Sistema de Água	2.393	2.376
Reservatórios	26.085	24.777
Booster	1.834	7
Redes de distribuição	78	78
	1.185.674	**1.170.920**

11.2. Realização do Sistema Adutor - Imobilizado

Descrição/Depreciação/Realização AAP	31/12/2024	31/12/2023
Barragens	(112)	(96)
Poços	(1.993)	(1.648)
Redes Adutoras	(386.830)	(371.574)
Estações Elevatórias / Recalque	(35.906)	(33.906)
Estação de Tratamento de Água	(1.139)	(358)
Outros Bens do Sistema de Água	(126)	(49)
Reservatórios	(4.789)	(4.200)
Booster	(99)	(5)
Redes de distribuição	(2)	-
	(430.996)	**(411.836)**
Custo Líquido	**754.678**	**759.084**

O Imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção menos as despesas de depreciação e perdas ao valor recuperável, quando houver, totalizando, assim, o valor líquido contábil. Compõe ainda o valor do imobilizado outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em totais condições de funcionamento, incluindo os juros provenientes de financiamentos incorridos desde a data da aquisição até a data de entrada do bem em funcionamento. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil ilimitada. O método de depreciação utilizado é o método linear, que consiste na variação uniforme durante a vida útil do bem. Em relação a vida útil, informo que a política da Companhia é realizar a revisão a cada encerramento do exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. Os principais grupos de bens do ativo imobilizado estão detalhadas na tabela abaixo:

	Anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Adutoras	30 a 60 anos
Benfeitorias	20 a 67 anos

Os custos subsequentes quando provável que gerem futuros benefícios econômicos e a vida útil for superior a 12 (doze) meses são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, atendendo ao Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado. O teste de recuperabilidade dos bens do imobilizado é realizado, no mínimo, anualmente, e foi executado em setembro de 2024. Sua finalidade é identificar indícios de perdas estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável. Os resultados obtidos não apontaram a necessidade de ajustes nos valores registrados. Após análise, constatou-se que o valor contábil dos ativos é integralmente recuperável, não havendo evidências de perdas ou deterioração que exijam qualquer alteração nos registros contábeis do imobilizado. Assim, os valores permanecem inalterados. A Companhia concluiu o exercício de 2024 com um saldo de R$ 176.353.447,70 (cento e setenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta centavos) registrado nas contas de obras em andamento do ativo imobilizado. Esse valor representa os investimentos realizados em projetos que ainda estão em execução, os quais, após a conclusão, serão incorporados ao patrimônio da Companhia, reforçando sua base de ativos. Destaca-se, ainda, que em julho de 2024 foi realizado um leilão envolvendo bens inservíveis dos grupos de hidrômetros, móveis, informática, máquinas e outros do imobilizado e intangível da Companhia, resultando em uma redução no ativo imobilizado no valor de R$ 678.665,26 (seiscentos e setenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos). Importante ressaltar que as baixas dos bens leiloados foram registradas na coluna de alienações/baixas, seguindo o regime de competência, conforme a receita efetivamente auferida. Durante o exercício de 2024, foram concluídas diversas obras, entre elas destacamos a guarita da Administração Central, a obra de conclusão do subsistema Adutor de Pau dos Ferros e a obra de implantação de trecho da Adutora de Água Tratada entre o SAA Riachuelo e o SAA Santa Maria, expansão da Adutora Sertão Central, etc., o que promoveu um aumento no ativo imobilizado em operação no montante de R$ 13.385.696,55 (treze milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos). É importante ressaltar que a Companhia adotou a política de constituição de perda estimada, conforme preceitua as normas contábeis vigentes, com viés voltado para apuração de responsabilidade nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens.

12. INTANGÍVEL

A Companhia reconhece como Ativos Intangíveis os bens ligados a atividade de concessão de prestação de serviço e prestação direta do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios em que a Companhia celebrou termo de prestação direta do serviço, em consonância com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a autorização do colegiado da microrregião, e fundamento no CPC00 na aplicação do princípio contábil da essência sobre a forma. A Companhia dispõe de contrato de concessão vigente com 48 (quarenta e oito) municípios, distribuídos nas Microrregiões Litoral-Seridó, com a participação de 29 municípios, e Central-Oeste, com a participação de 19 municípios, além de 105 (cento e cinco) termos de prestação direta até o ano de 2051. A amortização do ativo intangível inicia quando o ativo estiver instalado e em condições totais de uso pela Companhia e cessa quando o ativo estiver totalmente consumido ou no momento da sua baixa, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão. O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil. O método utilizado para a amortização dos intangíveis é o método linear, com base na vida útil do bem. Em relação a vida útil, informo que a política da Companhia é realizar a revisão a cada encerramento do exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. Os principais grupos de bens, conforme detalhamento a seguir:

	Anos
BARRAGENS	30 a 60 anos
POÇOS	60 anos
OUTROS BENS DO SISTEMA DE ÁGUA	10 anos
RESERVATÓRIOS	20 a 60 anos
BOOSTER	10 anos
REDES DE DISTRIBUIÇÃO	30 a 80 anos
REDES ADUTORAS	30 a 80 anos
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS / RECALQUE	25 anos
ESTAÇÕES TRATAMENTO DE ÁGUA	60 a 67 anos
RAMAIS	5 anos
REDES COLETORAS	30 a 80 anos
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	25 anos
ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE)	60 a 67 anos
ARRENDAMENTO FINANCEIRO	5 a 13 anos
DIREITO DE USO DA CONCESSÃO	25 anos
HIDRÔMETROS	5 anos
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10 anos
BENS DE USO GERAL	5 a 20 anos
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	10 anos
SOFTWARE	5 anos

A companhia realiza o teste de recuperabilidade para todos os ativos intangíveis, conforme estabelecido pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse teste foi aplicado em setembro de 2024, e os resultados indicaram que não há necessidade de ajustes nos valores registrados. Portanto, os valores permanecem inalterados. As licenças de software adquiridas são registradas com base no custo de aquisição acrescidos de custos necessários para que estejam prontos para utilização, e têm como vida útil uma média de 5 anos, porém, caso fique claro no contrato de aquisição que será utilizado por mais ou menos tempo, a vida útil e consequentemente a taxa de depreciação serão alteradas. Os valores residuais dos ativos intangíveis são reconhecidos como ativo financeiro, após deduzidas suas respectivas amortizações acumuladas projetadas até a data do fim da concessão, com base em sua vida útil. A transferência dos bens de obras em andamento para bens em operação ocorre após a formalização do Termo de Encerramento pela comissão de recebimento de obras criada para este fim, comprovando a funcionalidade do empreendimento e consolidando as informações necessárias para a escrituração contábil e patrimonial. A Companhia adotou a política de constituição de perda estimada, conforme preceitua as normas contábeis vigentes, com viés voltado para apuração de responsabilidade nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens. A Companhia concluiu o exercício de 2024 com um saldo de R$ 1.057.125.829,89 (um bilhão, cinquenta e sete milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos) registrado nas contas de obras em andamento do ativo intangível. Esse valor corresponde aos investimentos realizados em projetos ainda em execução. Destaca-se, ainda, que em julho de 2024 foi realizado um leilão envolvendo bens inservíveis dos grupos de hidrômetros, móveis, informática, máquinas e outros do imobilizado e intangível da Companhia, resultando em uma redução no ativo intangível no valor de R$ 23.607,46 (vinte e três mil, seiscentos e sete reais e quarenta e seis centavos). Importante ressaltar que as baixas dos bens leiloados foram registradas na coluna de alienações/baixas, seguindo o regime de competência, conforme a receita efetivamente auferida. Durante o exercício de 2024, foram concluídas diversas obras, entre as quais destacamos obras administrativas da Natal Sul, a obra do SAA em Mossoró, o SAA de Caraúbas, o SAA de Portalegre, o SES Macaíba, os reservatórios de Ouro Branco, Bento Fernandes e Timbaúba dos Batistas, entre outras. Esse conjunto de obras resultou em um aumento nos investimentos em operação no ativo intangível, no montante de R$ 128.610.177,64 (cento e vinte e oito milhões, seiscentos e dez mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Sendo assim, o ativo intangível está assim distribuído:

	31/12/2024				31/12/2023
	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Transferência para Ativo Financeiro	Valor Líquido	Valor Líquido
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	812.957	(57.793)	(9.434)	745.730	686.076
Sistemas de abastecimento de esgoto sanitário	360.862	(23.177)	(446)	337.239	350.940
Bens de uso geral	48.004	(6.687)	(99)	41.218	45.201
	1.221.823	**(87.657)**	**(9.979)**	**1.124.187**	**1.082.217**
Em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	69.245	-	-	69.245	155.723
Investimentos Capitalizáveis - SAA	9.597	-	-	9.597	6.745
Estoque para obras - SAA	1.972	-	-	1.972	2.192
Sistemas de abastecimento de esgoto	927.534	-	-	927.534	708.759
Investimentos Capitalizáveis - SES	38.780	-	-	38.780	20.248
Estoque para obras - SES	5.944	-	-	5.944	5.906
Bens de uso geral	4.041	-	-	4.041	483
Investimentos Capitalizáveis - BUG	14	-	-	14	-
Estoque para obras - BUG	-	-	-	-	-
	1.057.127	-	-	**1.057.127**	**900.056**
Reserva Técnica					
Bens em reserva técnica	20.517	-	-	20.517	25.203
Direito de Concessão de Uso					
Município de Parnamirim	32.642	(1.166)	-	31.476	32.642
Total do Intangível	**2.332.109**	**(88.823)**	**(9.979)**	**2.233.307**	**2.040.118**

13. DIREITO DE USO ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconhece como direito de uso de arrendamento mercantil, os contratos em que são transmitidos o direito de usar o ativo por um período determinado, mediante pagamento.

O direito de uso de arrendamento mercantil da Companhia está assim distribuído:

	31/12/2024			31/12/2023
Arrendamento Mercantil	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido
Direito de uso de veículos	57.931	(38.990)	18.941	-
Direito de uso de máquinas e equipamentos	30.087	(25.924)	4.163	3.021
Direito de uso de bens imóveis	26.081	(19.432)	6.649	7.892
Total do arredamento	**114.099**	**(84.346)**	**29.753**	**10.913**

14. FORNECEDORES

Nesse grupamento de contas contábeis estão registradas as obrigações da companhia devidas em virtude da aquisição de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, bem como as obrigações oriundas da execução de obras de engenharia, sendo estas realizadas com recursos próprios ou com recursos vinculados.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Fornecedores	**30.791**	**28.174**
Recursos Próprios	18.989	24.738
Recursos Vinculados	11.802	3.436
Outras contas a pagar	**2.181**	**723**
Total dos fornecedores	**32.972**	**28.897**

Entende-se como Fornecedores – Recursos vinculados às obrigações a pagar referentes às obras de engenharia que foram executadas pelos empreiteiros e que possuem o recurso financeiro garantido através de uma conta bancária vinculada, conforme elucidada na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa, onde a CAERN figura como Interveniente Executor nos contratos de repasse. Já os fornecedores de recursos próprios abrangem as demais obrigações que serão pagas com recursos financeiros livres, conforme também indicado na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa. O grupo de outras contas a pagar inclui: **(i)** A conta depósito para garantia contratual, que se refere à exigência de garantia a fim de assegurar a execução de contrato nos casos de licitação. As modalidades utilizadas pela Companhia são caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária; **(ii)** E a conta de depósitos não identificados, que são os valores creditados nas contas bancárias e que ainda não foram identificados. Ao final do exercício de 2024, a conta Fornecedores e Outras Contas a Pagar acumulou o saldo de R$ 32.972, aumento de R$ 4.075 em relação ao saldo de R$ 28.897 do exercício de 2023. Esse aumento deve-se ao cumprimento das metas de universalização, onde a Companhia adicionou novos contratos de fornecedores, com os pagamentos realizados dentro do prazo previsto.

14.1. Capital circulante líquido com recursos vinculados

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos Vinculados	33.104	22.358
(-) Fornecedores - Recursos Vinculados	(11.802)	(3.436)
(=) Capital Circulante Líquido Vinculado	**21.302**	**18.922**

O Capital Circulante Líquido com Recursos Vinculados demonstra a diferença entre os recursos vinculados (Bancos e Aplicações Financeiras – Recursos Vinculados) e os Fornecedores – Recursos Vinculados, com intuito de evidenciar a liquidez da empresa e sua capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo junto aos fornecedores. Os recursos do Capital Circulante Líquido com Recursos Vinculados são destinados ao pagamento das obrigações relacionadas às obras de saneamento especificadas nos contratos de repasse, nos quais a Companhia atua como Interveniente Executor, garantindo o cumprimento de obrigações contratuais com os fornecedores. A partir do demonstrativo exibido, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía em recursos vinculados à execução de obras de saneamento. Após dedução dos compromissos já firmados, a quantia disponível era de R$ 21.302, o que representa um aumento de R$ 2.380 na disponibilidade financeira em comparação com os R$ 18.922 líquidos disponíveis em 31 de dezembro de 2023.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

As mutações ocorridas no exercício de 2024 referente aos empréstimos, financiamentos e debêntures, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores estão descritas abaixo:

Descrição	Banco Santander - CCB	Debêntures 1ª Emissão - Série única	Total
Taxas de Juros Anual	2,97%	4,00%	-
Indexador	CDI	CDI	-
Término do Contrato	12/01/2027	19/01/2028	-
Saldo Devedor em 31/12/2023	**52.857**	**370.000**	**422.857**
(+) Adições	-	-	-
(-) Amortizações	(23.138)	-	(23.138)
(+) Juros/Variação monetária	5.995	-	5.995
Saldo Devedor em 31/12/2024 (antes dos custos de transação)	**35.714**	**370.000**	**405.714**
(-) Custos de transação	(884)	(3.765)	(4.649)
Saldo Devedor em 31/12/2024 (após os custos de transação)	**34.830**	**366.235**	**401.065**
%	**8,7**	**91,3**	**100,0**
Empréstimos e Financiamentos			34.830
Debêntures			366.235

15.1. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – 15.1.1. Banco Santander – Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia captou R$ 60 milhões junto ao Banco Santander, tipo CCB, para serem destinados à renovação da frota de veículos pesados e capital de giro com as seguintes características: taxa de juros pré-fixada de 2,97% a.a. atrelado a CDI de taxa pós-fixada, em 48 meses, sendo: 06 meses de carência e 42 amortizações fixas de R$ 1.428.571. A data de liquidação do empréstimo é em 12 de janeiro de 2027. Para concretização da operação, foi assinado um Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios com o Banco Santander. Assim, a Companhia pactuou a cessão dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Arrecadação nº 22.01986 firmado entre a Companhia e o Banco na data de 9 de setembro de 2022, dando como garantia o fluxo de recebíveis equivalente a 2,5 (duas e meia) parcelas de principal mais juros remuneratórios mensais, acrescido dos demais encargos previstos na Célula, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas naquele mês, sendo, após a liquidação, liberada a garantia para a Companhia. **15.1.2. Debêntures –** Com a finalidade de financiar a conclusão das obras em andamento, que visam garantir a continuidade da empresa, bem como garantir o cumprimento das metas universais do Saneamento até 2033, a Companhia, em 19 de janeiro de 2023, por meio do coordenador líder – O Banco Santander (Brasil) S.A., sob regime de firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, em Série Única, realizou a 1ª emissão de debêntures simples e, portanto, não conversíveis em ações pela emissora, sendo emitidas 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures simples com o valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), totalizando um montante de R$ 370 milhões. A data do vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 19 de janeiro de 2028 ("data de vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, conforme previstas na escritura de emissão. As debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no comunicado a que se refere o artigo 7-A da Instrução Normativa CVM 476, durante o prazo de colocação das debêntures previsto no artigo 8-A, da Instrução CVM 476, sendo que as debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Os pagamentos das parcelas do serviço da dívida serão feitos mediante aporte do valor devido na conta de liquidação da operação, utilizando-se dos procedimentos adotados pela B3. Ocorrendo impontualidade no pagamento, de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata temporis. A Caern poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas realizar o resgate antecipado da totalidade, mas não parcialmente, das debêntures a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data da Emissão, ou seja, a partir de 19 de janeiro de 2025. No referido contrato, a CAERN deu como garantia os recebíveis decorrentes dos serviços prestados pela Companhia em municípios com contrato, desde que estejam livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus (exceto pela Cessão Fiduciária). O valor garantido corresponde a 130% da próxima prestação do serviço da dívida. **15.1.3. Banco do Nordeste do Brasil –** Em 16 de setembro de 2024, a Companhia formalizou um contrato de captação de R$ 327 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil, destinado ao financiamento do CAPEX. A referida operação trata-se de uma ação estratégica para universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, até 2033, em conformidade com o Marco Legal do Saneamento, garantindo que 99% da população tenha acesso à água tratada, e 90% à coleta e tratamento de esgoto. **(i) Termos da operação – a)** Prazo: 28 anos, com vencimento em 15 de outubro de 2048; **b)** Carência: 8 anos, com início de pagamento em 15 de novembro de 2028; **c)** Principal: 240 parcelas mensais, com a última prevista para 15 de outubro de 2048. **(ii) Estrutura de taxas e juros – a)** Valor de R$ 30.214.138,26: juros básicos fixo de 2,7582% a.a.; **b)** Valor de R$ 297.237.335,29: juros básicos fixo de 3,3711% a.a.; **c)** Correção Monetária: atualização pela variação do IPCA/IBGE, calculada a partir do início do contrato; **d)** Infraestrutura em Municípios não prioritários: juros pré-fixados de 9,28% a.a. e pós-fixados de 2,62% a.a. mais IPCA/IBGE; **e)** Infraestrutura em Municípios prioritários: juros pré-fixados de 8,78% a.a. e pós-fixados de 2,14% a.a. mais IPCA/IBGE; Para concretização da operação, o Banco do Nordeste requereu da Companhia as seguintes garantias: na fase pré-operacional, a apresentação de fiança bancária em favor do Banco, garantindo 100% do saldo devedor do financiamento concedido.

15.1.4. Cláusulas Contratuais restritivas – Covenants – Os covenants e as cláusulas restritivas vinculados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

Covenants de contratos da 1ª Emissão de Debêntures: índice limite

Índice	Limite
Dívida líquida financeira / EBITDA	Igual ou inferior a 3,5

Para o contrato da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, a Companhia, além de concluir os empreendimentos e garantir a sua funcionalidade, manter durante toda a vigência do contrato o índice limite, que será apurado trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. Caso a Companhia não conclua as obras ou descumpra os covenants, e se a situação não for regularizada em até 10 dias consecutivos a partir do descumprimento, o agente fiduciário poderá solicitar o vencimento antecipado da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a relação entre a dívida líquida/EBITDA foi de 1,36, enquanto em 31 de dezembro de 2023, esse índice era de 0,01.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	401.065	416.257
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	(181.610)	(383.882)
(=) Dívida Líquida	219.455	32.375
EBITDA	**161.470**	**180.836**
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,36	0,18
Relação Dívida Líquida/Patrimônio	0,08	0,01

15.1.5. Evolução trimestral da Relação Dívida Líquida/Ebitda:

Dívida Líquida/Ebitda

4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
-0,28	-0,29	-0,23	0	0,18	1,35	1,18	1,03	1,36

15.2. Perfil da dívida dos empréstimos, financiamentos e debêntures, em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição	Debêntures 1ª emissão - série única	Empréstimos	Saldo devedor	%
Até 12 meses	120.000	17.143	137.143	33,8
de 13 a 24 meses	120.000	17.143	137.143	33,8
de 25 a 36 meses	120.000	1.428	121.428	29,9
de 37 a 48 meses	10.000	-	10.000	2,5
Total	**370.000**	**35.714**	**405.714**	**100**

15.3. Descritivos dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

					Pagamentos	
Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Amortização	Juros
Banco Santander - CCB	2023	2027	60.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 1ª emissão - Série Única	2023	2028	370.000	370.000	2025	Mensal

15.4. Composição por vencimento do desembolso financeiro dos empréstimos, financiamentos e debêntures – As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

Descrição	2025	2026	2027	2028	Saldo em 31/12/2024
Banco Santander	17.143	17.143	1.428	-	35.714
Debêntures 1ª Emissão	120.000	120.000	120.000	10.000	370.000
Total Programado por ano	**137.143**	**137.143**	**121.428**	**10.000**	**405.714**

15.5. Capitalização dos encargos financeiros – Os custos dos empréstimos capitalizados ao longo do período correspondem aos encargos financeiros relacionados aos financiamentos destinados aos investimentos da Companhia. A capitalização desses custos segue critérios contábeis específicos, incluindo a aplicação de uma taxa de capitalização que determina o montante elegível para incorporação ao ativo. A Companhia capitaliza os recursos referentes ao empréstimo diretamente na produção de ativos qualificáveis, como obras em andamento, com fundamento na NBC TG 20 (R1) – Custos de Empréstimos, baseada no CPC 20 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Essa norma estabelece que os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo desse ativo. Nos exercícios de 2023 e 2024, a CAERN apropriou encargos de empréstimo no saldo de obras em andamento do imobilizado e intangível, respectivamente, os valores de R$ 2.054.753,01 e R$ 17.275.510,51. Esses valores totalizam uma média de 4% e 30% do total de encargos contabilizados no período. O valor dos encargos representa no final do exercício de 2024 o montante acumulado de R$ 56.290.828,04 (cinquenta e seis milhões, duzentos e noventa mil, oitocentos e vinte e oito reais e quatro centavos), dos quais 34% foram capitalizados, o que equivale ao montante de R$ 19.330.263,52 (dezenove milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos), e 66% não foram capitalizados, o que corresponde ao montante de R$ 36.960.564,52 (trinta e seis milhões, novecentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), conforme quadro a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	(+) Adições	Saldo em 31/12/2024	%
Imobilizado	306.862,24	1.971.347,01	2.278.209,25	4%
Intangível	1.747.890,77	15.304.163,50	17.052.054,27	30%
Não Apropriado	20.999.775,19	15.960.789,33	36.960.564,52	66%
Total	**23.054.528,20**	**33.236.299,84**	**56.290.828,04**	**100%**

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os valores registrados em arrendamentos representam o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas, reflexo da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos possuem vencimento até setembro de 2029, com amortizações e juros pagos mensalmente. A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 17,61% a.a. para locação de veículos, bens imóveis e equipamentos. As mutações ocorridas no exercício de 2024 referente aos arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimento e saldos devedores estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	(+) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	Saldo em 31/12/2024
CIRCULANTE						
Arrend. Mercantil - Direito de Uso	7.393	-	(20.056)	3.974	24.830	16.141
	7.393	-	**(20.056)**	**3.974**	**24.830**	**16.141**
NÃO CIRCULANTE						
Arrend. Mercantil - Direito de Uso	3.586	35.022	-	-	(24.830)	13.778
	3.586	**35.022**	-	-	**(24.830)**	**13.778**
Total	**10.979**	**35.022**	**(20.056)**	**3.974**	-	**29.919**

16.1. Composição por vencimento dos arrendamentos – As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de arrendamentos vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos	16.141	11.437	974	765	602	29.919
Total Programado por ano	**16.141**	**11.437**	**974**	**765**	**602**	**29.919**

O saldo em 31/12/2024 está demonstrado a seguir:

			31/12/2024	31/12/2023
	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamentos				
Até um ano	19.329	(3.188)	16.141	7.393
Mais de um ano e menos que dois anos	12.434	(997)	11.437	3.087
Mais de dois anos e menos de três anos	1.233	(259)	974	474
Mais de três anos e menos de cinco anos	1.545	(178)	1.367	25
	34.541	**(4.622)**	**29.919**	**10.979**

Ao analisar os dados relativos ao arrendamento, observa-se uma variação significativa entre os saldos acumulados em diferentes períodos. No exercício de 2024, o saldo acumulado foi de R$ 29.919, enquanto no exercício de 2023, o saldo acumulado foi de R$ 10.979. Esta diferença resultou em variação de R$ 18.940. A principal causa desta variação foi a adição de alguns contratos de arrendamento.

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a recolher		
Programa de Integração Social (PIS) – regime não cumulativo	-	1.053
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS) – regime não cumulativo	-	4.930
PIS - regime cumulativo	597	-
COFINS – regime cumulativo	2.756	-
Taxa de Licença Municipal	-	1
Taxa de Permissão Especial de Uso da faixa de Domínio – DNIT	-	215
ICMS	-	31
Taxa de Licença Estadual	1	4
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	11	11
Taxa de Fiscalização a Pagar	8.671	8.136
CSLL a Pagar - Estimativa	1.211	933
IRPJ – Reinvestimento SUDENE	-	1.593
PIS Diferido	251	310
COFINS Diferido	1.160	1.428
	14.658	**18.645**
Tributos retidos a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	5.302	4.622
Imposto sobre Serviços (ISS) Retido na Fonte	805	591
INSS Retido na Fonte	1.597	1.267
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	613	381
	8.317	**6.861**
Total das Obrigações Tributárias	**22.975**	**25.506**

17.1. PIS e COFINS – As receitas operacionais, juros ativos, rendimentos de aplicações financeiras e locações de imóveis estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS). As alíquotas de 1,65% e 7,6% de PIS e COFINS, respectivamente, incidem sobre as receitas operacionais e locação de imóveis. As alíquotas de 0,65% e 4% de PIS e COFINS, respectivamente, incidem sobre as receitas financeiras. O regime de tributação das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foi alterado a partir do mês 12/2024 para a forma de apuração pelo regime cumulativo. A alteração ocorreu como consequência da ação judicial em que a Companhia obteve a declaração de que possui imunidade tributária na forma do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal. Os saldos do PIS e COFINS contabilizados no passivo são compensadas com os créditos contabilizados no ativo, gerando um valor a recolher caso os débitos sobre a receita superem os créditos. No caso da CAERN o PIS e COFINS Cumulativo totalizaram, ao final do exercício de 2024, o saldo de R$ 3.353, enquanto o exercício de 2023 o PIS e COFINS não cumulativo acumulou o montante de R$ 5.983. **17.2. Taxa de Licença –** A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento dos estabelecimentos em que a Companhia executa suas atividades. **17.3. Taxa de Permissão Especial de Uso da Faixa de Domínio - DNIT –** A faixa de domínio é a área adjacente às rodovias federais, por onde são construídos acessos a imóveis ou comércios e por onde passam alguns tipos de infraestrutura, como por exemplo para o saneamento. O órgão criou o TPEU (Termo de Permissão Especial de Uso), que será obrigatório para qualquer tipo de ocupação das faixas de domínio sob responsabilidade do órgão. **17.4. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) –** O IPTU é um imposto brasileiro, com previsão na Constituição

- Continua -

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern – COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana. O Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Recurso Extraordinário 858.893, reconheceu, a aplicabilidade da imunidade tributária recíproca à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. Já por meio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, a Companhia vem impetrando várias ações perante algumas Prefeituras, acerca da cobrança do IPTU perante a companhia, haja vista a tese da imunidade Tributária. Recentemente, diversas decisões favoráveis à Companhia reconheceram a aplicabilidade da tese de imunidade tributária. Como resultado, e com os retornos positivos de algumas prefeituras, houve uma reversão parcial da provisão para IPTU. No entanto, a reversão total ainda depende do desfecho de processos judiciais e administrativos em andamento. **17.5. Taxa de Fiscalização a Pagar** – Corresponde ao pagamento à ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – ARSEP/RN) pelo exercício das atividades de regulação e fiscalização, por meio de cobrança de Taxa de Fiscalização de Serviço Público – TFSP, no percentual de 1,5% sobre o faturamento líquido anual da concessionária (CAERN) junto ao município fiscalizado. As referidas taxas ao final do exercício de 2024 contabilizaram um montante de R$ 8.671. **17.6. CSLL a recolher** – A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é um tributo federal brasileiro que incide sobre o lucro líquido do período-base, antes da provisão para o imposto de renda. É devida pelas pessoas jurídicas e entes equiparados pela legislação do IR destinando-se ao financiamento da Seguridade Social. A alíquota utilizada pela Companhia é 9%, aplicada sobre o lucro fiscal, devido a mesma ser optante pelo Lucro Real. **17.7. IRPJ e CSLL a Pagar – Estimativa** – No regime de tributação pelo Lucro Real, alternativamente à apuração trimestral, a pessoa jurídica pode optar pelo pagamento mensal dos tributos por estimativa, com opção de apurar o Lucro Real no decorrer do ano, mediante levantamento de balanços ou balancetes periódicos, com base nos quais poderá reduzir ou suspender os pagamentos mensais dos tributos. **17.8. IRPJ – Reinvestimento da Sudene** – Como a CAERN situa-se na área de atuação da Sudene, atua no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerado prioritário para concessão do benefício fiscal e atende aos demais critérios requeridos, no exercício de 2023 a Companhia obteve o benefício fiscal da Sudene e, com isso, destinou 30% do valor do IRPJ devido no período, totalizando o montante de R$ 1.593, para a realização de reinvestimentos em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Contudo, a partir do momento do reconhecimento da imunidade tributária (Nota Explicativa 35), foi pleiteado perante a Sudene a liberação do recurso financeiro depositado, onde o mesmo foi prontamente deferido, conforme consta na Nota Explicativa nº 40 (Evento Subsequente). **17.9. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** – O valor da conta corresponde a soma do imposto de Renda Retido sobre os serviços tomados de terceiros com o imposto de Renda Retido sobre a folha de pagamento, sendo as alíquotas de IRRF sobre serviços tomados de 1% ou 1,5%, dependendo do serviço contratado, totalizando ao final do exercício de 2024 o valor de R$ 5.302, enquanto o ano de 2023, o valor totalizado foi R$ 4.622. **17.10. Impostos Sobre Serviços – ISS retido sobre serviços tomados** – O ISS (Imposto Sobre Serviços) é um tributo que incide sobre a prestação de serviços, sendo de competência dos municípios e do Distrito Federal e disciplinado pela Lei Complementar nº 116, de 2003. Em alguns casos a legislação atribui a responsabilidade do pagamento do referente tributo ao tomador do serviço, sendo esse obrigado a reter e recolher aos cofres públicos o valor do tributo. A Companhia, na condição de substituto tributário, retém sobre os serviços tomados de terceiros, e deixando o valor em aberto ISS referente ao exercício de 2024 o valor de R$ 805 e em 2023 o valor foi de R$ 591. **17.11. INSS retido na fonte** – Esta conta contábil se refere ao INSS retido sobre os serviços tomados de terceiros, onde as alíquotas são em regra geral 11%, e 3,5% para os serviços que enquadram na desoneração da folha e que as empresas fizeram a opção por ela. O valor do INSS retido na fonte totalizou ao final do exercício de 2024 o valor de R$ 1.597, enquanto no exercício de 2023, o valor foi de R$ 1.267. **17.12. Contribuições Sociais Retidas na Fonte** – Corresponde à soma dos tributos PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte sobre os serviços tomados de terceiros, sendo as alíquotas de 0,65%, 3% e 1%, respectivamente, totalizando no exercício 2024 o valor de R$ 613, enquanto no exercício de 2023, o valor foi de R$ 382. **17.13. ICMS** – O ICMS apresentado no exercício de 2023, correspondente a R$ 31, se deu pelo leilão realizado pela CAERN na venda de seus bens e de sucata. **17.14. PIS e COFINS Diferidos** – Conforme previsto no art. 7º da Lei nº 9.718/98, nos casos de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, o pagamento das contribuições para PIS e COFINS poderá ser diferido, pelo contratado, até a data do recebimento do preço.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento e encargos		
Salários a pagar dos funcionários	9.980	9.500
Participação no lucro e resultado (PLR)	8.501	10.782
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	5.330	4.853
Contribuição Sindical	15	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.741	1.604
Sesi / Senai / Sebrae	28	45
Consignações a recolher	2.107	2.951
	27.702	**29.735**
Férias e encargos	23.531	22.965
Total das Obrigações Sociais	**51.233**	**52.700**

18.1. Salários a pagar dos funcionários – Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados, e baixados conforme o pagamento até a data do balanço, sua escrituração é realizada pelo regime de competência de acordo com a data do fato gerador. O reajuste salarial foi de 4% referente à inflação acumulada de 3,23% conforme o INPC, e 0,77% de ganho real. Esse reajuste foi aplicado nos salários da TABELA SALARIAL a partir de maio de 2024, conforme acordo coletivo de 2024/2026. **18.1.1. Participação no lucro e resultado (PLR)** – A Companhia realizou o provisionamento no passivo circulante do valor de R$ 8.500 (R$ 10.782 em 2023), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida em resolução do Conselho de Administração, em observância ao que preceitua a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. O valor da PLR pode ser utilizado para deduzir a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, visto que é considerado com uma despesa operacional. A partir do valor utilizado como JCP de R$ 39.585 (Nota explicativa 22.2), foi calculado o lucro líquido que serviu de base para o cálculo da participação no lucro e resultado, apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido antes do CSLL e IR	60.150	83.805
(-) CSLL antes do PLR	(1.873)	(5.467)
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ e PLR	58.277	77.838
(-) IRPJ antes do PLR	-	(5.960)
(=) Lucro Líquido antes do PLR	58.277	71.878
PLR (Lucro Líquido)	**8.500**	**10.782**

Conciliação do Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido antes da PLR, da CSLL e IR (a)	60.150	83.305
(-) PLR	(8.500)	(10.782)
(=) Lucro Líquido antes da CSLL e IR	**51.652**	**72.523**

18.2. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) – A partir de janeiro de 2024, passaram a valer as novas faixas de contribuição do INSS para os colaboradores. Conforme a reforma da previdência aprovada em 2019, o cálculo agora é progressivo, com as alíquotas aplicadas de acordo com cada faixa salarial. O saldo da Provisão de INSS refere-se ao mês de dezembro de 2024 com vencimento para janeiro de 2025. **18.3. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** – O FGTS foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de proteger o trabalhador sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em caso de demissão sem justa causa. O depósito corresponde a 8% do salário pago, sendo efetuado mensalmente pela Empresa. O saldo do FGTS refere-se a provisão do mês de dezembro de 2024, com vencimento em janeiro de 2025. **18.4. SESI / SENAI / SEBRAE** – Refere-se aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento que são repassados, mensalmente, ao Setor "S" - Sesi / Senai / Sebrae. **18.5. Consignações a Recolher** – É composta por operações de crédito e pensão alimentícia. A operação de crédito por ocasião da rescisão do Contrato Individual de Trabalho, firmado entre a CAERN e o Empregado contemplado neste acordo, fica a primeira autorizada a efetuar, no respectivo recibo rescisório, o desconto do saldo devedor do empregado, até o limite permitido em Lei, originário de operação de crédito ou assemelhados, realizada mediante consignação em folha de pagamento, com instituições comerciais e financeiras ou entidades de previdência privada, nas quais tenha interveniência da CAERN ou do sindicato sob qualquer forma. **18.5.1 Plano de Previdência Complementar – CAERN PREV** – A Companhia é patrocinadora do plano de previdência complementar chamado CAERN PREV, gerenciado atualmente pela BB PREVIDÊNCIA, na modalidade contribuição variável, de forma que o empregado participante tem o desconto da contribuição mensalmente descontada no contracheque e consignado em conjunto com a contrapartida da patrocinadora para fins de repasse para a instituição gestora. Em 31 de dezembro de 2024, o plano CAERN PREV possuía 376 participantes ativos, 30 aposentados e 9 pensionistas. Nesse contexto, para fins de verificação do equilíbrio econômico-financeiro do plano, foi realizada a contratação da empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, onde esta concluiu que o Plano CAERN PREV apresentou um superávit na avaliação atuarial no montante de R$ 7.660.058, não sendo necessário a constituição de qualquer tipo de provisão no passivo atuarial líquido. Em relação a composição dos ativos, a composição da carteira de investimentos do plano em 31 de dezembro de 2024 era a seguinte: Renda Fixa 76,53%; Renda Variável 4,61%; Imobiliário 1,43%; Estruturado 14,51% e Outros Investimentos 2,92%. **18.6. Férias e Encargos** – O saldo é composto por provisões de férias, provisões de INSS sobre Férias e provisões de FGTS sobre Férias.

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E ACORDOS JUDICIAIS	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Acordos Judiciais	5.159	4.132
Benefícios pós-emprego	4.709	1.004
	9.868	**5.136**
Não-Circulante		
Acordos Judiciais	-	-
Benefícios pós-emprego	84	183
	84	**183**
Total Líquido	**9.952**	**5.319**

Em 31/12/2024, os acordos judiciais e os benefícios pós-emprego totalizaram R$ 9.952, refletindo um aumento de R$ 4.633 em relação ao saldo de 2023, que foi de R$ 5.319. Essa variação no curto prazo deve-se, principalmente, à constituição da provisão para o Plano de Demissão Voluntária (PDV/PDA) no valor de R$ 4.250, cujos detalhes serão apresentados na nota 19.2.

19.1. Acordos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Precatórios a pagar	5.081	4.132
RPV a pagar	78	-
Total Líquido	**5.159**	**4.132**

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição da CAERN ao regime de precatórios, com perspectiva de liberação dos recursos financeiros depositados em contas judiciais. Em novembro de 2024, foram pagos os precatórios referentes ao exercício de 2024, totalizando R$ 4.162, já incluída a atualização monetária. Em agosto de 2024, foram também registrados os precatórios com vencimento em 2025. A composição totaliza um valor principal de R$ 4.733, sendo: **(i)** R$ 3.562 referentes a 53 ações trabalhistas, conforme ofício nº 008/2024 do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região; **(ii)** R$ 1.171 relativos a 7 ações cíveis conforme ofício nº 00011/2024 - AUT/DIPRE do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. A atualização dos precatórios está sendo realizada com base na taxa SELIC, resultando em acréscimo de R$ 348 para os precatórios com vencimento até dezembro de 2025. Os RPVs (Requisitório de Pequeno Valor) referem-se aos pagamentos pelo Poder Judiciário para liquidação de quantias devidas após uma condenação judicial definitiva, limitados a 20 (vinte) salários-mínimos conforme determina a Lei estadual nº 10.166/17. Os valores foram pagos no mês de janeiro de 2025.

19.2. Benefícios pós-emprego

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios pós-emprego – Passivo circulante	4.709	1.004
Benefícios pós-emprego – Passivo não circulante	84	183
Total dos Benefícios pós-emprego	**4.793**	**1.187**

A Companhia segue procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19) e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), referentes aos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Esses benefícios são destinados ao desligamento de empregados e estão relacionados à efetivação da rescisão do contrato de trabalho. Para os empregados que solicitem demissão ou recebam aviso prévio, a Companhia oferece um prêmio com duas opções: **1. Opção:** O prêmio é pago em 28 (vinte e oito) parcelas mensais iguais e sucessivas, por cada ano de serviço efetivamente prestado à Companhia, limitado a 35 anos. **2. Opção:** O prêmio é pago no valor equivalente a 3 (três) pisos salariais vigentes por cada ano de serviço prestado à Companhia, também limitado a 35 anos. Esse prêmio é dividido em duas partes: 50% (cinquenta por cento) são pagos no ato da rescisão contratual e os outros 50% (cinquenta por cento) são pagos em 15 (quinze) parcelas iguais e sucessivas. Em 17 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da CAERN aprovou o novo Plano de Desligamento Assistido (PDA). Houve a adesão de 30 colaboradores ao plano, totalizando R$ 4.250. Dentre os aderentes, 28 (vinte e oito) optaram pelo pagamento à vista, correspondendo a R$ 3.950, enquanto 2 (dois) escolheram receber 50% (cinquenta por cento) do valor à vista e o restante dividido em 6 (seis) parcelas mensais e iguais, com pagamentos a cada 30 dias, totalizando R$ 300. Dessa forma, a provisão foi integralmente registrada no curto prazo.

20. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	(+) Aderência	(–) Amortizações	(–) Compensações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	Saldo em 31/12/2024
CIRCULANTE							
Parcelamento da Lei Nº 11.941/2009	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	42	-	(63)	-	-	63	42
Parcelamento Municipal	1.615	-	(1.836)	-	164	1.924	1.867
	1.657	-	**(1.899)**	-	**164**	**1.987**	**1.909**
NÃO CIRCULANTE							
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	331	-	-	-	20	(63)	288
Parcelamento Municipal	2.774	-	-	-	-	(1.924)	850
	3.105	-	-	-	**20**	**(1.987)**	**1.138**
Total	**4.762**	-	**(1.899)**	-	**184**	-	**3.047**

20.1. Parcelamento MP 783/2017 PERT – A Companhia, em outubro de 2017 obteve deferimento do Parcelamento Especial de Regularização Tributária - PERT, os quais abrange os débitos de natureza tributária e não tributária, por meio da Medida Provisória nº 783/2017 posteriormente convertida na Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017. Os valores dos débitos foram consolidados em 19 de outubro de 2017, na importância de R$ 572, sendo parcelados em 148 (cento e quarenta e oito) parcelas. As 3 (três) primeiras parcelas foram na ordem de R$ 21. As demais parcelas restantes, no total de 145 (cento e quarenta e cinco), foram fixadas em R$ 3, atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, acumulada mensalmente a partir da data do deferimento. A previsão de liquidação é janeiro de 2030. **20.2. Parcelamento Municipal** – Refere-se aos parcelamentos das dívidas tributárias firmadas junto a Prefeitura Municipal de Mossoró e Prefeitura Municipal de Natal. **20.2.1. Parcelamento Municipal - Mossoró –** A Companhia possui 2 (dois) parcelamentos de dívidas tributárias junto com a Prefeitura Municipal de Mossoró, referente a: (a) multa ambiental e (b) alvarás em aberto antes de 2017. **(a)** Multa ambiental: em maio de 2019, a CAERN firmou com a Secretaria de Tributação de Mossoró o parcelamento da dívida referente multa ambiental, na ordem de R$ 221.977. O parcelamento foi acordado em 60 (sessenta) parcelas fixas de R$ 3.699, sendo atualizadas no início de cada exercício financeiro pelo IPCA-E. A 1º (primeira) parcela teve início em maio de 2019 e sua liquidação ocorreu em abril de 2024. **(b)** Alvarás em aberto antes de 2017: em maio de 2019, a Companhia firmou com a Secretaria de Tributação de Mossoró o parcelamento da dívida referente aos alvarás em aberto antes de 2017, na ordem de R$ 222.750. O parcelamento foi acordado em 60 (sessenta) parcelas fixas de R$ 3.712, sendo atualizadas no início de cada exercício financeiro pelo IPCA-E. A 1º (primeira) parcela teve início em maio de 2019 e sua liquidação ocorreu em abril de 2024. **20.2.2. Parcelamento Municipal - Natal –** No segundo semestre de 2022, com intuito de regularizar a situação dos débitos referentes à cobrança de taxas de limpeza e contribuição de iluminação pública (COSIP) junto Fazenda Municipal de Natal, a Companhia realizou o levantamento do montante da dívida, configurando-se na ordem de R$ 13.655.008. Nos moldes do Decreto nº 12.419/2021, o valor da dívida se converteu na importância de R$ 6.897.674. Após proposta de parcelamento apresentada pela Secretaria Municipal de Tributação de Natal (SEMUT) à Companhia, atrelada a autorização pelo Conselho de Administração da CAERN, o valor da dívida, na ordem de R$ 6.897.674, foi parcelada em 48 (quarenta e oito) parcelas, acompanhada dos descontos concedidos pela SEMUT – desconto nos juros integrantes do montante do crédito tributário consolidado e dos juros futuros integrantes as parcelas. A primeira parcela do parcelamento ocorreu em outubro de 2022, cujo valor na ordem de R$ 689.767, foi equivalente a 10% (dez por cento) da dívida. As demais parcelas, 47 (quarenta e sete) parcelas restantes, foram fixadas em R$ 132, cuja liquidação tem previsão de ocorrência em setembro de 2026.

21. COMPROMISSO CONTRATO DE CONCESSÃO

A CAERN firmou com a Prefeitura de Parnamirim o Convênio nº 18.00007, com o objetivo de estabelecer a cooperação financeira que possibilitasse o repasse de recursos para adimplemento dos valores dos investimentos previstos no Contrato de Programa nº 18.001 que tem como objeto a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, com vigência prorrogada até 2051, amparada pelo Decreto Estadual 30.939/2021. Os recursos repassados pela CAERN viabilizarão o cumprimento das obrigações das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário conveniada pelos termos de compromisso nº 190.501-58/2006 (FGTS) e nº424.400-04/2014 (OGU). O cronograma de desembolso financeiro definido no I Termo Aditivo ao contrato de Convênio nº 18.00007, foi redefinido em dezembro de 2023 com a assinatura do II Termo Aditivo, no qual foi viabilizado a antecipação do cronograma dos repasses financeiros, cujo objeto é a cooperação financeira entre o Município de Parnamirim e a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. Até o ano de 2023, o desembolso financeiro realizado totalizou R$ 26.950.000,00 (vinte e seis milhões e novecentos e cinquenta mil reais). No ano de 2024, foram pagas três parcelas no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) cada, e um pagamento de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), este último, viabilizado com a assinatura do III Termo Aditivo, que ocorreu após a comprovação da funcionalidade dos equipamentos e o teste de estanqueidade e hidráulico da Estação de Tratamento de Esgotos e das Estações Elevatórias de Esgoto 02+02A, 03, 05 e 07. Até o exercício de 2024 foi realizado um desembolso de R$ 37.950.000,00 (trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais), restando um saldo devedor no montante de R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), estando previsto para ser quitado após a realização dos testes no emissário final.

CONVÊNIO 18.00007 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM - RN

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Programado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	12.050	1.050	**39.000**
Realizado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	11.000	-	**37.950**
						Total em 31/12/2024		**1.050**

O compromisso financeiro assumido dentro do contrato de convênio foi registrado como ativo intangível, conforme preceitua o instrumento contratual firmado, iniciando em 01/12/2019 a amortização pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa. As mutações ocorridas no período referente aos compromissos de contratos de concessão da Companhia, estão descritos abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	(–) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	Saldo em 31/12/2024
Circulante						
Compromissos Contrato de Concessão						
Contrato de Concessão - Parnamirim	12.050	-	(11.000)	-	-	1.050
Não-Circulante						
Compromissos Contrato de Concessão						
Contrato de Concessão - Parnamirim	-	-	-	-	-	-
Total do Compromisso Contrato de Concessão	**12.050**	-	**(11.000)**	-	-	**1.050**

22. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

22.1 Juros sobre capital próprio (JCP) – Conforme art. 112 do Estatuto da Companhia, os dividendos devem ser apropriados, no mínimo, em 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, podendo a eles serem imputados, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Instrução Normativa 1700 da Receita Federal e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio. Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), a título de dividendos, estipulados pela Lei 9.249/95 e regulamentados pela IN 1700 da RFB, sendo seu valor máximo calculado na forma desta IN art. 75 § 2º e § 3º que impõe que o valor máximo do JCP não poderá ultrapassar 50% do lucro líquido (usado para fins de cálculo da JCP), sendo este lucro apurado após dedução da Contribuição Social e antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica. Então, após a apuração do Juros Capital Próprio, ainda de acordo com a IN 1700 da RFB, ele será deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para a apuração de um novo Lucro Líquido. **22.1.1 Limite mínimo e máximo do JCP** – Em consonância com a legislação vigente, a Companhia realizou o cálculo do limite mínimo e máximo do JCP, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido antes do CSLL e IR	51.651	72.524
(-) CSLL	(1.108)	(4.497)
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ e JCP	50.543	68.027
(-) IRPJ	-	(5.403)
(=) Lucro Líquido	50.543	62.624
(-) Reserva Legal	(2.527)	(3.131)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(7.216)	(22.829)
(=) Lucro Líquido Ajustado	40.800	36.664
JCP a distribuir (limite mínimo)	**10.200**	**9.166**
JCP a distribuir (limite máximo)	**109.724**	**38.179**

22.2. Distribuição de Dividendos – Considerando a continuidade da Companhia e atendendo o exposto no estatuto da CAERN e na lei 9.580/2018, Art. 355 § 3º, a administração decidiu atribuir neste exercício o valor de R$ 39.585 para distribuir a título de JCP. O montante equivale ao valor do lucro líquido ajustado do exercício de 2024 (Nota 21.1.1), distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos Obrigatórios (JCP Mínimo)	10.200	9.166
Dividendos Adicionais Propostos	29.385	7.291
(=) Total a Distribuir	**39.585**	**16.457**

22.3. Saldo do Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial JCP e dividendos a pagar	**9.175**	**404**
(+) Destinação de lucros para JCP e Dividendos	10.200	9.166
(+) Aprovação pela AGE dos Dividendos Adicionais Propostos para distribuição	7.291	-
(-) Pagamentos JCP e Dividendos	(16.459)	(395)
(=) Saldo Final JCP e Dividendos a pagar	**10.207**	**9.175**

Verifica-se que no ano calendário de 2024, a Companhia promoveu a distribuição de dividendos por meio do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, tendo esta metodologia atendido ao que preceitua a legislação societária vigente. **22.4. Distribuição de Dividendos por ações –** Segundo o estatuto social da CAERN, em seu art 7º inciso II, as ações preferenciais têm direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias. Portanto, segue os valores das ações ordinárias e preferenciais:

Divisão Ações Preferenciais e Ordinárias (JCP):

	Quantidade de ações		Total a ser distribuído (em unidade de R$)		Valor unitário a pagar por ação (em unidade de R$)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ações Ordinárias	1.458.952.031	1.408.593.157	39.580	16.455	0,011682	0,027129
Ações Preferenciais	156.909	156.909	5	2	0,012850	0,029842
Total	**1.459.108.940**	**1.408.750.066**	**39.585**	**16.457**		

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia provisiona para contingências quando a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, identifica a probabilidade de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações. Atualmente, a Companhia está envolvida em algumas contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, nas quais é parte demandada. Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o procedimento adotado para classificar as causas judiciais contra a Companhia baseia-se no risco de perda, conforme opinado pela assessoria jurídica da empresa: **a)** São constituídas provisões e divulgada Notas Explicativas (NE), os casos em que um desfecho desfavorável para a Companhia é considerado provável; **b)** São divulgadas em Notas Explicativas as informações sobre casos em um desfecho desfavorável é considerado possível; **c)** Para casos em que o desfecho desfavorável é considerado remoto, as informações são divulgadas apenas nas Notas Explicativas (NE), quando a administração julgar relevante para o entendimento das demonstrações contábeis e financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões da Companhia são compostas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Demanda Judicial		
Questões Trabalhistas	18.552	17.023
Questões Cíveis	25.169	20.727
Questões Ambientais	658	756
Questões Tributárias	5.263	573
	49.642	**39.079**
Depósitos Judiciais		
Depósitos Judiciais Ações Trabalhistas	(10.280)	(11.327)
Depósitos Judiciais Ações Cíveis	(6.011)	(5.170)
Depósitos Judiciais Ações Ambientais	(8.500)	(8.500)
Depósitos Judiciais Ações Tributárias	(2.894)	(2.952)
	(27.685)	**(27.949)**
Total Líquido	**21.957**	**11.130**

As provisões no exercício de 2024 apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Correção Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
NATUREZA						
Questões Trabalhistas	17.023	7.448	-	951	(6.870)	18.552
Questões Cíveis	20.727	11.186	(5.302)	941	(2.383)	25.169
Questões Ambientais	756	838	(958)	22	-	658
Questões Tributárias	573	5.079	(605)	216	-	5.263
Total	**39.079**	**24.550**	**(6.865)**	**2.130**	**(9.252)**	**49.642**

Em 16 de setembro de 2022, uma revisão da norma de provisionamento e contingenciamento de ações judiciais foi realizada, resultando na implementação da norma DD.P.A.08.0001.01. Essa atualização estabeleceu novos critérios e procedimentos para identificar, mensurar e avaliar as provisões relacionadas a processos judiciais, visando controlar os riscos da companhia, em consonância com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os processos judiciais da Companhia foram cadastrados no Sistema "Processo Ágil", com a inclusão de correção monetária, visando à geração de relatórios gerenciais precisos. Essa medida, resultou em uma reclassificação dos processos judiciais e exigiu uma revisão completa do acervo processual existente no departamento jurídico. No final do exercício de 2024, o saldo de Provisão para Demandas Judiciais totalizou R$ 49.642, abrangendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Em comparação com o exercício de 2023, que registrou um saldo de R$ 39.079, houve um aumento de R$ 10.563 ao longo do período. Os Depósitos Judiciais atingiram um saldo de R$ 27.685 no exercício de 2024. No entanto, esses valores poderão ser liberados em favor da CAERN devido à procedência do processo judicial nº 0083147-05.2018.1.00.0000. A diferença de R$ 264 em relação ao exercício de 2023, quando o saldo foi de R$ 27.949, é resultado de: **(i)** As variações nos litígios trabalhistas, que totalizaram R$ 1.127, e nos litígios tributários, totalizando R$ 58, ocorreram devido ao levantamento de depósitos judiciais. Já nos litígios cíveis, o aumento de R$ 841, refere-se aos depósitos em juízo, realizados com o objetivo de garantir o cumprimento de uma decisão ou como medida cautelar de suspensão de dívidas; **(ii)** O valor registrado nos litígios ambientais, de R$ 8.500, resultou da celebração de um acordo judicial no âmbito da ação cível pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001. Nesse acordo, foi depositada em juízo, em 28 de junho de 2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os valores depositados estão previstos para liberação parcial, em intervalos semestrais, mediante a comprovação do progresso das obras pela CAERN. No momento, a Companhia já informou, por meio de petição, o cumprimento parcial das obras e aguarda decisão judicial sobre a liberação dos recursos no valor de R$ 3.360.192,96 (três milhões, trezentos e sessenta mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). No entanto, desde 30/10/2023, a Companhia e o Ministério Público aguardam manifestação do juízo acerca dos requerimentos apresentados, sem previsão para a liberação dos recursos financeiros depositados. Diante do exposto, ao término do exercício de 2024, o saldo líquido das provisões totalizou R$ 21.958, após a comparação entre o saldo da provisão para demandas judiciais e o saldo dos depósitos judiciais. **23.1. Ações com risco de perda provável – Questões Trabalhistas –** No final de dezembro de 2024, a Companhia estava envolvida em 88 (oitenta e oito) ações trabalhistas com risco de perda considerado provável, conforme avaliação da assessoria jurídica. Essas ações foram movidas por empregados, ex-empregados, contratados e terceirizados, abrangendo uma variedade de pedidos, como diferenças sobre horas extras, salários, intervalo intrajornada, rescisões, adicional de insalubridade e periculosidade, natureza salarial do vale-alimentação, e verbas relacionadas à responsabilidade subsidiária. A composição dos principais processos trabalhistas é demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Questões Trabalhistas		
SINDÁGUA - Sindicato (a)	11.133	10.626
Incorporação vale alimentação (b)	1.551	1.700
Demais processos (c)	5.868	4.697
Total dos processos trabalhistas	**18.552**	**17.023**

a) Ação impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente, no Estado do Rio Grande do Norte - SINDÁGUA, sob o nº 0001120-03.2016.5.21.0004 contra a Companhia. Trata-se de ação coletiva proposta pelo sindicato, como representante da categoria, em que pleiteia a declaração da natureza salarial de benefício por ACT (vale alimentação). O processo está em andamento e foi encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho para análise de recurso. Com base na jurisprudência atual, o corpo jurídico da Companhia promoveu uma redução no valor da provisão, considerando que vários beneficiários estão incluídos no item "b", conforme detalhado a seguir. **b)** A companhia possui 25 processos trabalhistas de cunho individual, em 31 de dezembro de 2024, onde os autores solicitam o reconhecimento do vale alimentação como de natureza salarial. **c)** Os demais processos trabalhistas são constituídos de demandas advindas de adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, horas extras e pagamento de férias em dobro, totalizando o quantitativo de 62 processos em 31 de dezembro de 2024.

23.2. Ações com risco de perda provável – Questões Cível/Juizado – Em 31 de dezembro de 2024, a companhia era parte em 832 (oitocentos e trinta e dois) processos cíveis classificados com risco de perda provável. Essas ações tramitam na justiça cível, no juizado especial e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON), sendo a maioria relacionada a pedidos de indenização por danos morais movidos por consumidores. A seguir é apresentada a composição dos principais processos cíveis:

	31/12/2024	31/12/2023
Questões Cíveis		
Processos Administrativos (a)	1.729	366
Demais processos (b)	23.440	20.361
Total dos processos cíveis	**25.169**	**20.727**

a) Os processos administrativos, no total de 4 (quatro) processos foram classificados como processos cíveis, entre eles o processo nº 0802310-14.2021.8.20.5001 da M.M.B.Cosme - ME, no valor de R$ 1.346 e o processo nº 0819465-64.2020.8.20.5001 da Cinte Telecom Comercio e Serviços LTDA, no valor de R$ 379; **b)** Os demais processos cíveis referem-se a demandas relacionadas a cobranças indevidas e indenizações por danos morais e materiais, totalizando 828 ações em 31 de dezembro de 2024. Entre eles, incluem-se processos movidos pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte, tais como: o processo nº 0116784-45.2011.8.20.0001, no valor de R$ 9.047; o processo nº 0006141-93.2011.8.20.0106, no valor de R$ 1.653; e o processo nº 0000006-35.2003.8.20.0142, referente à responsabilidade civil por dano ambiental, no valor de R$ 930. Além disso, há o processo nº 0829315-45.2020.8.20.5001, movido pelo Serviço Social do Comércio (SESC), no valor de R$ 651.

23.3. Ações com risco de perda provável – Questões Ambientais – Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em 4 (quatro) processos ambientais classificados com risco de perda provável, entre eles o processo nº 0808565-60.2020.4.05.8400 do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R$ 474.

A seguir é apresentada a composição dos processos ambientais:

	31/12/2024	31/12/2023
Questões Ambientais		
Processos Ambientais	658	756
Total dos processos Ambientais	**658**	**756**

23.4. Ações com risco de perda provável - Questões Tributários – A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, era parte em 34 (trinta e quatro) ações e procedimentos tributários classificados com risco de perda provável. A referida classificação foi elaborada a partir da avaliação da assessoria jurídica, de entendimentos jurisprudenciais, bem como de soluções de consulta emitidas por órgãos fazendários. Os processos de natureza tributária são referentes a questões ligadas, principalmente, à cobrança de impostos, onde a companhia solicita o reconhecimento do direito à Imunidade Recíproca, ensejando no não pagamento dos impostos, bem como na cobrança de taxas de licenciamento e funcionamento. A partir do exposto, a companhia utilizou-se do referido precedente para fortalecer sua defesa perante as fazendas municipais, logrando êxito em várias delas. Além disso, formalizou-se vários processos administrativos solicitando o reconhecimento da Imunidade tributária.

A composição dos principais processos tributários é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Questões Tributárias		
COSERN (a)	4.528	-
Demais processos	735	573
	5.263	**573**

Nos processos tributários estão contidas demandas onde a CAERN figura como substituto tributário do ISS, onde o município alega que o referido tributo não foi recolhido ao ente tributante, bem como ações relacionadas ao recolhimento de tributos federais. A seguir é apresentada a composição dos principais processos tributários: **a)** Ação impetrada pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte, sob número 0802794-05.2016.8.20.5001 contra a Companhia. Nesta ação está sendo cobrado os valores do ICMS sobre a conta de energia emitida pelo consumo de energia realizado pela CAERN, relativo ao período de 01/2013 a 10/2014. Tal situação, ocorreu em virtude de a COSERN ter cometido um equívoco e não ter efetuado a emissão da conta de energia de forma correta, haja vista que ela não considerou na Base de Cálculo do ICMS o valor da subvenção governamental advinda da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). No segundo trimestre de 2024 houve a mudança na classificação de risco, de possível para provável. **23.5. Passivos Contingentes - Risco de Perda Possível/Remota** – A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão registradas no Balanço Patrimonial, pois envolvem risco de perda classificadas pelos representantes legais (advogados) como possível e remota. Em 31 de dezembro de 2024, a CAERN possui 1.848 (mil, oitocentos e quarenta e oito) ações classificadas com risco de perda possível. Dentre essas ações destacam-se as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Contingentes – Risco de Perda Possível		
Processo Cível (0816338-06.2021.8.20.5124) (a)	-	15.193
Processo Cível (0801581-80.2024.8.20.5001) (b)	4.512	-
Processo Cível (0830476-56.2021.8.20.5001) (c)	4.230	-
Demais processos (d)	63.612	82.429
	72.354	**97.622**

a) A Empresa Construtora A. Gaspar S/A, por meio do processo nº 0816338-06.2021.8.20.5124, ingressou com uma ação contra a CAERN acerca de obrigações contratuais. Verifica-se que houve mudança de entendimento jurisprudencial, ensejando na mudança de classificação de risco; **b)** A Empresa Construtora A. Gaspar S/A, por meio do processo nº 0801581-80.2024.8.20.5001, ingressou com uma ação contra a CAERN acerca de obrigações contratuais; **c)** A ECOCIL – Empresa de Construções Civis Ltda, por meio do processo nº 0830476-56.2021.8.20.5001, ingressou com uma ação contra a CAERN acerca de obrigações contratuais; **d)** Nos demais processos contingentes, classificados com risco de perda possível, são constituídos de demandas advindas de multas e sanções ambientais, de cobranças indevidas, indenizações por danos morais e materiais, como também demandas de cunho trabalhista, totalizando o quantitativo de 1.846 processos em 31 de dezembro de 2024.

Quanto às ações classificadas como de risco remoto, verifica-se que a Companhia é parte em 557 (quinhentas e cinquenta e sete) ações, distribuídas nas áreas trabalhistas, tributárias e cíveis. Dentre essas ações destacam-se as seguintes: **a)** Desabastecimento de água nos municípios de Guamaré e Macau. Onde o pedido liminar nº 0801380-38.2022.8.20.5105, com valor de causa estimado em R$ 20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil reais), requer que a CAERN e os municípios de Guamaré e Macau realizem, solidariamente, o abastecimento de água por meio de caminhões-pipa, sem cobrança de tarifas, para os usuários que ainda não possuem ramais ou rede de distribuição, até a conclusão da tubulação em toda a área urbana. Além disso, determina que a CAERN realize a construção da nova adutora, com a apresentação de relatórios mensais ao juízo até a finalização da obra. Por fim, exige que os municípios de Guamaré e Macau apresentem o contrato de concessão de serviço público com a CAERN, bem como o Plano Municipal de Saneamento Básico, abrangendo toda a zona urbana. **b)** Celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os valores depositados estão previstos para liberação parcial, em intervalos semestrais, mediante a comprovação do progresso das obras pela CAERN. No momento, a CAERN já informou o cumprimento parcial das obras por meio de petição e aguarda a decisão judicial sobre a liberação dos recursos no valor de R$ 3.360.192,96 (três milhões, trezentos e sessenta mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). No entanto, desde 30/10/2023, a Companhia e o Ministério Público aguardam manifestação do juízo acerca dos requerimentos apresentados, sem previsão para a liberação dos recursos financeiros depositados. **23.6. Ativos Contingentes –** A Companhia possui ativos com expectativa de ganho considerada provável. Um desses ativos contingentes está relacionado à decisão expedida em 03/02/2022, favorável à Companhia, no precatório nº 2021.84.00.001.201364, referente à ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, relativos a faturas em atraso da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A Companhia espera um recebimento futuro de R$ 7.972. Foi requerido ao juízo a liberação dos valores depositados por meio do processo 03210347.000181/2022-26, entretanto, o pedido foi indeferido. O setor jurídico da Companhia opôs embargos de declaração, os quais foram devidamente contrarrazoado pela UFRN, estando, no entanto, aguardando julgamento. Outro ponto importante foi o reconhecimento, pelo poder judiciário, da aplicabilidade da tese da Imunidade tributária recíproca à CAERN. Esse cenário teve o seu desfecho em 19 de dezembro de 2024, por meio do trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 00038-04-2009.4-05-8400, através do proferimento de acórdão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do Recursos Extraordinário nº 858.893-RN. Com essa decisão, a CAERN adquiriu o direito de requerer créditos tributários referentes ao período de 2004 a 2024, especificamente sobre o recolhimento de Imposto de Renda. Além disso, a mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS de não cumulativo para cumulativo também passa a ser aplicável, onde a Companhia espera um crédito futuro de R$ 348.975.621,21 (trezentos e quarenta e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e um reais e vinte e um centavos).

24. RECEITA DIFERIDA

Receita Diferida	31/12/2024	31/12/2023
Receita Diferida da Subvenção Governamental	858.630	770.503
Receita Diferida da Operação Financeira	-	513
Total da Receita Diferida	**858.630**	**771.016**

24.1. Receita Diferida da Subvenção Governamental – Na rubrica subvenção governamental são reconhecidos os valores financeiros que foram repassados à Companhia pela União Federal (contratante) e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte (contratada), visando cumprir os contratos de repasse que foram firmados, onde a Companhia figura como interveniente executor, haja vista possuir o conhecimento técnico acerca da execução das obras de saneamento no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Em obediência ao CPC 07 (subvenções governamentais), verifica-se que os repasses financeiros recebidos pela CAERN, advindos de repasses de verbas do OGU – Orçamento Geral da União e do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, são registrados por meio da contabilização da subvenção governamental, onde a referida rubrica será reconhecida no resultado da CAERN como receita concomitantemente a realização da despesa de amortização dos bens que foram construídos, conforme preceitua o item 17 do CPC 07.

24.2. Receita Diferida da Operação Financeira – Em 2019, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco do Brasil, firmaram entre si o contrato de prestação de serviços financeiros Nº 004/2019. Conforme observa-se no Anexo X - Lista Administração Indireta, a CAERN foi inclusa no referido contrato, sendo destinada a quantia de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), o qual será realizado em 60 (sessenta) meses. Ao final do exercício de 2024, a Companhia concluiu o diferimento do contrato estabelecido com o Estado do Rio Grande do Norte, com a realização da 60ª parcela, totalizando o montante de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) de parcelas apropriadas, conforme apresentado na tabela a seguir:

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Programado	46	560	560	560	560	513	**2.800**
Realizado	(46)	(560)	(560)	(560)	(560)	(513)	**(2.800)**
						Saldo em 31/12/2024	-

As variações registradas até dezembro de 2024, referentes às receitas a apropriar da Companhia, estão apresentadas da seguinte maneira:

	31/12/2023	(–) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	31/12/2024
Receita a Apropriar						
Receita a Apropriar- Diferida	513	-	(513)	-	-	-
Total	**513**	-	**(513)**	-	-	-

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. CAPITAL SOCIAL – O capital social é composto de ações ordinárias e preferenciais com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. Nos últimos dois anos estavam distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Ordinárias	1.458.952.032	99,99%	1.408.593.157	99,99%
Preferenciais	156.909	0,01%	156.909	0,01%
	1.459.109.941	**100,00%**	**1.408.750.066**	**100,00%**

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos onde o seu recebimento, por ação, deve ser no mínimo 10% maior que o atribuído as ações do tipo ordinária. Atualmente, do total das ações ordinárias (com direito a voto), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 97,22% do total de ações. Dentre os demais acionistas que possuem ações ordinárias, o que corresponde a 2,77%, destaca-se o Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte – FUNFIRN (direito do Banco do Estado do Rio Grande do

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Norte – BANDERN) que possui 2,69%, a União Federal com um total de 0,07% e os demais acionistas com 0,01% das ações, sendo estes formados por órgãos estaduais, municipais e pessoas físicas. Já as ações preferenciais (sem direito a voto) pertencem 100% à União Federal, correspondendo a um percentual de 0,01% do total das ações. No dia 29 de abril de 2022, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, onde dentre os assuntos discutidos, destacou-se a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio ao acionista majoritário, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, foi realizado um encontro de contas dos débitos e compromissos que mantinham com a Companhia. Na mesma assembleia foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 50.358.874,52 (cinquenta milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) provenientes do saldo da reserva de incentivos fiscais. Com isso o capital social da CAERN passou de R$ 1.408.750 para R$ 1.459.109. **25.2. Reserva de Capital –** A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada para: absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; resgate de partes beneficiárias; incorporação ao capital social e pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada, conforme descrito no art. 200 da Lei 6.404. Os saldos registrados em reserva de capital permaneceram inalterados em 2024, sem variação em relação ao exercício anterior. **25.3. Reservas de Lucros – 25.3.1. Reserva Legal –** É constituída no percentual de 5% do lucro líquido do período, sendo limitada até o limite de 20% do capital social. O saldo ao final deste exercício foi de R$ 11.724 (R$ 9.197 em 31/12/2023). **25.3.2. Reserva de Incentivos Fiscais –** Trata-se de uma reserva criada para destinar a parcela do lucro líquido do período proveniente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, conforme estabelece o artigo 195-A da Lei 6.404/76. Em 29 de abril de 2024, o valor foi utilizado para o aumento de capital da Companhia, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada na mesma data. Ao final de dezembro de 2024, o saldo das reservas de incentivos fiscais totalizou R$ 7.216 (R$ 7.292 em 31/12/2023). **25.3.3. Reserva de Expansão** – O lucro remanescente, após constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, antes da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos, será destinado à reversa de expansão. Esses recursos serão aplicados em projetos de ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, em conformidade com os planos de investimentos da Companhia. Desde o encerramento do exercício de 2020, a CAERN tem alocado parte do lucro do período para a reserva de expansão, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Os limites destinados a essa reserva foram definidos com base no plano de investimentos da Companhia no período de 2021 a 2025, conforme demonstrado abaixo:

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Valor Limite	-	80.000	130.000	120.000	40.000	20.000	**390.000**
Reserva de Expansão	53.807	53.140	45.667	63.912	44.715	-	**261.241**

Para o ano-calendário de 2024, a Administração propõe a destinação de R$ 44.715 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos (R$ 63.912 em 31/12/2023). Ressalta-se que a retenção do lucro tem como objetivo viabilizar as obras de universalização previstas na Lei 11.445/07. Por fim, cabe destacar que essa proposta está sujeita à aprovação posterior da Assembleia dos Acionistas. **25.3.4. Lucros/Prejuízo por Ação – 25.3.4.1. Básico e Diluído –** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	50.543	62.624
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	1.459.109	1.408.750
Prejuízo/Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	**0,0346**	**0,0445**

25.3.4.2. Dividendos Adicionais Propostos

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	50.543	62.624
(-) Constituição da Reserva Legal	(2.527)	(3.131)
(=) Lucro a distribuir:	**48.016**	**59.493**
(-) Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(9.479)	(22.829)
Realização custo atribuído	45.763	43.706
(-) JCP a distribuir	(10.200)	(9.166)
(-) Constituição da Reserva de Expansão	(44.715)	(63.912)
(=) Dividendos Adicionais Propostos	**29.385**	**7.292**

De acordo com o estatuto da Companhia está estabelecido que os acionistas terão direito a receber, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado (nota 22.1.1). No ano de 2024 foi estipulado que será distribuído um valor acima do limite mínimo permitido de Juros Sobre Capital Próprio, conforme IN 1700 da RFB, a título de distribuição de lucros, na importância de R$ 39.585, ultrapassando, assim, os Dividendos mínimos obrigatórios que foram calculados em R$ 10.200. Ademais, segundo a Interpretação Técnica – ICPC 08, a parcela que exceder ao previsto legal ou estatutariamente deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo "dividendo adicional proposto", até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Ao fim do exercício de 2024 houve um excedente de R$ 29.385 mantido nesta conta. **25.4. Outros Resultados Abrangentes** – Outros resultados abrangentes representa as alterações ocorridas no patrimônio líquido em um determinado período que não transitaram pela DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. Ajustar o valor de um ativo é colocar em prática uma postura contábil amplamente difundida, a de valor justo, onde é devidamente suportado por laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada, na qual a diferença entre o custo atribuído e o valor original contábil está demonstrada na conta de Ajuste de Avalição Patrimonial (AAP), nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. O Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis. Essa conta registra a contrapartida das modificações de ativos a valor justo, que não transitaram pela DRE, ou seja, a realização dessa conta ocorre na mesma proporção das baixas, depreciações e amortizações dos bens registrados nos ativos imobilizado e intangível. Em 19 de dezembro de 2024, transitou em julgado o Acórdão do Supremo Tribunal Federal concedendo a imunidade tributária recíproca referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica à CAERN. Com o reconhecimento da imunidade tributária foi realizada a baixa no saldo da diferença temporária passiva do IR. Ao final do exercício de 2024, o saldo da conta contábil Ajuste de Avaliação Patrimonial apresentou o montante de R$ 906.352.953,54 (novecentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos). A movimentação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial da Companhia, até agora, referente ao período de janeiro a dezembro de 2024, foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2023	(+) Adições	(–) Amortizações	Saldo em 31/12/2024
Outros Resultados Abrangentes				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Imobilizado	67.100	4.666	(2.269)	64.497
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Intangível	819.634	60.716	(43.494)	836.856
Total	**886.734**	**65.382**	**(45.763)**	**906.353**

26. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água		
Tarifa residencial	680.554	642.528
Tarifa comercial	64.724	57.404
Tarifa industrial	13.759	12.673
Órgãos públicos	55.202	55.145
	814.242	**767.750**
Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água		
Ligações	4.113	3.275
Religações e sanções	11.779	12.552
Ampliações	(1)	2
Outras receitas indiretas	3.672	3.150
	19.563	**18.979**
Total das receitas serviços de abastecimento d´água	**833.805**	**786.729**
Receitas diretas de serviços de esgotos		
Tarifa residencial	124.564	116.056
Tarifa comercial	37.666	34.795
Tarifa industrial	17.242	15.244
Órgãos públicos	13.894	13.905
	193.366	**180.000**
Receitas indiretas de serviços de esgotos		
Ligações	279	362
Ampliações	-	-
Outras receitas indiretas	-	-
	279	**362**
Total das receitas de serviços de esgotos	**193.645**	**180.362**
Total do faturamento bruto de água e esgoto	**1.027.450**	**967.091**
Demais receitas		
Receita de Construção (i)	248.112	123.717
Total das receitas brutas	**1.275.562**	**1.090.808**
(-) Deduções de impostos sobre receitas		
COFINS sobre receitas	(74.366)	(73.499)
PIS sobre receitas	(16.137)	(15.957)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(15.869)	(14.726)
Total	**(106.342)**	**(104.182)**
Receita operacional líquida	**1.169.220**	**986.626**

A receita operacional líquida da Companhia, apresentada nesta nota explicativa, é obtida pela dedução dos tributos incidentes sobre a receita operacional bruta. Para a Companhia, esses tributos são: COFINS, PIS e a taxa de regulação sobre o faturamento. A receita operacional está segmentada em serviços de abastecimento de água e serviços de esgoto. Do montante de R$ 1.169.220 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: **(i)** A variação na receita de construção ocorreu pelo aumento da movimentação das obras em andamento, uma vez que o valor é calculado com base no progresso dessas obras.

Em 01 de fevereiro de 2024, ocorreu o reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do estado do RN, aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de caráter estadual, sendo aplicado o índice de 3,59% nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme Resolução nº 9, de 28 de dezembro de 2023. Em contrapartida, o reequilíbrio tarifário para a cidade do Natal, previsto para o ano de 2024, ainda está em discussão. O pedido de reajuste está sendo analisado pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN), de caráter municipal.

27. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Sistema de abastecimento de água		
Custos com pessoal (i)	(121.695)	(113.549)
Custos com material	(28.171)	(26.565)
Serviços de terceiros	(32.573)	(46.373)
Energia elétrica	(112.656)	(110.865)
Custos gerais	(3.366)	(966)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(77.163)	(75.302)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(938)	(1.080)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	(130)	(31)
	(376.692)	**(374.731)**
Sistema de esgoto sanitário		
Custos com pessoal (i)	(43.626)	(38.987)
Custos com material	(5.169)	(5.971)
Serviços de terceiros	(16.145)	(20.644)
Energia elétrica	(10.074)	(7.875)
Custos gerais	(364)	(320)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(21.135)	(18.755)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(4.337)	(4.797)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	(1.570)	24
	(102.420)	**(97.325)**
Custo de Construção	**(248.112)**	**(123.718)**
Total dos custos dos serviços prestados	**(727.224)**	**(595.774)**

Os custos dos serviços prestados compreendem os custos com o serviço de fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção, operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros e demais serviços, bem como custo de construção. Em relação à variação nos custos dos serviços prestados, é importante destacar que, conforme regulamentação recente, foi estabelecida a cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado do Rio Grande do Norte. Essa medida está em conformidade com o Decreto nº 33.286/2023, que determina as condições e os valores para a utilização da água bruta. A implementação dessa cobrança visa garantir o uso sustentável e o controle adequado dos recursos hídricos. Em relação a variação nos custos dos serviços prestados do ano de 2023 para 2024, cabe destacar o seguinte ponto: **(i)** No ano de 2024, a elevação nos custos ocorreu principalmente em razão da implantação de 4% (quatro por cento) de reajuste salarial resultante da inflação acumulada apurada pelo INPC, e 0,77% de ganho real. Esse reajuste foi aplicado nos salários da TABELA SALARIAL a partir de maio de 2024, conforme acordo coletivo de 2024/2026. A seguir, apresenta-se a composição dos benefícios oferecidos aos trabalhadores no âmbito dos custos dos serviços prestados:

BENEFICIOS	31/12/2024	31/12/2023
Assistência médica e social aos empregados	(442)	(409)
Formação profissional de empregados	(44)	(24)
Previdência privada	(443)	(432)
Vale transporte	(2.578)	(2.565)
Comissões, prêmios e outras gratificações	(1.682)	(1.308)
Participação em lucros ou resultados	(4.319)	(5.394)
Auxílio creche	(1.650)	(1.487)
Auxílio funeral	(168)	(175)
Auxílio baba	(15)	(20)
Prorrogação licença maternidade (indedutível)	(59)	(51)
Plano de demissão voluntária (indedutível)	(2.560)	-
Total dos Benefícios	**(13.960)**	**(11.865)**

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição das despesas administrativas por natureza, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de pessoal (i)	(129.430)	(122.970)
Despesas com material	(1.823)	(2.053)
Serviços de terceiros	(102.296)	(74.341)
Energia Elétrica	(1.470)	(1.365)
Despesas gerais	(24.129)	(15.704)
	(259.148)	**(216.433)**
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(6.782)	(6.756)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento – CPC 06	(11.779)	(10.196)
	(18.561)	**(16.952)**
Ressarcimento das despesas (a)	5.924	4.979
Total das despesas administrativas	**(271.785)**	**(228.406)**
(a) Detalhamento do ressarcimento da despesa		
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapvida	5.367	4.797
Por uso/danos propriedade da empresa	13	27
Outros ressarcimentos	544	155
Total das despesas administrativas	**5.924**	**4.979**

As despesas administrativas representam gastos necessários para a gestão e operação da empresa, que não estão diretamente relacionados à sua atividade principal ou fim, mas são essenciais para sustentar as funções internas e estratégicas. Elas garantem o suporte necessário para o funcionamento da estrutura organizacional e ajudam a manter a empresa operando de forma eficiente. Em relação a variação nas despesas administrativas do ano de 2023 para 2024, cabe destacar o seguinte ponto: **(i)** No ano de 2024, a elevação nos custos ocorreu principalmente em razão da implantação de 4% (quatro por cento) de reajuste salarial resultante da inflação acumulada apurada pelo INPC, e 0,77% de ganho real. Esse reajuste foi aplicado nos salários da TABELA SALARIAL a partir de maio de 2024, conforme acordo coletivo de 2024/2026. Em relação aos benefícios oferecidos aos colaboradores da Companhia, no contexto das despesas administrativas, destacam-se:

BENEFICIOS	31/12/2024	31/12/2023
Assistência médica e social aos empregados	(13.863)	(13.128)
Formação profissional de empregados	(88)	(189)
Previdência privada	(866)	(1.175)
Vale transporte	(513)	(482)
Comissões, prêmios e outras gratificações	(1.003)	(1.608)
Participação em lucros ou resultados	(2.963)	(5.574)
Programa de alimentação do trabalhador (i)	(35.990)	(32.772)
Uniformes para empregados	(415)	(37)
Auxílio creche	(529)	(458)
Auxílio funeral	(46)	(45)
Auxílio baba	(16)	(17)
Prorrogação licença maternidade (indedutível)	(14)	(85)
Programa de saúde e qualidade de vida (ii)	(562)	-
Plano de demissão voluntária (indedutível) (iii)	(1.690)	-
Total dos Benefícios	**(58.558)**	**(55.570)**

Do montante de R$ 58.558 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: **(i)** Programa de alimentação do trabalhador: No novo acordo coletivo, o programa de alimentação do trabalhador foi reajustado em 7,01%. De forma adicional, foram concedidos aos empregados o vale junino e o vale natalino, no valor de R$ 500,00 cada; **(ii)** Programa de saúde e qualidade de vida: Com o objetivo de promover a qualidade de vida, saúde e bem-estar dos colaboradores, a companhia aderiu ao Wellhub, plataforma que visa incentivar os colaboradores a manterem-se fisicamente ativos. Este programa contribui também para a redução dos custos com assistência médica e melhora o desempenho geral da equipe. Além disso, oferece a oportunidade de participação no Coral Som das Águas, promovendo benefícios tanto individuais quanto coletivos, como a melhora do bem-estar emocional, redução do estresse e fortalecimento do trabalho em equipe; **(iii)** Plano de demissão voluntária: Foi implementado um novo plano de demissão voluntária com o objetivo de oferecer uma alternativa estratégica aos colaboradores, permitindo-lhes tomar decisões mais alinhadas aos seus objetivos pessoais e profissionais, ao mesmo tempo em que oferece à empresa maior flexibilidade na gestão de sua força de trabalho.

29. DESPESAS COMERCIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de pessoal (i)	(30.620)	(29.399)
Despesas com material	(32)	(43)
Serviços de terceiros	(32.302)	(26.352)
Despesas gerais	(502)	(1.027)
	(63.456)	**(56.821)**
Depreciação e amortização	(819)	(848)
Perdas na realização de créditos	(61.750)	(49.434)
Total das despesas comerciais	**(126.025)**	**(107.103)**

As despesas comerciais referem-se aos gastos nas atividades comerciais voltadas à geração de receitas, incluindo serviços relacionados à cobrança de clientes e outros custos pertinentes. Em relação a variação nas despesas comerciais do ano de 2023 para 2024, cabe destacar o seguinte ponto: **(i)** No ano de 2024, a elevação nos custos ocorreu principalmente em razão da implantação de 4% (quatro por cento) de reajuste salarial resultante da inflação acumulada apurada pelo INPC, e 0,77% de ganho real. Esse reajuste foi aplicado nos salários da TABELA SALARIAL a partir de maio de 2024, conforme acordo coletivo de 2024/2026. A seguir, apresenta-se a composição dos benefícios oferecidos aos trabalhadores no âmbito das despesas comerciais:

BENEFICIOS	31/12/2024	31/12/2023
Assistência médica e social aos empregados	(69)	(71)
Previdência privada	(93)	(187)
Vale transporte	(364)	(387)
Comissões, prêmios e outras gratificações	(1.000)	(659)
Participação em lucros ou resultados	(1.218)	(414)
Uniformes para empregados	(29)	(1)
Auxílio creche	(317)	(299)
Auxílio funeral	(46)	(50)
Auxílio baba	(1)	(4)
Prorrogação licença maternidade (indedutível)	(4)	(2)
Total dos Benefícios	**(3.141)**	**(2.074)**

30. PROVISÃO E REVERSÃO DE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões Ambientais	151	(756)
Provisões Cíveis	(4.495)	1.132
Provisões Trabalhistas	(1.307)	(779)
Provisões Tributárias	(4.912)	1.785
Total das provisões para contingências	**(10.563)**	**1.382**

31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Tributos Federais	31/12/2024	31/12/2023
Programa de Integração Social (PIS)	(424)	(605)
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	(2.587)	(3.717)
IOF	(412)	(976)
	(3.423)	**(5.298)**
Tributos Estaduais		
ICMS	-	(112)
ITCD	(12)	-
Taxa de Licenciamento de veículo	(44)	(45)
	(56)	**(157)**
Tributos Municipais		
IPTU	(8)	(4)
Taxa de Licença e Localização	(574)	(904)
Taxa de Limpeza Pública	(959)	(1.072)
	(1.541)	**(1.980)**
Total das Despesas Tributárias	**(5.020)**	**(7.435)**

31.1. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Essas duas contas contábeis representam a despesa de PIS e COFINS incidentes sobre as demais receitas, como por exemplo receita de aluguel e receitas financeiras. **31.2. Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF** – IOF é o imposto sobre operações financeiras, que demonstra o quanto desse tributo incidiu sobre as aplicações financeiras de recursos próprios. **31.3. Taxa de Licenciamento de Veículo –** A taxa de licenciamento de veículos serve para cobrir os custos de emissão da documentação do veículo. Então, anualmente, esta taxa é cobrada pelo DETRAN/RN para que os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) dos automóveis da CAERN sejam atualizados. **31.4. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU –** O IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano) é um imposto brasileiro com previsão na Constituição Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade, domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana. O Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Recurso Extraordinário 858.893 (anexo), reconheceu imunidade tributária à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte no que concerne ao pagamento de IPTU dos imóveis de sua propriedade. Então, desde a decisão do STF, a CAERN vem buscando, administrativamente, junto aos municípios a referida imunidade. **31.5. Taxa de Licença e Localização –** A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento.

32. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A composição de outras receitas operacionais líquidas, por natureza, é a seguinte

	31/12/2024	31/12/2023
Demais Receitas		
Locação de imóveis	259	273
Resultado na venda de bens do Imobilizado	1.066	1.175
Contribuições e doações de particulares	1.039	5.227
Contribuições e doações órgãos públicos	-	-
Subvenções investimentos amort. intangível	7.218	6.859
Ganhos em inventários	329	279
Outras receitas	3	-
Total de Outras Receitas Operacionais Líquidas	**9.914**	**13.813**

33. RECEITAS FINANCEIRAS

A composição das receitas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	30.486	49.325
Descontos recebidos	114	96
Juros ativos obtidos	1.161	1.343
Receita financeira de clientes e variação monetária	21.120	19.500
Rendimento Resgate Judicial	280	321
Total das receitas financeiras	**53.161**	**70.585**

As receitas financeiras representam receitas de juros sobre aplicações financeiras, acréscimo por impontualidade e descontos obtidos. É reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Do montante de R$ 53.161 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: **(i)** A redução dos rendimentos de aplicação financeira da companhia entre os exercícios de 2023 e 2024 pode ser atribuída à realocação de recursos para as atividades operacionais da empresa.

34. DESPESAS FINANCEIRAS

A composição das despesas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de financiamentos internos		
Juros e taxas (i)	(33.288)	(55.450)
Total das despesas de financiamentos internos	**(33.288)**	**(55.450)**
Outras despesas financeiras		
Juros extra financiamento	(4.540)	(4.014)
Multas extra financiamento	0	(371)
Juros sobre precatórios	(379)	(434)
Custos de transação	(1.820)	(895)
	(6.739)	**(5.714)**
Total das despesas financeiras	**(40.027)**	**(61.164)**

As despesas financeiras representam gastos relacionados com a remuneração de terceiros, originadas da captação de recursos para viabilizar as atividades operacionais da Companhia. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Do montante de R$ 40.027 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: **(i)** A redução dos juros e das taxas ocorreu devido aos encargos financeiros relacionados aos custos de transação de empréstimos, os quais estão vinculados às despesas capitalizáveis da companhia.

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

35.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2024		31/12/2023	
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contrib. Social	51.651	51.651	72.524	72.524
Alíquotas Vigentes de IRPJ e CSLL no Brasil	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Alíquotas Vigentes	-	**(4.649)**	**(18.131)**	**(6.527)**
(+) Efeitos Fiscais sobre Adições Permanentes	-	(22.355)	(31.459)	(11.203)
(-) Efeitos Fiscais sobre Exclusões Permanentes	-	25.894	36.749	13.233
(+) Incentivos Fiscais	-	-	16.591	-
Outros	-	-	(9.168)	15
Total das Despesas	-	**(1.108)**	**(5.418)**	**(4.482)**
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.108)		(9.900)	

35.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

Imposto de Renda	31/12/2024	31/12/2023
Provisão constituída para o Imposto de Renda	-	(20.203)
Diferença Temporária Imposto de Renda	-	(5.459)
Incentivo Prog. Aliment. Trabalhador - PAT	-	485
Diferença Temporária AAP Imposto de Renda	-	3.234
Incentivo Programa Empresa Cidadã	-	137
Benefício Fiscal SUDENE - Red. 75% IRPJ	-	16.388
	-	**(5.418)**
Contribuição Social		
Provisão constituída para a Contribuição Social	(9.727)	(10.281)
Diferença Temporária Contribuição Social	4.092	1.155
Diferença Temporária AAP Contribuição Social	4.527	4.644
	(1.108)	**(4.482)**
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	**(1.108)**	**(9.900)**

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço. Os tributos sobre a renda e os proventos de qualquer natureza compreendem o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) determinados a partir do regime do lucro real. Em 19 de dezembro de 2024, foi emitida a Certidão de trânsito em julgado relativa ao Processo nº 00038-04-2009.4-05-8400, referente ao reconhecimento de imunidade recíproca para o Imposto de Renda, conforme previsto no artigo 150, VI, "a", §2º da Constituição Federal, consequentemente não houve apuração do IRPJ corrente e o reconhecimento do IRPJ diferido no exercício de 2024. Em decorrência do trânsito em julgado de mérito que reconheceu a imunidade tributária citada anteriormente, a Companhia não efetua mais apuração de Imposto de Renda, mantendo-se apenas a apuração da Contribuição Social sobre o Lucro, à alíquota de 9%. Atualmente a Companhia apenas registra a contribuição social corrente e diferida. O cálculo é realizado com base na legislação fiscal vigente à época da apuração. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. O lucro tributável é estimado a partir do lucro antes dos tributos extraído da demonstração do resultado e são excluídas/incluídas receitas e despesas incorridas com base na legislação do lucro real consideradas dedutíveis ou não tributáveis de forma permanente ou temporária. As adições e exclusões temporárias são consideradas, na prática, como despesas dedutíveis e receitas tributáveis, mas apenas nos próximos períodos. Portanto, não devem afetar o cálculo da despesa com os tributos sobre o lucro contábil no período em que nascem ou que se extinguem. Diferença temporária é a diferença entre o valor contábil de ativo ou passivo no balanço e sua base fiscal. As diferenças temporárias podem ser tanto: **a)** Diferença temporária tributável, a qual é a diferença temporária que resulta em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de ativo ou passivo é recuperado ou liquidado; ou **b)** Diferença temporária dedutível, a qual é a diferença temporária que resulta em valores que são dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de futuros períodos quando o valor contábil do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado. Base fiscal de ativo ou passivo é o valor atribuído àquele ativo ou passivo para fins fiscais. A realização da diferença temporária dos tributos diferidos passivos incidentes sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial, ocorre proporcionalmente ao valor da realização desse novo valor, que vem a ocorrer à medida que esses bens forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, conforme preceitua o ICPC 10. A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual a diferença temporária possa ser utilizada. A CAERN gozou de incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda devido, inclusive seu adicional, concedido pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste através do Laudo Constitutivo nº 0194/2022. No entanto, no ano de 2024, devido ao reconhecimento do direito à imunidade recíproca para o Imposto de Renda, o valor do incentivo calculado foi revertido e protocolado junto a SUDENE o pedido de desistência do referido benefício fiscal.

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é constituído pela receita, deduzido dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	31/12/2024			31/12/2023		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	814.242	193.366	1.007.608	767.750	180.000	947.750
Outras Receitas Operacionais	220.913	47.041	267.954	119.623	23.435	143.058
Total da Receita Operacional Bruta	**1.035.155**	**240.407**	**1.275.562**	**887.373**	**203.435**	**1.090.808**
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(73.422)	(17.052)	(90.473)	(72.772)	(16.684)	(89.456)
Taxa de Regulação sobre o faturamento	(12.878)	(2.991)	(15.869)	(11.980)	(2.746)	(14.726)
Receita Operacional Líquida	**948.855**	**220.365**	**1.169.220**	**802.621**	**184.005**	**986.626**
Custo	(578.042)	(149.182)	(727.224)	(475.376)	(120.398)	(595.774)
Lucro Bruto	**370.813**	**71.182**	**441.996**	**327.245**	**63.607**	**390.852**
Despesas Comerciais	(102.273)	(23.752)	(126.025)	(87.128)	(19.975)	(107.103)
Despesas Administrativas	(220.561)	(51.224)	(271.785)	(185.808)	(42.598)	(228.406)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3.972	922	4.894	5.189	1.189	6.378
Resultado Financeiro	10.659	2.475	13.134	7.664	1.757	9.421
Provisões	(8.572)	(1.991)	(10.563)	1.124	258	1.382
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	**54.037**	**(2.386)**	**51.651**	**68.285**	**4.239**	**72.524**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(899)	(209)	(1.108)	(8.054)	(1.846)	(9.900)
Lucro Líquido do Exercício	**53.138**	**(2.595)**	**50.543**	**60.231**	**2.393**	**62.624**
Margem Operacional - Não auditado/Revisado	5,7%	(1,1%)	4,4%	8,5%	2,3%	7,4%
Margem Líquida - Não auditado/Revisado	5,6%	(1,2%)	4,3%	7,5%	1,3%	6,3%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (i)	318.087	73.873	391.960	149.148	34.193	183.341
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	349.756	81.228	430.984	347.804	79.736	427.540
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.621.499	608.823	3.230.322	2.417.720	554.276	2.971.996
Depreciações e Amortizações do Exercício	(99.780)	(23.173)	(122.953)	(95.777)	(21.957)	(117.734)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (ii)	611.937	142.118	754.055	773.537	177.338	950.875
Total do Ativo	3.477.982	807.735	4.285.717	3.388.074	776.735	4.164.809
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.266.247	294.077	1.560.324	1.249.202	286.386	1.535.588
Quantidade de Economias - Não auditado/Revisado (iii)	869.583	281.242	1.150.825	855.542	274.212	1.129.754
Volume Milhares de m³ Faturados - Não auditado/Revisado (iv)	129.491	48.999	178.490	124.039	43.306	167.345

Legendas: **(i)** Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento; **(ii)** Apresentados pelo valor bruto; **(iii)** Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água; **(iv)** Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro para cobertura de danos contra incêndio, raio, explosão, roubo e furto, danos elétricos, responsabilidade civil além de outros danos nas instalações e/ou edificações de prédios localizados no município de Natal e Parnamirim. Os limites máximos de indenizações dos seguros contratados estão demonstrados a seguir:

Descrição	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização
Almoxarifado Central - Av. Capitão-Mor Gouveia, 584, Cidade da Esperança, Natal, RN	Porto Seguros	26/10/2023 A 26/10/2024	5.000.000,00
Edifício Sede Administração Central - Escritório Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, Natal, RN	Porto Seguros	26/10/2023 A 26/10/2024	8.000.000,00
Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Ponta Negra Avenida Alfredo Dias,1, Ponta Negra, Natal-RN	Aliança do Brasil Seguros S/A	08/11/2024 A 08/11/2025	1.000.000,00
Abrigo de Válvulas – Adutora Jiqui, Avenida Ayrton Senna, Lagoa do Jiqui - Parnamirim	Aliança do Brasil Seguros S/A	08/11/2024 A 08/11/2025	175.000,00
RC de Diretores e Administradores – D&O - Directors and Officers	Austral Seguradora S/A	11/03/2024 A 11/03/2025	20.000.000,00
Total			**34.175.000,00**

O Seguro patrimonial, vigente até outubro de 2024, abrangia apenas 2 (dois) prédios da Companhia. Para garantir uma maior proteção ao patrimônio da CAERN, a metodologia de contratação foi revisada, ampliando o número de prédios segurados, incluindo sedes regionais e almoxarifados. A nova cobertura, com valor compartilhado de R$ 30 milhões, terá vigência a partir de 2025. A Companhia renovou o contrato com a Austral Seguradora S/A para cobertura securitária de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da CAERN (D & O – Directors and Officers). O contrato possui abrangência Nacional e Internacional, com um limite máximo de garantia de 20 milhões. A apólice tem vigência de 365 dias, com encerramento previsto para 11 de março de 2025. Até fevereiro de 2024, a Companhia mantinha um contrato de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, garantindo cobertura para empregados, diretores e estagiários. Atualmente, a empresa está avaliando a vantajosidade de renovação do contrato, considerando aspectos financeiros e estratégicos para a manutenção do benefício.

38. PARTES RELACIONADAS

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e seus órgãos, bem como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário advindas dos contratos de concessão/programa. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis à que seriam praticados com terceiros. Em 31/12/2024, a CAERN manteve as seguintes operações com partes relacionadas: **(i)** Participação em contratos de repasse, em que a Companhia participou como Interveniente Executor nos contratos firmados entre a União Federal e o Governo do estado do Rio Grande do Norte; **(ii)** Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e demais partes relacionadas, em termos e condições normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta nota; **(iii)** No dia 12 de dezembro de 2022, o Estado do Rio Grande do Norte firmou com a CAERN um contrato nº 911/2022 de negociação de débito com parcelamento e confissão de dívida, tendo como objeto o reconhecimento da dívida total de R$ 47.561.177,91 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, centro e setenta e sete reais e noventa e um centavos), decorrentes de faturas de consumo de água e esgotos advindos o período compreendido entre o mês de janeiro do ano de 2018 e o mês de dezembro de 2020. Em 15 de setembro de 2023, foi firmado um novo acordo de parcelamento, no valor total de R$ 71.034.856,44 (setenta e um milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), referente às faturas de consumo de água e esgoto da Secretária da Saúde e Demais Órgãos estaduais do período de janeiro de 2021 a junho de 2023, como também os débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. Cabe ressaltar, que as secretarias assumiram o compromisso de adimplência das parcelas a vencer e em

- Continua -

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

virtude da referida negociação, porém não exime o Estado do Rio Grande do Norte do pagamento regular das faturas emitidas pela CAERN em seu desfavor. Dessa forma, ficou garantido em contrato que o pagamento das faturas vincendas ou qualquer inadimplemento de alguma parcela do parcelamento, serão quitadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no mês de abril de cada ano, por meio de encontro de contas, relativo aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos que serão distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, diante disso o prazo de prescrição foi interrompido; **(iv)** A companhia em consonância com o CPC 48 constituiu perdas estimadas, inclusive para partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 4 (Contas a receber); **(v)** Dos R$ 72.581 registrados no ativo circulante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e demais órgãos, R$ 66.441 correspondem a valores a receber por serviços de água e esgoto, enquanto R$ 6.140 referem-se a valores a receber dos parcelamentos firmados com a Companhia; **(vi)** Dos R$ 74.097 registrados no ativo não circulante do Governo do Estado e demais, R$ 11.227 são pagamentos de contrapartidas de convênio celebrados entre a União e Estado do Rio Grande do Norte, enquanto R$ 62.870 referem-se a valores a receber dos parcelamentos firmados com a Companhia; **(vii)** A Companhia efetuou, em 2024, o pagamento de juros sobre capital próprio referente a 2023 aos acionistas, incluindo o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Houve um encontro de contas com o governo no valor de R$ 12.713, referente a débitos parcelados e faturas de água e esgoto. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos totalizaram R$ 39.595, sendo R$ 39.548 destinados ao acionista majoritário e órgãos estaduais e R$ 47 dos demais acionistas, por meio de juros sobre capital próprio.
A seguir apresenta-se a composição dos impactos das operações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis da Companhia:

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Saldos ativos em 31/12/2024			Saldos ativos em 31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	72.581	74.097	146.677	66.703	84.412	151.115
Prefeitura de Mossoró	34.460	-	34.460	34.472	-	34.472
Outros	7.048	5.364	12.412	7.123	5.364	12.487
Total	**114.089**	**79.460**	**193.549**	**108.298**	**89.776**	**198.075**

	Saldos passivos em 31/12/2024			Saldos passivos em 31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	39.548	-	39.548	16.443	-	16.443
Prefeitura de Mossoró	1	-	1	-	-	-
Outros	46	-	46	25	-	25
Total	**39.595**	**-**	**39.595**	**16.468**	**-**	**16.468**

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Saldos em 31/12/2024					Saldos em 31/12/2023				
	Receitas de Serviços	Custos de Serviços	Despesas de Serviços	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras	Receitas de Serviços	Custos de Serviços	Despesas de Serviços	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	66.858	(41.584)	(23.072)	3.040	(2.289)	59.425	(35.884)	(19.741)	4.251	(3.684)
Prefeitura de Mossoró	11.535	(7.174)	(3.980)	524	(395)	10.253	(6.191)	(3.406)	733	(636)
Outros	3.431	(2.134)	(1.184)	156	(117)	3.050	(1.841)	(1.013)	218	(189)
Total	**81.824**	**(50.892)**	**(28.236)**	**3.720**	**(2.801)**	**58.212**	**(43.916)**	**(24.160)**	**5.203**	**(4.509)**

No exercício de 2024, a Companhia pagou remuneração do pessoal-chave da administração no montante de R$ 2.787 (R$ 2.544 em 2023), que se refere aos benefícios a empregados de curto prazo. Além da remuneração, a Companhia teve uma despesa de R$ 673 (R$ 20 em 2023) a título de encargos sociais.

39. CRIAÇÃO DAS MICRORREGIÕES
A Lei Complementar nº 682, de 15 de julho de 2021 instituiu as microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e o Litoral-Seridó do estado do Rio Grande do Norte. As estruturas foram criadas para assegurar os recursos da União para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. A microrregião terá natureza jurídica de autarquia governamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em todos os municípios integrantes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. A administração acompanha a implantação do novo marco legal do saneamento e trabalha para diminuir as possíveis perdas na posição patrimonial e financeira da Companhia.
40. EVENTOS SUBSEQUENTES
Em consonância com o CPC 24 – Evento Subsequente que trata de eventos que ocorrem e após a data do balanço e antes da autorização da divulgação das demonstrações contábeis, são apresentados os principais eventos subsequentes ocorridos na Companhia. Em 16 de janeiro de 2025, foi assinada a prorrogação do prazo para o início do pagamento do principal da 1ª emissão de Debêntures da CAERN, com a primeira parcela prevista para vencimento em 19 de julho de 2025. Como contrapartida, a Companhia efetuou o pagamento de um prêmio único de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) aos debenturistas. Em 17 de janeiro de 2025, foram liberados os valores depositados a título de reinvestimento no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no montante de R$ 10.009.613,56 (dez milhões, nove mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e seis centavos). Essa liberação ocorreu em razão do reconhecimento da imunidade tributária da CAERN, que, por não apresentar valores devidos a título de Imposto de Renda, deixou de se enquadrar no escopo do Benefício Fiscal do Reinvestimento.

Natal, 14 de fevereiro de 2025

Roberto Sérgio Ribeiro Linhares – Diretor Presidente
Juliana Maria Duarte Ubarana – Diretora Administrativa
George Marcos de Aquino Freitas – Diretor de Planejamento e Finanças
Sérgio Eduardo Rodrigues da Silva – Diretor de Empreendimentos
Thiago de Souza Índio do Brasil – Diretor de Operação e Manutenção
José Guilherme de Andrade – Diretor Comercial e de Atendimento

Cristiano Pinheiro da Silva – Contador – CRC/RN - 008081/O-1 – Gerente Contabilidade
Janaina de Andrade Rocha – Gerente de Ativos
Hirohito Akihito de Oliveira Araújo – Contador – CRC/RN - 010672/O-2 – Coordenador da Unidade de Contabilidade Tributária
Kelly Maria de Sousa Nascimento – Coordenadora da Unidade de Contabilidade Societária e Regulatória

Trânsito terá operação especial para Meia Maratona da Polícia Federal

Corrida acontecerá neste domingo 27, com início às 4h e término às 10h da manhã

JOSÉ ALDENIR / AGORA RN

STTU solicita compreensão e colaboração dos motoristas e pedestres para que evento transcorra sem maiores transtornos à mobilidade urbana de Natal

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU) anuncia operação especial de trânsito para cobrir a Meia Maratona da Polícia Federal. A corrida acontecerá neste domingo 27, com início às 4h e término às 10h da manhã. A operação se faz necessária para garantir a segurança dos atletas que participaram da corrida, tendo em vista que o percurso seguirá em avenidas essenciais como Salgado Filho (BR-101) e Roberto Freire.

A largada da corrida será no anfiteatro da Universidade Federal do RN (UFRN), saindo pela Av. Salgado Filho (Marginal da BR-101) sentido Parnamirim/Natal. O percurso seguirá pela Rua Norton Chaves, Av. Lima e Silva, túnel da Av. Prudente de Morais, Av. Capitão Mor Gouveia, Rua Dr. Lauro Pinto, Rua Raimundo Chaves, entrando na Salgado Filho sentido Natal/Parnamirim.

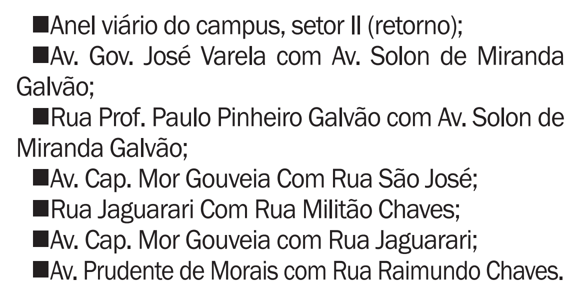
De volta à universidade, o percurso seguirá pelo anel viário do campus, seguindo pela Rua Solon de Miranda Galvão, entrando na Av. Eng. Roberto Freire até a Via Costeira, fazendo o retorno no Hotel Serhs. Após o retorno, o percurso voltará para a Roberto Freire, entrando novamente pela Solon de Miranda Galvão, anel viário do campus, encerrando o percurso no anfiteatro da UFRN.

A STTU solicita a compreensão e colaboração dos motoristas e pedestres para que o evento transcorra com tranquilidade e sem maiores transtornos à mobilidade urbana da capital. Os telefones 3232-9105, 3232-9107, 3232-1003, 3232-4979, 98870-3862 e 08002814050 estão à disposição para mais informações sobre as ocorrências no transporte e no trânsito. ●

Pontos de bloqueio

Para a auxiliar a corrida, a STTU disponibilizará um contingente de 30 agentes. Os agentes estarão posicionados em pontos de bloqueio específicos para uma melhor logística do trânsito, são eles:

- Túnel da Av. Romualdo Galvão;
- Viaduto Estaiado da Av. Prudente de Morais;
- Passarela da Av. Prudente de Morais (Sent. B/C);
- Rua São José com Rua Dr. Paulo Pinto de Abreu (rotatória);
- Av. Cap. Mor Gouveia, Em frente ao Sesi;
- Via Direta (desvio do transporte público);
- Av. Odilon Gomes de Lima com Av. Passeio do Girassóis;



- Anel viário do campus, setor II (retorno);
- Av. Gov. José Varela com Av. Solon de Miranda Galvão;
- Rua Prof. Paulo Pinheiro Galvão com Av. Solon de Miranda Galvão;
- Av. Cap. Mor Gouveia Com Rua São José;
- Rua Jaguarari Com Rua Militão Chaves;
- Av. Cap. Mor Gouveia com Rua Jaguarari;
- Av. Prudente de Morais com Rua Raimundo Chaves.

JOSÉ ALDENIR / AGORA RN



Largada para a corrida acontece a partir das 5h da manhã, com quatro provas: 5 km, 10 km, 21 km e 42 km

Maratona Internacional espera 5 mil corredores em percurso na orla de Natal

Oitava edição do evento ocorre no dia 18 de maio com largada na Praia do Forte e provas de 5, 10, 21 e 42 quilômetros; inscrições seguem abertas no site oficial

YOUTUBE / REPRODUÇÃO



Coordenadora técnica do evento, Liz Brito, deu detalhes da corrida em entrevista

A 8ª edição da Maratona Internacional de Natal será realizada no dia 18 de maio, um domingo, com expectativa de receber cerca de cinco mil participantes. A largada acontece a partir das 5h da manhã, com quatro provas: 5 km, 10 km, 21 km e 42 km. Segundo a coordenadora técnica do evento, Liz Brito, a prova principal terá largada na Praia do Forte e seguirá pela Via Costeira, entrando na Avenida Roberto Freire até a BR-101, retornando ao ponto de partida.

"O percurso é novo, homologado pela Confederação Brasileira de Atletismo e pela Federação. É um percurso oficial e quase 100% orla", afirmou Liz Brito,em entrevista à 94 FM. A coordenadora também informou que as provas menores terão percurso totalmente à beira-mar: "O percurso dos 5, dos 10 e dos 21 é 100% orla. Praia do Meio, Miami... Então é muito especial".

A organização confirmou a presença de atletas de diversas regiões do país e do exterior. "Ano passado recebemos pessoas da Itália, de Portugal. E tem um atleta queniano que está pedindo muito pra gente trazer ele pra cá. Talvez ele venha", disse Liz. A expectativa é de mais de 1,6 mil atletas apenas na prova dos 42 km. "Tem muitas mulheres, pessoas acima de 50, 60 anos", completou.

As inscrições seguem abertas no site maratonadonatal.com.br, com desconto de 10% para ouvintes da 94 FM usando o código MARANATAL. Todos os inscritos têm direito a seguro-atleta. Os kits serão distribuídos nos dias 16 e 17 de maio, na Expo Maratona, realizada no Hotel Barreira Roxa. "É um ambiente muito familiar, de amigos. A Expo é outro núcleo de evento, com expositores e entretenimento", explicou Liz.

Mais de 200 pessoas estarão envolvidas na logística no dia da corrida. Estão previstas estruturas como ambulâncias, motolâncias, postos de hidratação com mais de 30 mil copos de água e apoio técnico. "É uma prova muito construída, muito segura", disse a coordenadora.

Para iniciantes, Liz orienta iniciar com treinos intervalados. "Você pode fazer o percurso de cinco quilômetros caminhando, dando trote, correndo. Vai condicionando o ritmo daqui para lá. Mas antes tem que fazer exames clínicos. Tudo começa por aqui", destacou. Ela reforçou que o evento é aberto a todos os níveis: "A corrida atende o público que já corre há muito tempo, mas também quem está iniciando".

Segundo Liz Brito, o evento coloca Natal no circuito das maratonas oficiais do Brasil. "A maratona está no cenário nacional. Usamos muito a nossa cidade para fazer esporte. Isso é muito especial, porque ainda somos uma das cidades mais sedentárias do Brasil".●

Esporte PEDRO NETO
@pedroneto
pedroneto1704@gmail.com

Vai insistir

Muitos torcedores rubros e alguns da mídia falada, televisada e escrita, eu incluso entre eles, não gostam da dobra pelo lado esquerdo da equipe americana, com Renan e Davi Gabriel. Apesar disso, tudo indica que, para a partida de amanhã, contra o Treze-PB, pela Série D, a dupla está mantida. Se Moacir Júnior acredita que a equipe deixou de tomar gols por aquele lado do campo, em compensação também não marca gols quando os dois jogadores atuam por aquele lado. Mas... quem escala é Moacir Júnior. E ponto final.

ACREDITO QUE MUDE O ESQUEMA

Não me surpreenderei se o técnico do ABC voltar a utilizar três zagueiros na partida de domingo contra o Botafogo-PB. Como joga fora de casa, e como o Belo de João Pessoa tem uma equipe mais qualificada, acredito que o técnico Evaristo Piza deverá povoar mais o meio, dificultando assim as ações do alvinegro paraibano.

UM EMPATE SERVE

Na estreia da Série D, o Santa Cruz de Natal venceu o Sousa, atual bicampeão paraibano e um dos favoritos a subir para a Série C. Sendo assim, acredito que, na partida de amanhã, contra o Ferroviário-CE, até um empate pode ser considerado um bom resultado para o time potiguar. A equipe tricolor está empolgada.

ENTRE 8 E 10 MIL

Posso estar enganado, contudo acredito que amanhã teremos um público entre 8 mil e 10 mil torcedores na partida entre América x Treze. A equipe rubra vem de um empate contra o Horizonte, fora de casa, e retorna à Arena das Dunas pela 1ª vez após a conquista do tricampeonato estadual. Sendo assim, a sua torcida quer voltar a abraçar a sua equipe.

MUITAS CARAVANAS

Muitos torcedores do ABC deverão estar presentes no estádio Almeidão, em João Pessoa, no próximo domingo, para incentivar a sua equipe do coração contra o Belo, pela série C. Apesar de o Botafogo viver um melhor momento, não tem nada de errado se o ABC voltar da capital paraibana com uma vitória. No futebol, é assim. Então, que possam ir e voltar na paz.

MUITO ABAIXO DO ESPERADO

O primeiro trimestre e início de segundo trimestre da equipe do Botafogo-RJ está bem abaixo do que esperam seus torcedores. O clube foi de protagonista como campeão da série A e da Taça Libertadores da América em 2024 a mero coadjuvante em 2025. Assim tem sido o alvinegro carioca. O gostinho das conquistas parece que ficou para trás.

ESTÁ PRÓXIMO DE ASSINAR

O meia brasileiro Matheus Cunha, atualmente no Wolverhampton-ING, está próximo de ser jogador do Manchester United-ING. O jogador está sendo negociado por R$ 400 milhões. Na atual temporada, o jogador marcou quatroze gols e deu quatro assistências. Futebol do paraibano cresceu muito no último ano.

FALHOU FEIO

O goleiro John, do Botafogo-RJ, falhou feio no gol do Estudiantes-ARG na derrota da equipe alvinegra carioca. Jonh foi um dos principais destaques do Botafogo-RJ no ano de 2024. Não tem erro amigos. Todos podem falhar, menos os goleiros.

INÍCIO AMARGO

O início da série A tem sido amargo para os torcedores do Sport-PE. Atual lanterna da competição, a equipe rubro-negra, além de não vir se apresentando bem, ainda vem sendo prejudicada pela arbitragem.